



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Marcelle Peres da Silva

FACES DA METRÓPOLE:
desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA

BELÉM-PA
2018

Marcelle Peres da Silva

**FACES DA METRÓPOLE:
desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestra. Orientador: Prof Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.
Linha de pesquisa: Dinâmicas territoriais na Amazônia.

BELÉM-PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

S586f

Silva, Marcelle Peres da

Faces da metrópole: desigualdades socioespaciais e violência no distrito de Icoaraci, Belém - PA. / Marcelle Peres da Silva. — 2018

168 f. : il. color

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas

1. Metropolização do espaço. 2. Desigualdades socioespaciais. 3. Violência urbana. 4. Icoaraci. I. Chagas, Clay Anderson Nunes, *orient.* II. Título

CDD 711.09

**FACES DA METRÓPOLE:
desigualdades socioespaciais e violência no Distrito de Icoaraci, Belém-PA**

Marcelle Peres da Silva

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará. Orientador: Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas.

28 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Clay Anderson Nunes Chagas
Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Prof. Dr. Alisson Gomes Monteiro
Instituto de Educação e Segurança Pública do Pará
Examinador Externo

“O Espírito Santo descera sobre vocês e dele
receberão força para serem as minhas
testemunhas...” (At. 1, 3-8).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA	28
1.1 METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: REVISITANDO CONCEITOS	28
1.2. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL	44
1.3. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA URBANA E CRIMINALIDADE	53
CAPÍTULO 2 – ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO DE ICOARACI NO CONTEXTO METROPOLITANO.....	64
2.1. A FORMAÇÃO INICIAL DE ICOARACI	70
2.2. A INCORPORAÇÃO DE ICOARACI AO CONTEXTO METROPOLITANO.....	82
2.3. CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO DISTRITO DE ICOARACI EM RELAÇÃO À METRÓPOLE	92
CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA URBANA E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM ICOARACI	113
3.1. DAS DIFERENCIAÇÕES ÀS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO DISTRITO DE ICOARACI.....	114
3.2. VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIO: ANÁLISES A PARTIR DOS INDICADORES DOS HOMICÍDIOS	125
3.3. VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL:	141
ANÁLISE DAS ÁREAS DE INTENSIFICAÇÃO DOS HOMICÍDIOS	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	167

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me iluminado e me dado força para continuar na caminhada acadêmica durante esses últimos anos difíceis. Por me surpreender com bênçãos pessoais e profissionais, as quais eu não podia imaginar.

Ao meu orientador professor Dr. Clay Anderson Nunes Chagas, meus sinceros agradecimentos por toda atenção, dedicação e paciência ao longo dessa caminhada que já dura seis anos desde a graduação.

Ao professor Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues, pela ajuda, disponibilidade, paciência, pela indicação de referencial teórico e pelas importantes observações feitas, principalmente, no período de defesa do projeto de qualificação.

Aos discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, turma do mestrado 2016, pelo companheirismo. Em especial àqueles que iniciaram a caminhada acadêmica comigo ainda na graduação: Lorena Sanches e Leonardo Alves, por tudo que compartilhamos, aprendemos, sofremos e nos alegamos durante esses anos. Vocês são meus amigos do coração.

Aos docentes e à secretaria do Programa de Pós-Graduação em Geografia por todo o apoio, conhecimento e ensinamento compartilhado.

À colega Juliana Maciel pela realização do material cartográfico da dissertação.

Aos colegas da graduação em geografia da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará, à colega Leidiene Souza, hoje, mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, e aos Professores participantes do Projeto “Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas”, pertencente ao Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania – SENASP. Aos órgãos públicos e à população entrevistada, pela disponibilidade durante a execução do mesmo. Foi de suma importância para o aprendizado metodológico e andamento desta pesquisa.

E finalmente, os valiosos agradecimentos àqueles que estiveram mais próximos e lado a lado durante as dificuldades enfrentadas: mãe (Célia Peres), pai (Mauro Canuto), amor (Raphael Lima), minha irmã (Camila Peres) e minha afilhada (“Deborinha”), por cada palavra de incentivo e por todo o carinho que me foi dado. Vocês são a razão do meu esforço e das minhas conquistas.

RESUMO

Entende-se que a violência urbana se torna um dos grandes problemas enfrentados nas cidades, tratando-se de um fenômeno complexo e multifacetado. No Brasil, a violência possui influências geradas pelo crescimento urbano acelerado e a precarização das condições de vida nas grandes cidades. No estado do Pará, em especial na cidade de Belém, essas situações também se apresentam, porém, com suas particularidades. Nesse sentido, três processos são importantes para o trabalho, são eles: produção do espaço urbano metropolitano, a desigualdade socioespacial e a violência urbana. A partir de tais processos pensou-se como os mesmos se desdobram no Distrito Administrativo de Icoaraci. Desse modo, pretendeu-se analisar a dinâmica de violência e criminalidade nos bairros do Distrito de Icoaraci a partir da análise dos processos de produção do espaço urbano, metropolização, desigualdades socioespaciais, do território e sua relação com os homicídios praticados no período de 2013 a 2015. Este estudo foi desenvolvido por meio de revisão teórica, pesquisa de campo, entrevistas e análise de dados secundários disponibilizados pela Biblioteca Pública de Icoaraci Avertano Rocha, Prefeitura Municipal de Belém (PMB), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo o território entendido como expressão de contradição, pudemos compreender por meio de imagens o cenário do percebido; o concebido pode ser apreendido por meio de dados, a precariedade em infraestruturas nos bairros de Icoaraci, percebido pela análise do material cartográfico referente aos homicídios e problemáticas infraestruturais encontradas; o vivido, foi compreendido por meio das entrevistas realizadas em trabalhos de campo, levantamento de notícias de jornais que permearam a situação da violência no distrito, passando rapidamente pela concepção de insegurança. O crime de homicídio foi analisado e constatou-se que a ocorrência dos mesmos possuem maiores índices nos bairros que possuem os mais precários serviços, relacionando o mesmo com os processos de metropolização e formação do distrito, além das desigualdades socioespaciais, sendo esse crime compreendido como o ápice extremo da violência urbana contra a pessoa, em que os jovens do sexo masculino, com idade entre 18 e 24 anos, foram as maiores vítimas. Nesse sentido, pensou-se nas particularidades que possibilitam a territorialização de quem deseja dominar o território: os agentes da criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Metropolização do espaço; Desigualdades socioespaciais; Violência urbana; Icoaraci.

ABSTRACT

It is understood that urban violence becomes one of the great problems faced in the cities, being a complex and multifaceted phenomenon. In Brazil, violence has influences generated by accelerated urban growth and the precariousness of living conditions in large cities. In the state of Pará, especially in the city of Belém, these situations also present, however, with their particularities. In this sense, three processes are important for the work, they are: production of metropolitan urban space, socio-spatial inequality and urban violence. From these processes it was thought how they unfold in the Administrative District of Icoaraci. In this way, it was intended to analyze the dynamics of violence and crime in the neighborhoods of the Icoaraci, District of Belém, from the geographic information of urban space production, metropolization, socio-spatial inequalities, the territory and its relation with the homicides practiced in the period from 2013 to 2015. This study was developed through theoretical review, field research, interviews and analysis of secondary data given by the Avertano Rocha Public Library, Belém City Hall (PMB), Public Security Secretariat of the State of Pará (SEGUP), Deputy Assistant Secretary for Information and Criminal Analysis (SIAC), Federal University of Pará (UFPA) and Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Being the territory understood as an expression of contradiction, we could understand by means of images the scene of the perceived; the conceived can be seized through data, the precariousness in infrastructures in the neighborhoods of Icoaraci, perceived by the analysis of the cartographic material referring to the homicides and infrastructural problems encountered; the lived was understood through interviews conducted in fieldwork, survey of news from newspapers that permeated the situation of violence in the district, passing quickly by the concept of insecurity. The crime of homicide was analyzed and it was verified that their occurrence has higher indices in the districts that have the most precarious services, relating the same with the processes of metropolization and formation of the district, besides the socio-spatial inequalities, being this crime understood as the extreme apex of urban violence against the person, in which young men, aged between 18 and 24 years were the biggest victims. In this sense, it was thought of the peculiarities that make possible the territorialization of those who wish to dominate the territory: the agents of crime.

KEY-WORDS: Metropolization of espace; Inequality; Urban violence; Icoaraci.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trapiche de embarque e desembarque e Rua Siqueira Mendes	72
Figura 2: Composição de gráficos com as características socioeconômicas das ocupações inseridas no Projeto Urbanizar 3	99
Figura 3: Discurso da COHAB voltado para o bairro Paracuri – Icoaraci	100
Figura 4: O “Buraco Fundo” em Icoaraci	104
Figura 5: Área de canal no bairro Paracuri	105
Figura 6: Feira do Artesanato, bairro Cruzeiro	106
Figura 7: Atual trapiche de embarque e desembarque no bairro Cruzeiro, Rua Siqueira Mendes	106
Figura 8: Cruzamento das ruas São Roque e quinze de agosto – bairro Cruzeiro	116
Figura 9: Porção do bairro Paracuri próxima a área de canal	118
Figura 10: Manchete de um jornal local	133
Figura 11: Manchete acerca dos problemas de Icoaraci	145
Figura 12: População pede o fim da violência em Icoaraci	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Distrito de Icoaraci – DAICO	15
Mapa 2: Localização dos bairros relevantes a pesquisa, do Distrito de Icoaraci	25
Mapa 3: Mapa de equipamentos urbanos de Icoaraci	73
Mapa 4: Expansão urbana de Icoaraci em 1977, 1998 e 2016	96
Mapa 5: Rendimento médio nominal mensal dos domicílios particulares nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri	120
Mapa 6: Percentual dos domicílios abastecidos pela rede geral de água nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri	122
Mapa 7: Manchas de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci em 2013	130
Mapa 8: Manchas de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci em 2015.....	131

Mapa 9: Comparativo da percentagem de domicílios abastecidos pela rede geral de água nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos 2000 e 2010	144
Mapa 10: Comparativo da percentagem de domicílios com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos 2000 e 2010	146
Mapa 11: Comparativo da percentagem de pessoas alfabetizadas com oito anos ou mais nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos 2000 e 2010	148
Mapa 12: Manchas de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci em 2014.....	151

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de Domicílios por forma de abastecimento de água no bairro do Paracuri	123
Gráfico 2: Evolução populacional do Distrito de Icoaraci durante os anos de 1998 a 2010.....	124
Gráfico 3: Instrumentos utilizados nos homicídios em Icoaraci (2013-2015)	137
Gráfico 4: Faixa etária das vítimas de homicídios em Icoaraci (2013 a 2015)	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Periodização Histórica-Geográfica de Belém e Icoaraci	69
Tabela 2: Recenseamento do crescimento populacional de Belém e dos municípios (1940/1960)	81
Tabela 3: Descrição geral da área do Projeto Urbanizar 3	98
Tabela 4: Rendas médias nominais mensais (%) dos domicílio nos bairros do Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri – Distrito de Icoaraci	119
Tabela 5: Renda do responsável (%) pelo domicílio nos bairros do Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri – Distrito de Icoaraci	121
Tabela 6: Número de homicídios por bairros de Icoaraci – 2013 a 2015	128
Tabela 7: Registros de vítimas de homicídios em Icoaraci (2014-2015)	136

LISTA DE SIGLAS

CODEM – Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém

COHAB – Companhia de Habitação do Pará

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DAICO – Distrito Administrativo de Icoaraci

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PMB – Prefeitura Municipal de Belém

RMB – Região Metropolitana de Belém

SEGUP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SIAC – Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal

UFPA – Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência se intensificou a partir de outros fenômenos, como o da urbanização acelerada e desigual, a dispersão metropolitana, as desigualdades sociais e o próprio processo de metropolização. Ressalta-se que as últimas décadas do século XX são marcadas pela intensidade do processo de urbanização, que traz o aumento dos problemas urbanos derivados desse processo acelerado e concentrado. A globalização¹, bem como as manifestações do fenômeno urbano, vem contribuindo para o aumento no número das grandes cidades e das aglomerações com mais de 500 mil habitantes, paralelo a esse fator, observa-se a difusão dos fenômenos da metropolização juntamente com o da desmetropolização.

A esse respeito, Lencioni (2013) afirma que a metropolização do espaço se caracteriza como um processo socioespacial de caráter profundamente transformador do território. Não se tratando de uma simples transformação, mas sim de uma verdadeira metamorfose, pois implica em profundas alterações, sejam elas no âmbito das formas, como de estrutura e natureza. Como sintetiza a autora Lencioni (2013, p. 17), daí o melhor uso da expressão *metamorfose* ao uso da palavra *transformação*. Em suma, a metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território.

Também torna-se possível afirmar que o processo de metropolização faz parte, acompanha e se realiza no movimento da própria metrópole, como momento diferenciado do processo de acumulação em função de suas exigências, o que se explicita pelo desenvolvimento/extensão do tecido urbano que, a partir do centro, desenvolve-se até a periferia com conteúdos diferenciados em seu processo de extensão (CARLOS, 2013). E esse fato apresentado irá redefinir as formas e os conteúdos da periferia.

As periferias, então, começam a ser caracterizadas como locais desvalorizados, marcados pela reduzida participação do Estado e das instituições públicas, abandonados pela lei; local de moradia da população excluída socialmente e espacialmente periférica, tornando-se, assim, locais propícios e privilegiados para determinado estabelecimento do território do crime, marcado pela ilegalidade, a presença efetiva de segurança pública, das instituições de controle público e o estabelecimento da informalidade (PENNA, 2013). As populações socialmente vulneráveis surgem para Penna (2013) em virtude da reprodução das

¹ Entende-se para esse trabalho, a globalização como um processo perverso do mundo atual, como assinalou Santos (2000), resultando em diversos conflitos e mazelas sociais. “De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. (...). Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (...). Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização.” (p.10).

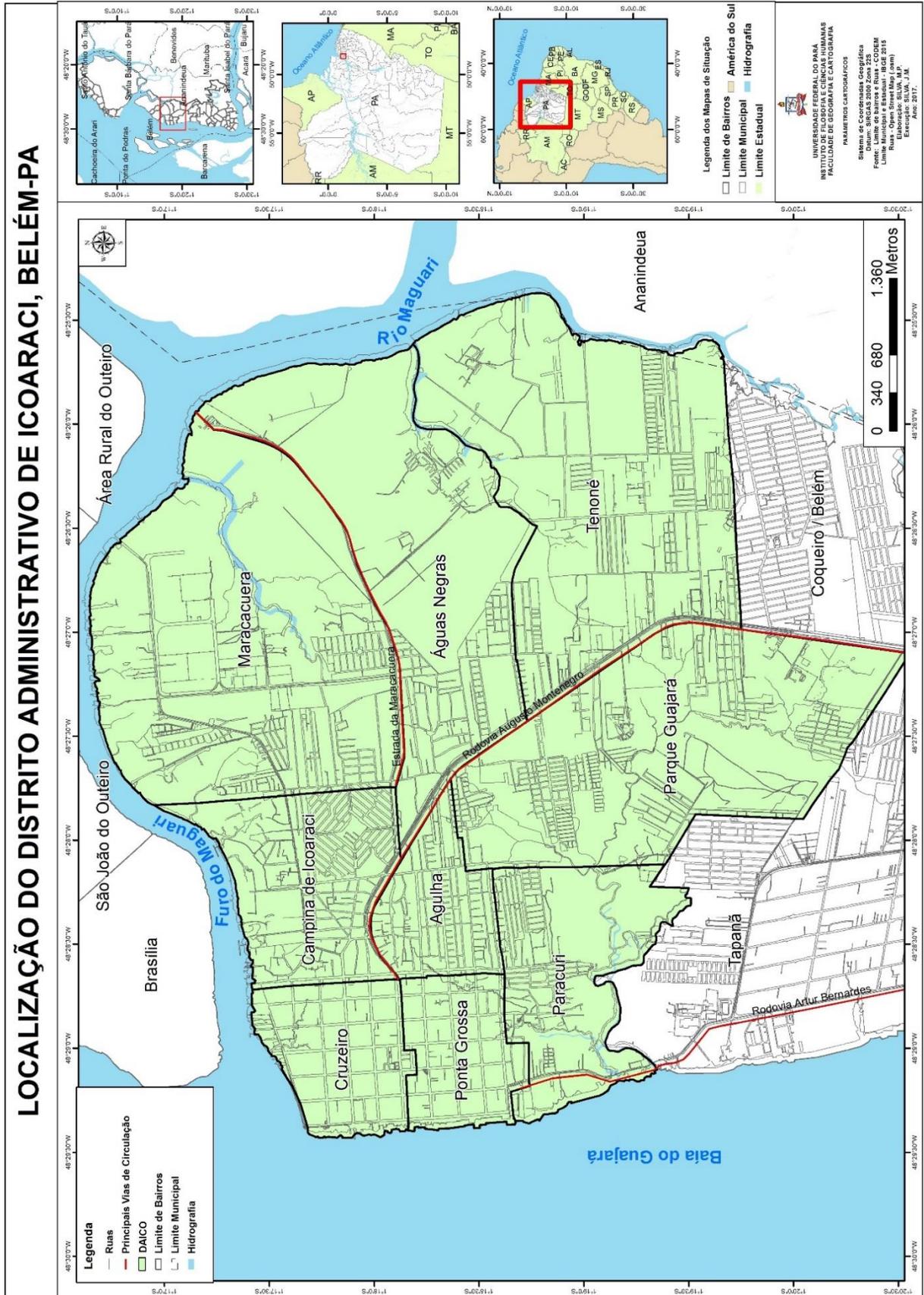
relações sociais, das estruturas e dinâmicas socioeconômicas, tendentes a reproduzir as desigualdades, a violência e a pobreza. Tais elementos estão associados à falta de oportunidades, dificuldade de ascensão e acesso a oportunidades de emprego, setor educacional, saúde, cultura, pela população pobre. Ou seja, pela ausência de estruturas essenciais à sociedade.

Acrescenta-se, conforme Rodrigues (1998), que a expressão “urbanização planejada e periférica” vai de encontro às formas espaciais localizadas nas periferias de grandes cidades, cuja existência, em sociedades capitalistas, deve-se ao planejamento urbano explícito. No Brasil, as periferias urbanas, enquanto problema social, constituem, tipicamente, o *habitat* do proletariado, homólogo de termos como: classes ou camadas populares, classes trabalhadoras, população de baixa renda, e os chamados pobres.

No contexto específico do estado do Pará, esse quadro de urbanização acelerada também pode ser observado, principalmente a partir dos anos 1960, com a implementação da “modernização da fronteira”, que cominou com a intensificação do processo de migração inter-regional, cidades como Marabá, Parauapebas e a Região Metropolitana de Belém, entre outras, tiveram um rápido crescimento populacional. Um dos principais problemas causados por esse crescimento populacional acelerado e concentrado nas cidades paraenses foi o “fenômeno da violência”.

A materialização da violência também é mais latente nos segmentos sociais de menor poder aquisitivo, ou seja, para a população que vive em condições precárias, sem a mínima condição estrutural, faltando-lhes condições básicas como saneamento, moradia e segurança pública. Nesses espaços, o crime se prolifera com muito mais rapidez e profundidade do que, por exemplo, em áreas de maior poder aquisitivo de Belém. No entanto, se faz necessária a observação cunhada nos estudos de Briceño-León (2002), de que seriam o empobrecimento e a desigualdade – e não a pobreza –, que estariam mais relacionados ao aumento da criminalidade e da violência: [...] *es el empobrecimiento y la desigualdad, y no la pobreza, lo que origina la violencia urbana que estamos presenciando* (BRICEÑO-LEÓN, 2002, p. 36).

O distrito de Icoaraci, *locus* da pesquisa, possui intrínseca relação com a capital, a cidade de Belém, que atualmente totaliza uma área de 506.5019 km², incluindo a região das Ilhas, e possui oito distritos administrativos (PMB, 2012) com população estimada de 1.437.600 habitantes, segundo a última atualização do IBGE (2010). Já Icoaraci, especificamente, totaliza uma área de 33,15 km² e população de 167.035 habitantes. Engloba os bairros: Agulha, Águas Negras, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné (PMB, 2012).



Mapa 01: Localização do Distrito de Icoaraci – DAICO.
FONTE: COHAB/CODEM, elaborado por Juliana Maciel, 2016.

Sendo assim, a dinâmica que permeia o distrito não é totalmente diferente de Belém. A violência se faz presente devido à falta de estruturas e maior atenção do poder público da Grande Belém. Costa (2007) afirma que a dinâmica produtiva e socioespacial de Icoaraci está inter-relacionada – de forma mais intensa –, com o processo de expansão e apropriação do espaço urbano de Belém, ocorrido entre os anos 1960 e 1990, o qual, segundo Souza (2003) determinou a formação de três espaços claramente definidos na cidade: a área central, a área de transição e a área de expansão. Acerca dessa inserção do distrito de Icoaraci no contexto da expansão urbana de Belém, Trindade Jr. (1998) identifica como um processo de conurbação e de suburbanização do distrito em relação à capital do Estado. Sendo demonstrado, por este autor, que diversos espaços surgidos em Belém nos últimos anos estão localizados na área correspondente ao distrito de Icoaraci e no eixo de expansão em direção a ele, denotando a integração efetivada entre esses dois espaços.

Nesse sentido, percebe-se que ao longo dos anos, Icoaraci passou por intensas transformações sociais, espaciais, econômicas, entre outras. Tais transformações, segundo Figueiredo (2006), têm como principal resultado o crescimento e o não planejamento da cidade de Belém, transformando algumas localidades em áreas de expansão, que se dá, principalmente, por meio da ocupação desordenada, que mais tarde tornaram-se áreas periféricas, caracterizando, então, Icoaraci como uma área periférica da grande cidade.

Dessa forma, precisamos entender a relação entre os processos sociais, espaciais, econômicos, institucionais, políticos e culturais que estão contidos na vida urbana da sociedade, que são primordiais para a configuração do espaço e para a definição da territorialidade da violência urbana em cada contexto. Quando falamos, principalmente em percepção, podemos chegar a um conceito bastante subjetivo, tendo em vista que o homem modifica constantemente o espaço, portanto, a percepção e o conceito do espaço são fundamentais para a compreensão da realidade da violência urbana (CHAGAS, 2012).

A desigualdade, enquanto termo a ser utilizado, caracteriza-se para Rodrigues (2015) como um termo controverso, logo, dotado de variados significados que vão da escala do corpo – quando se pensa as diferenças entre os indivíduos até chegar à escala da divisão internacional do trabalho –, quando é possível refletir sobre o “desenvolvimento geográfico desigual” no capitalismo contemporâneo. Uma noção polissêmica que está relacionada com o tempo-espaço de construção do pensamento. No entanto, apesar das variadas significações, é necessário ter em mente que a noção de desigualdade e diferença, podem ser compreendidas como pares dialéticos que se inter-relacionam (RODRIGUES, 2015) e se complementam ao

passo que a sociedade capitalista se reproduz, gerando, assim, diferenciações sociais que podem ser lidas como desigualdades socioespaciais e contradições.

Tendo em vista essas proposições, a desigualdade socioespacial também demonstra as diferentes formas de se apropriar da riqueza produzida por meio da existência de classes sociais. E, nesse sentido, acarreta na dificuldade ou impossibilidade, como considera Rodrigues (2007) de uma parcela dos trabalhadores que se apropriarem de condições adequadas de fato à sobrevivência. “É visível, até para os olhares desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres” (RODRIGUES, 2007, p. 75).

Nesse cenário de violência e desigualdades nas cidades, o medo do crime passou a fazer parte da vida dos brasileiros, principalmente nas últimas décadas. Nos dias atuais, a questão da insegurança em meio ao medo e a limitação do direito de ir e vir, se fortalece para quem vive nas cidades. Comenta-se que a violência urbana é a maior causa dessa falta de liberdade do homem, o que torna o assunto bastante complexo, existindo diversos fatores responsáveis por essa relação entre violência e cidades.

Acerca disso, afirma Souza (2008, p. 19) que: “É em cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas que o medo generalizado prospera e se sente em casa, são elas as *fobópoles*² por excelência”. Recentemente, os estudos geográficos acerca do medo e insegurança cada vez mais se avolumam por meio da geografia da percepção e do comportamento espacial (DINIZ, 2003; TUAN, 2005). Assim, a geografia procura contribuir para a solução de problemas que aflijam a sociedade, com sua riqueza de recursos teórico-metodológicos (BATELA, 2008).

De acordo com Melo (2012) quando falamos de violência, e busca-se uma relação com o território, pode-se perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades. O território, como espaço de múltiplas relações de poder e territorialidades – que coexistem e se reproduzem – gerando o território e as variáveis sociais, sejam elas a pobreza, desigualdade social e qualidade de vida, que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar para Chagas (2013) a territorialidade da violência.

²Conceito de Marcelo de Lopes Sousa, que é resultado da derivação das palavras gregas *phobos*, que significa “medo” e *pólis* que significa “cidade”. Essa combinação é o que o autor propõe como a “cidade do medo” (SOUZA, 2008, pp. 8-9).

A interação desses processos origina o território, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que exercem poder em escala local e se estabelecem para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, roubos, homicídios). Nesse contexto, as periferias pobres são locais propícios para o estabelecimento do território do crime organizado, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública, a ausência das instituições de controle público são fatores determinantes e o crime organizado estabelece a fixação da organização da criminalidade que, daí, articula as ações no espaço urbano.

Na região metropolitana de Belém, em especial no distrito de Icoaraci, não é diferente. A desorganização social existente nas periferias e o processo de urbanização existente, principalmente nelas, originam-se territórios, frutos das desigualdades socioeconômicas, da segregação e da pobreza. Paralelo a esses fatores, o Estado não oferece atendimento às necessidades da população de forma eficaz, como o acesso à saúde, cidadania, educação, formação profissional, mercado de trabalho, segurança e às infraestruturas urbanas. Nessas periferias se manifestam a ilegalidade, a ineficiência de segurança pública e, muitas das vezes, a ausência das instituições de controle público; fatores esses, extremamente atrativos para o estabelecimento do território do crime organizado.

Assim, devido às diferentes maneiras de se praticar a violência, pode-se destacar que a mesma se evidencia de maneira mais intensa em espaços segregados, tanto pelas relações de produção quanto pelas intencionalidades que condicionam o seu uso ou não. Portanto, o discurso da “geografia da violência” materializa-se na própria concepção de espaço e suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no mesmo e nas concepções de violência e insegurança (SOUZA JÚNIOR, 2013).

Um conceito importante para a produção da pesquisa e do trabalho em si é o conceito de crime, e que está diretamente ligado ao de criminalidade, em especial, pautados nos estudos de Alvarenga (2004) e Melgaço (2005) que nos levam à compreensão de que o crime é o ato infrator cometido em sua especificidade e a criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e de acordo com as peculiaridades existentes.

Dessa forma, podemos destacar que crime pode ser considerado como um fenômeno individual que contraria as condições da vida em sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é somente a junção dos crimes praticados num determinado tempo e num determinado lugar, mas engloba as diversas maneiras com que o crime se apresenta na sociedade, num determinado espaço. O Código Penal Brasileiro apresenta onze classificações para os crimes,

dentre elas consta o crime contra a pessoa, no qual os homicídios estão incluídos (BRASIL, 1999), característica importante para esta pesquisa.

De acordo com Silveira (2008), a preocupação com a temática dos homicídios no Brasil vem crescendo nas últimas duas décadas – juntamente com a elevação nas taxas de crimes –, em especial, as de homicídios, principalmente nos grandes centros urbanos. Sendo assim, a maior parte dos estudos apresentam especulações sobre as causas da epidemia de homicídios. A causa mais comum evidenciada seria a que atribui as altas taxas à pobreza ou à desigualdade econômica, devido a picos de mortes violentas serem identificados em áreas pobres das grandes metrópoles brasileiras e de outras cidades da América Latina (SILVEIRA, 2008).

Os homicídios, conforme Batela (2008), também podem fazer referência ao conceito de crime violento que se encontra associado aos crimes que refletem maior violência, ocorrendo um contato direto entre a vítima e o agressor, gerando, assim, um clima de medo e insegurança na população.

E, ainda, por homicídio entende-se como ação humana uniformemente considerada como crime em diferentes sociedades, que exprime um padrão de violência social mediatizada pelas relações pessoais, segundo Fausto (2001). E ainda pode-se verificar que: “[...] O alcance da definição, a maior ou menor reprovação social do ato, de acordo com as circunstâncias ou contra quem se dirija, podem variar, porém, a regra básica é a da cominação de pena a quem suprime a vida” (FAUSTO, 2011, p. 107). Icoaraci vem passando por um crescimento nos índices de criminalidade, ocorrendo um aumento demasiado relevante no número de homicídios nos últimos anos, o distrito encontra-se com um dos índices de criminalidade mais elevados da cidade de Belém.

A análise dos homicídios por meio de mapas geoprocessados se tornou importante ao longo dos anos, uma importante ferramenta que auxilia na compreensão da ocorrência dos homicídios no espaço, podendo visualizá-los de forma mais precisa. E essa nova forma de estudo de áreas – onde há a ocorrência de crimes – vem sendo cada vez mais incorporada por pesquisadores e órgãos de segurança pública. A atratividade do uso de mapas também está na facilitação em que os dados e informações são, em geral, na forma de imagens que auxiliam na análise e compreensão dos fenômenos abordados. Pois, a simples visualização de informações em um mapa nos permite uma compreensão, não total, porém, mais direta e pensada de forma clara, para possuir fácil interpretação, possibilitando melhores formas de se compartilhar as informações. “Essa propriedade é essencial para quem quer desenvolver

projetos e programas de prevenção de crimes, pois mapas podem ser uma maneira fácil de conceber, visualizar e analisar um problema difícil” (BEATO FILHO, 2012, pp. 225-226).

Ou seja, a cartografização é imprescindível para modelar e delimitar os espaços, as variáveis sociais, os comportamentos e manchas de homicídios, pois, a partir dessas relações – tanto de caráter material (fixos) quanto imaterial (fluxos) – é que os geógrafos buscarão compreender e analisar as linguagens cartográficas existentes, naquela realidade, em específico, neste trabalho, mapear os *hot spots*³ de violência. Nesse sentido, serão apresentados os mapas realizados de acordo com a metodologia apresentada, que trazem, para análise visual, a ocorrência das zonas vermelhas dos homicídios no bairro Icoaraci no período dos anos 2013 a 2015.

Desse modo, primeiramente como problemática geral, em um plano amplo da temática, torna-se necessário compreender a relação entre a desigualdade socioespacial e a violência urbana. O que pressupõe pensar qual a natureza da violência urbana. Sendo assim, é preciso articular a particularidade para pensar as singularidades, ou seja, pensar a violência a partir dos processos que a geraram. E, assim, como se relaciona a violência urbana no distrito de Icoaraci diante do avanço da metropolização do espaço e da produção de desigualdades socioespaciais.

Nesse caminho, precisa-se entender o processo de metropolização do espaço em Belém, para, então, compreender como o mesmo se estabelece em Icoaraci, tornando-o parte da periferia metropolitana. Assim, é importante entender qual o papel do poder público nessas configurações do espaço em Icoaraci, tanto do ponto de vista da infraestrutura quanto da violência. A insegurança criada ao longo do processo de manifestação de violência aparecerá de maneira transversal no trabalho, procurando ouvir e entender o tema, também, pelo viés da população por meio de entrevistas.

Três processos são importantes para o trabalho, são eles: produção do espaço urbano metropolitano, a desigualdade socioespacial e a violência urbana. A partir de tais processos, é necessário pensar como os mesmos se desdobram no distrito de Icoaraci, como foi constituída histórica e geograficamente a produção do território metropolitano belenense. Levando ao segundo questionamento de: como se deu e como se dá a formação de Icoaraci no contexto metropolitano. Posteriormente, torna-se importante pensar quais os processos que contribuíram para a produção dos territórios da violência e da desigualdade socioespacial em Icoaraci. As manifestações de violência e do crime de homicídios, em especial, tipo de crime

³ “Manchas quentes”, zonas de violência (BEATO FILHO, 2012).

escolhido para análise, se deu a partir de 2000. E, como tais processos influenciam nos homicídios, destacando os anos de 2013 a 2015, como parte da análise, ou seja, o terceiro questionamento da problemática é: como vêm sendo produzidos os territórios da violência e da desigualdade em Icoaraci nos anos 2000?

Para isso, é necessário pensar a violência urbana dentro de três perspectivas: a da violência como percepção, primeira aproximação com o objeto. A violência como concepção: pensar a violência e as desigualdades a partir de um conjunto de dados, homicídios, polícia e dados de infraestrutura. E a violência como contradição: discutir as desigualdades em si, pensar a produção desigual do espaço. Essas três perspectivas encontram-se imbricadas e articuladas dialeticamente, de tal maneira que não se pode analisá-las separadamente.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender de forma geográfica como os processos de produção do espaço urbano belenense, as desigualdades socioespaciais influenciaram no surgimento e disseminação da violência urbana no distrito de Icoaraci, tendo em vista a sua importância histórico-geográfica e sua intrínseca relação com a metrópole.

O interesse surgiu devido à curiosidade em entender como a violência – em especial a tipologia criminal de homicídios– cresceu no distrito, por quais motivos e como isso influencia na vida da sociedade local. Também se tornou interessante pelo fato de uma tentativa de enriquecer os estudos acerca do próprio distrito de Icoaraci, devido à uma dificuldade encontrada no âmbito do trabalho de conclusão de curso, em que se buscou entender a violência no distrito em um primeiro momento e, poucos foram os registros e trabalhos acadêmicos encontrados que exemplificassem tal questão. Até mesmo na biblioteca pública existente no distrito, poucos foram os arquivos encontrados que contassem a história e a produção do espaço local. As maiores informações encontradas foram em trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado que visavam compreender, também, um pouco das desigualdades criadas no distrito e sobre a luta da emancipação, ofuscada por questões políticas.

Assim, este trabalho visa contribuir para a análise geográfica da violência e criminalidade urbanas, assim, como, gerar possíveis contribuições teóricas para a Geografia do Crime, abrindo espaço para novos temas a serem trabalhados no escopo da Geografia Urbana. Pois, a intenção do projeto seria uma maneira de trabalhar o urbano de forma multiescalar: escala temporal, cartográfica e geográfica. O urbano como uma condição, meio e produto do território e da metropolização.

Como objetivo geral, pretende-se analisar a dinâmica de violência e criminalidade nos bairros do Distrito Administrativo de Icoaraci, da metrópole belenense a partir das

informações geográficas de produção do espaço urbano, metropolização, desigualdades socioespaciais, do território e sua relação com os homicídios praticados no período de 2013 a 2015. E os objetivos específicos buscam realizar uma revisitação conceitual acerca dos processos de metropolização do espaço, desigualdade socioespacial e violência urbana; abordar histórica e geograficamente a produção do território metropolitano belenense e analisar os processos que formaram os territórios da violência e da desigualdade socioespacial em Icoaraci, com ênfase para o debate a partir dos anos 2000.

Ressalta-se que o crescimento da violência urbana está diretamente associado ao processo de crescimento urbano concentrado, metropolização e a ampliação do crescimento das áreas de expansão das cidades. As áreas pobres são espaços comuns em grandes centros urbanos, em Belém não é diferente. São marcantes, no espaço belenense, as áreas de intensa pobreza, notadas por um processo de baixa participação do poder público e de precários indicadores sociais.

O crime se espraia de maneira diferente nos espaços da cidade, em áreas mais elitizadas e em áreas periféricas, sendo que pode ser observado de maneira diferenciada em cada uma delas. Nas áreas mais elitizadas é comum visualizar crimes contra o patrimônio, roubos e furtos, enquanto em áreas periféricas, o tráfico de drogas e a incidência de homicídios se tornam mais latentes. Essas áreas, de expansão e de pobreza, tornam-se espaço de disputas entre os diversos agentes que (re)produzem o espaço, já que existe uma espécie de vazio de poder deixado pela baixa participação do Estado.

Em Icoaraci existe a territorialidade variada de agentes que exercem poder sobre determinados territórios: ação do tráfico de drogas e possivelmente, milícias⁴ que influenciam indireta ou diretamente na ocorrência dos homicídios, visto que, nos locais onde há um controle do território, os homicídios tendem a possuir menor incidência que em outros.

⁴ Costa (2014) partindo do próprio sentido/significado da palavra, considera a denominação milícia enquanto mecanismo ideológico com quatro pontos fundamentais: 1) A denominação milícia recobre a violência policial ao dar outro nome a polícia, desvinculando a milícia da instituição policial; 2) Por outro lado, é o lugar de policial que configura e sustenta o sentido de milícia enquanto protetora; 3) No entanto, tem sua prática associada a grupos criminosos, por isso é então significada como criminosa, um desdobramento da polícia; 4) A existência da milícia estaria ligada a um espaço material político e simbólico determinado: a favela e/ou bairros periféricos no caso deste trabalho, pois é nesse espaço que ela se impõe. Podendo punir com o extermínio aquele que seja considerado inimigo, a saber: usuários de drogas, ladroes, opositores, invasores, moradores, etc. Para Cano; Ioot (2008) anteriormente esse “grupo” era conhecido como “polícia mineira” ou “grupo de extermínio”, e hoje são definidos como milícias. Propõe a definição como a soma dos eixos simultâneos a seguir: 1) Controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular; 2) Caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território; 3) Ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos; 4) Discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros; 5) Participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos.

Assim, tais áreas tornam-se dinâmicas para a ação de agentes ligados à criminalidade, pois disputam o território, principalmente pelo controle do tráfico de drogas, marcada por uma guerra pelo controle do território. Já que o território seria uma luta social, enquanto conquista pelo espaço, e essa luta envolve sempre interesses mais concretos, materiais, funcionais e interesses mais simbólicos de poder, pois, território e poder estão imbricadamente relacionados (HAESBAERT, 2014). Com isso, as “novas” áreas de expansão, onde há baixa participação do poder público, associados à intensa pobreza, tendem a ser “zonas vermelhas” de homicídio, marcadas pela sensação de medo e insegurança acentuada nos últimos anos (HAESBAERT, 2014).

Assim, para a execução da pesquisa, a metodologia realizou-se em seis etapas:

1. Levantamento bibliográfico com ampla pesquisa acerca dos conceitos de produção do espaço urbano, metropolização do espaço, desigualdades socioespaciais, território, violência, crime, criminalidade e homicídios, o que permite pensar uma análise geográfica da violência em Belém e Icoaraci;

2. Levantamento documental da formação histórico-geográfica de Icoaraci e dos indicadores socioeconômicos e da ocorrência no número de homicídios dos bairros que fazem parte do distrito. A coleta desses dados será a partir de órgãos e instituições como: Biblioteca Pública de Icoaraci Avertano Rocha, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Prefeitura Municipal de Belém (PMB), Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP), Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC), Universidade Federal do Pará (UFPA);

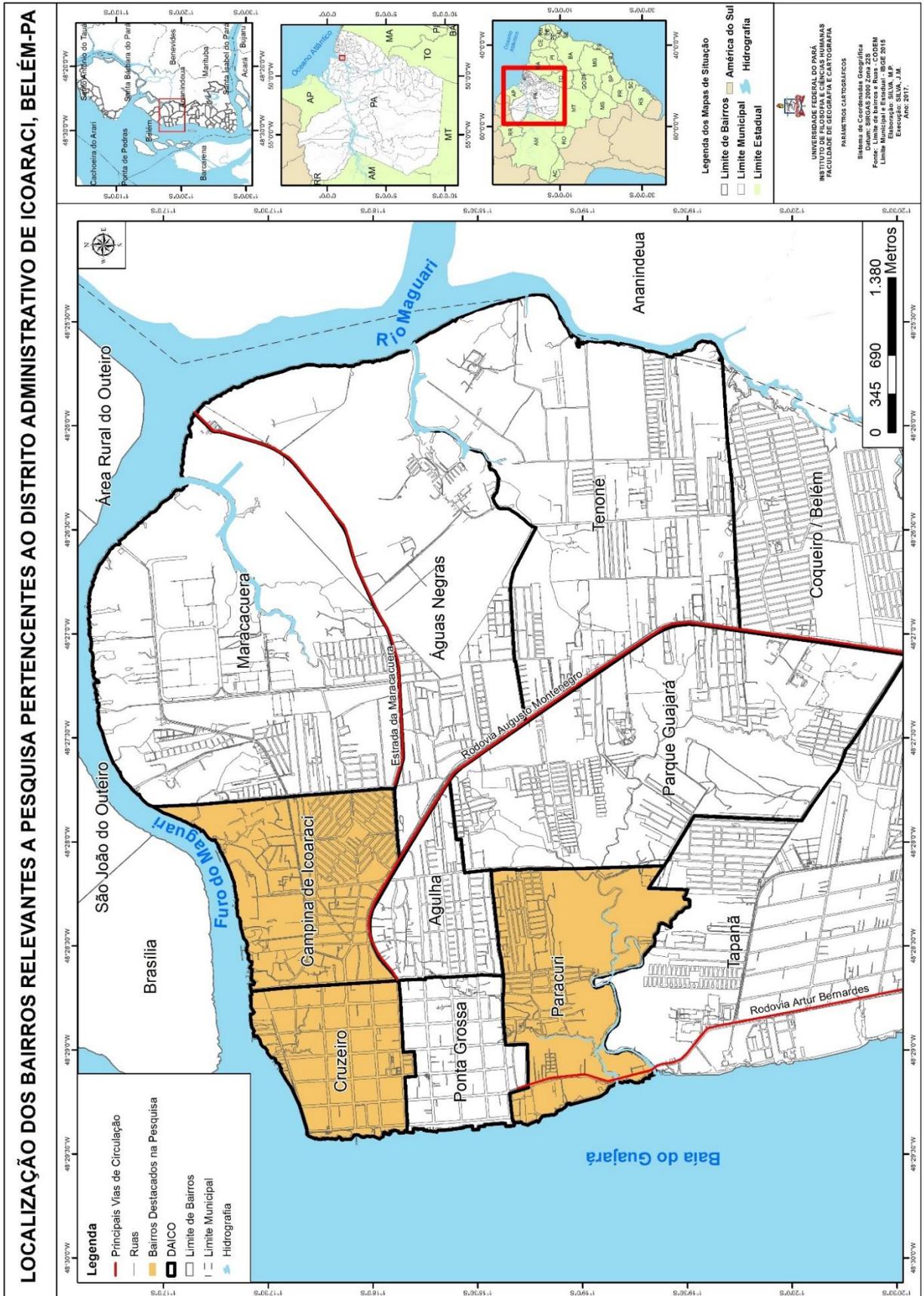
3. Trabalhos de campo de caráter exploratório para coleta de dados por meio da observação dirigida e para contato com a população envolvida com a problemática dessa pesquisa. Objetivou-se, assim, coletar informações acerca do processo de ocupação das áreas de expansão e de pobreza, conhecendo a dinâmica dos bairros e sua população; se consideram os bairros como violentos e se há o sentimento de medo e insegurança perante os moradores do distrito;

4. Entrevistas semiestruturadas com os moradores dos bairros de Icoaraci, visando conversar com os habitantes a fim de entender as problemáticas sociais e infraestruturais dos bairros, se existe medo e insegurança perante eles, bem como dos representantes de associações de moradores dos bairros. Além de entrevista com o delegado e/ou gestor responsável pela Delegacia de Homicídios de Icoaraci. Os instrumentos a serem utilizados nas entrevistas baseiam-se no roteiro presente no Apêndice A, ao final do trabalho.

Os bairros escolhidos foram três, dos nove bairros de Icoaraci: Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri; baseando-se nas seguintes variáveis determinantes: tempo de ocupação, nível de escolaridade, renda e serviços infraestruturais, índices de homicídios.

O tempo de ocupação foi o recorte utilizado para exemplificar a realidade de um bairro de ocupação antiga (1850 a 1950) representado pelo bairro Cruzeiro; intermediária (1950 até os anos 1970) pautado no bairro Campina de Icoaraci; e mais recente (1970 em diante), chamando a atenção para o bairro Paracuri, a serem trabalhados no segundo capítulo do trabalho. E que, posteriormente, no terceiro capítulo, serão utilizados para análise da produção da violência e das desigualdades em Icoaraci, relacionando a ocorrência do crime de homicídio nesses bairros e os serviços prestados a essa população por meio das variáveis sociais de nível de escolaridade, renda e serviços infraestruturais.

Dessa maneira, buscou-se a compreensão dessa realidade por meio de análise das variáveis sociais, da ocorrência dos homicídios e das entrevistas com a população, sendo dez entrevistas em cada bairro.



Mapa 02: Localização dos bairros relevantes à pesquisa, do Distrito de Icoaraci.
 FONTE: COHAB/CODEM, elaborado por Juliana Maciel, 2016.

A compreensão por meio dos agentes locais, em que serão levantadas questões para os agentes da produção do espaço, dos três bairros (Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri) mencionados, entrevistaremos lideranças comunitárias, religiosas, comerciantes e a população de modo geral, onde os mesmos expressam suas percepções sobre a violência e os serviços prestados em seus bairros. E, também, a percepção dos agentes macro: as instituições de segurança pública, compreendendo os homicídios em Icoaraci (APÊNDICE A). Todos esses pressupostos, uma vez materializados, contribuirão para que a apresentação dos resultados se desse de forma precisa.

5. Produção cartográfica a partir dos dados recebidos da SEGUP, especialmente a SIAC, com banco de dados de homicídio do Estado do Pará, em especial os dados referentes aos homicídios nos bairros do distrito de Icoaraci. Os dados recebidos a priori serão tabulados de acordo com as ocorrências dos anos de 2013 a 2015. As variáveis utilizadas na tabela serão: semestre, número de homicídios, data do fato, dia da semana, hora do fato, faixa de hora, mês do fato, ano do fato, ato real, meio empregado, distrito, município, regionais, bairros, rua do fato, perímetro e complemento para posterior execução dos mapas. Essas informações serão manuseadas em conjunto com os *softwares* livres (*OpenGis*) de geoprocessamento denominados *Quantum Gis (Open Geospatial Consortium)* e o *ArcGis* para o *layout* final dos mapas. A cartografia realizada contou com seis mapas ao todo.

Também foram elaborados mapas, tabelas e gráficos referentes às variáveis sociais analisadas de educação, renda e serviços infraestruturais (saneamento, energia, abastecimento de água, e coleta de lixo) referente aos bairros Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri, procurando a melhor visualização e análise dos dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE/sessão Pará.

No trabalho final constam doze mapas: mapa de localização da área de estudo, mapa dos bairros recortes de análise, mapa de equipamentos urbanos do distrito de Icoaraci e mapa de expansão urbana do mesmo, mapa de renda de domicílios, de serviços públicos, como água e esgotamento sanitário e mapas de homicídios.

6. Após a coleta de amostragens, dar-se-á a sistematização final dos dados com a análise da produção cartográfica e indicadores dos homicídios em Icoaraci, a partir dos conceitos geográficos acerca da produção do espaço urbano, metropolização do espaço, desigualdades socioespaciais, território, violência, crime e criminalidade.

Assim, os capítulos estruturados em três, para o entendimento da pesquisa, abordam primeiramente, no Capítulo 1, uma revisão conceitual acerca da metropolização do

espaço, desigualdades socioespaciais, território e violência urbana com autores que buscam subsidiar o entendimento desses processos influenciando na área pesquisada.

O Capítulo 2 tem o intuito de tratar da formação da cidade de Belém e do distrito de Icoaraci, e como isso influenciou na produção da violência.

O Capítulo 3 pretende tratar da produção da violência em Icoaraci, como surgiu ao longo dos anos, analisando dados dos crimes de homicídios e recortando a análise a partir de 2000, relacionando com as variáveis sociais de educação, renda e serviços infraestruturais (saneamento, energia, abastecimento de água, e coleta de lixo), juntamente com os conceitos e processos abordados nos capítulos anteriores.

Dessa forma, após o que foi supracitado, percebe-se que a geografia se configura como uma importante e poderosa ciência ao dialogar com outras que visam decifrar o problema multifacetado da violência e criminalidade urbanas, pois objetiva estudar com suas peculiaridades e ferramentas cartográficas, por exemplo, as particularidades de cada espaço.

CAPÍTULO 1 – METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO, DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL E VIOLÊNCIA URBANA

Buscaremos, nesta primeira parte do trabalho, desvendar a origem e a fundamentação dos conceitos de metropolização do espaço, desigualdade socioespacial, território e violência, bem como interpretá-los e analisá-los à luz de uma bibliografia, de modo que possamos conceber suas múltiplas dimensões e seus principais atores e agentes, e, ainda, apontar as possíveis contradições que ocorrem entre ambos os processos.

Primeiramente, tratar-se-á da metropolização do espaço, revisitando os autores que abordam o conceito de forma que mais se assemelha com a proposta deste trabalho. Em princípio, serão abordados autores que possuem uma perspectiva de metropolização no contexto dos países centrais para que, em seguida, no texto, seja feita a passagem teórica para as discussões nacionais e regionais que mais têm proximidade com o tema abordado no trabalho.

Dessa maneira, a mesma estrutura se segue para a abordagem dos conceitos de desigualdade socioespacial, violência urbana, com uma passagem pelos conceitos também de crime, criminalidade e os homicídios, pois são importantes para a discussão proposta na estrutura deste trabalho.

1.1 METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: REVISITANDO CONCEITOS

O conceito e ideias iniciais de metropolização do espaço, podem ser encontrados nos estudos do geógrafo francês, Bernard Kayser (1969), sendo esse, entre outros grandes autores, responsáveis pela influência dos pesquisadores nacionais acerca do tema. Kayser (1969) discute as mudanças na relação cidade e campo, tendo como referência o território francês, e, assim, constrói a distinção entre espaços metropolizados e espaços não metropolizados.

Para o autor, o espaço metropolitano caracteriza-se como um espaço que mantém relações concretas e estritas com a grande cidade devido ao fluxo de pessoas, mercadorias e capitais. Esses fluxos seriam intensos e permanentes, o que coincidiriam com os grandes eixos de urbanização. Do outro lado está o espaço não metropolizado, esse, por sua vez, o autor caracteriza como “[...] fundamentalmente heterogêneo [...] o espaço não-metropolizado se caracteriza, ainda, por uma densidade demográfica, não só rural como particularmente fraca” (KAYSER, 1969, p. 47).

Essa distinção torna-se importante para a compreensão da metropolização, porém, não significa que devam ser tomadas sempre como separáveis, sem perceber as nuances e influências de um espaço no outro. Os dois espaços, metropolizados e não metropolizados, apesar de parecerem opostos e duais, na verdade seriam uma distinção de caráter instrumental utilizada por Kayser (1969) para o entendimento desse processo. Tal distinção, mais tarde, se fará importante para entender como o objeto de estudo sofre influência do processo de metropolização e se torna espaço metropolizado.

Outro teórico da metropolização, François Acher (1998), intensifica essa concepção da relação entre os dois espaços, uma vez que ele compreende que o processo de metropolização não se restringe ao espaço metropolitano. Ao falar das aglomerações urbanas, Acher (1998) diz que a metropolização não é simplesmente um fenômeno de crescimento das cidades e grandes aglomerações – mais que isso –, tal processo diz respeito também ao funcionamento do cotidiano dessas grandes aglomerações, das grandes e médias cidades, até mesmo distantes das metrópoles, formando morfologias urbanas de diversos e novos tipos, tornando a temática mais complexa.

Nas concepções de outro autor, Michel Bassan (2001), ao abordar o que chama de “Os seis parâmetros da metropolização”, de início, logo questiona se a metropolização está relacionada ao processo de globalização, tendo em vista que esse processo se refere a processos que moldam as metrópoles de forma mais recente. E esse olhar faz referência ao fato de que nas cidades há um forte crescimento, tanto no tamanho da mesma, como em número populacional. Nesse sentido, o autor foca o processo de metropolização por meio de dois ângulos diferentes, porém, inseparáveis. O primeiro diz respeito ao processo de estrutura social e espacial interna de uma metrópole. Dependendo das pesquisas, Bassan (2001) define a metrópole como uma grande comunidade urbana que se aproxima ou ultrapassa um milhão de habitantes. Desde o início, nota-se o tamanho da cidade, embora não seja um critério que a define. Já, a segunda direção de metropolização, significa o desenvolvimento de um sistema de cidades na globalização. Esse processo envolve a formação de uma rede global de metrópoles. A metropolização é, assim, também, a construção da globalização e implica na reestruturação territorial interna e externa das cidades.

Acerca do primeiro parâmetro da metropolização denominado de construção, Bassan (2001), analisa que há a evolução das metrópoles, com o crescimento elevado em números ao longo dos anos, e que a maioria dos habitantes da Terra vivem em cidades. E a evolução desse processo de produção do espaço metropolitano nos últimos cinquenta anos, de forma considerável, mostra a importância da metropolização. Além disso, afirma que as estatísticas

da ONU estimam que esse processo não fora concluído. Em suma, para Bassan (2001), a globalização ou mundialização, engendra diretamente na construção desse quadro mundial de metrópoles ou, em outras palavras, metropolização.

O segundo parâmetro abordado pelo autor, chama-se “expansão metropolitana”, que diz respeito ao processo de expansão das metrópoles para além das áreas agraciadas com as melhores condições de uso do solo, moradia, saneamento, entre outros itens básicos para a vida nas grandes cidades. Segundo o autor, as áreas urbanas são rapidamente saturadas e, novos lugares estão sendo procurados para construir rapidamente, em grande número, habitações populares. Ou seja, esse processo de expansão gera também outro processo, o de suburbanização.

A suburbanização envolve a migração de classes populares das cidades a municípios adjacentes. Rapidamente, o processo de suburbanização seguinte é o início das cidades com médias categorias profissionais e, acima de tudo, a busca de casas individuais, para evitar a poluição, o perigo, ruídos, centros urbanos. Através desses processos, formam-se aglomerações urbanas; combinando centro histórico, áreas suburbanas compactas e densas, e mais difusa, envolve uma reafecção de segregação, bairro, habitação social, especializações e zonas de solo, equipamentos de todos os tipos. Assim, cria-se uma fragmentação social e espacial em áreas urbanas e metrópoles. (BASSAN, 2001).

O terceiro parâmetro analisado por Bassan (2001) é o de fragmentação social e espacial. Para ele, fatidicamente, a vida urbana foi fragmentada, mas é com a metropolização que essa fragmentação se torna mais particularmente impressionante. Muitas vezes, é também chamado *fractalisation*, desmoronamento, estouro, divisão, fratura, diferenciação, efeito mosaico etc. Deve-se notar, desde o início, que o processo de fragmentação tem se mostrado na cidade, na cidade industrial e na cidade urbanizada.

Segundo Bassan (2001), a segregação social é a inscrição em chão da desigualdade social, isto é, da rarefeita distribuição dos serviços públicos essenciais de forma não homogênea. Nesse sentido, a segregação social da metropolização tem múltiplas consequências, que variam em escala e rigor, tal como ocorre nos bairros das grandes metrópoles, indicando que esses bairros são formas e mecanismos de exclusão, tanto na parte superior, quanto na parte inferior da hierarquia social.

Um dos aspectos mais visíveis desse elevado processo de segregação é a violência em forma de revoltas individuais e coletivas, como ocorrem em Caracas e em outras metrópoles latino-americanas apontadas por Bassan (2001, p. 36):

La ségrégation sociale de la métropolisation a des conséquences multiples, qui varient selon son ampleur et sa rigueur. On parlera alors de quartiers d'exil (Dubet, 1992), c'est-à-dire de quartiers qui sont des formes d'exclusion, tant au sommet qu'à la base de la hiérarchie sociale. Dès lors, on suggère que les métropoles sont frappées de la fracture sociale. La probabilité est grande que la ségrégation devienne une des causes majeures de la violence tant individuelle que collective les émeutes de Caracas et d'autres métropoles latino-américaines, de Los Angeles, des agglomérations urbaines britanniques, des banlieues françaises, la criminalité redoutable envers les biens et les personnes.

Essas revoltas, muitas vezes impressas em forma de movimentos sociais, colocam a vida da população metropolitana em um contexto de insegurança, o que reforça ainda mais a segregação social (BASSAN, 2001).

Ao chegar no quarto parâmetro da metropolização, denominada de “redes metropolitanas e mobilidade”, Bassan (2001) aborda três conceitos que resumem políticas que podem evitar confusão ou caos metropolitano: comunicação, transporte e mobilidade, desde que sejam efetivas para a população. Para o autor deve-se promover a comunicação de forma a permitir que a diversidade de atores metropolitanos.

Comunicação, transporte e mobilidade envolvem política constantemente renovada para as redes. Essas redes de preocupação são: a mídia e outros meios de comunicação, rede de vias de acolhimento das mais diversas mercadorias, sistemas de eliminação de resíduos, redes que fornecem água potável e descarga de águas residuais, as redes de energia distribuídas em cada edifício comercial ou em residências. Em outras palavras, a rede técnica e política territorial deve ser conduzida com grande cuidado.

Em suma, a mobilidade e comunicação são essenciais para combater o caos que inevitavelmente gera expansão metropolitana e sua fragmentação socioespacial e temporal. No entanto, a mobilidade das redes metropolitanas depende certamente de transporte, mas também de todas as outras redes envolvidas na mobilidade de pessoas e bens. Nota-se, portanto, a importância vital da rede de espaço público, pois “a mobilidade é a condição *sine qua non* da participação nas dinâmicas metropolitanas” (BASSAN, 2001, p. 32).

O quinto parâmetro, a “metropolização”, aborda justamente o processo de metropolização, que implica num aumento de individualização e individuação. Não que eles não existiam em sociedades anteriores, mas com a metropolização se ampliaram. Especificando esses dois termos, o autor quer dizer que por individualização entende-se a afirmação de autonomia do indivíduo contra todas as formas de vida social e coletiva, para um reforço desse individualismo. Confrontados com essa irrupção maciça de pessoas, cada um procurando distinguir todas as formas possíveis: é individuação. Ambos os processos dão

força ao ator individual, mas gera, simultaneamente, incerteza e confusão e, portanto, esses indivíduos que procuram outras formas de vida social e coletiva.

O sexto e último parâmetro, “governança metropolitana”, apresenta-se sob o contexto de que as cidades e o processo de urbanização envolvem um quadro institucional ou político específico. O desenvolvimento de cada cidade teve lugar como parte de uma instituição: o município poderia ter amplamente variadas formas, o que não impede, em qualquer caso, as estruturas de formação do poder muito “pirâmide” e tão pouco democrático. No entanto, o jogo dos agentes econômicos, políticos, profissionais do espaço, cidadãos etc., teve lugar num quadro institucional democrático, feito de eleições, referendo, debates públicos, meios relativamente independentes, entre outros.

É em relação a essa situação que Bassan (2001) afirma a importância e necessidade do conceito de governança: tem-se uma realidade com a estruturação de território, certamente não muito definida, economia, vida social, agentes econômicos, políticos locais, regionais, nacionais, de profissionais do espaço que devem agir imediatamente, os habitantes e usuários etc. Essa situação complexa não tem instituição política democrática. Portanto, atores de todos os tipos entram em negociações externas para enfrentarem muitos problemas. Esta é a governança.

Ainda, segundo o autor, a governança pode ser compreendida por meio de duas óticas: os olhos dos que estão otimistas – além disso, eles falam sobre “a boa governança”, porque eles pensam que qualquer negociação seja capaz de resolver todos os problemas, pragmaticamente, com relativa eficiência –, e os olhos daqueles que são pessimistas, que não veem a governança como algo bom para a metrópole.

Bassan (2001) sintetiza a sua teoria, constituída por seis pontos, como sendo: casos de situações de crises no espaço metropolitano ou do processo de metropolização, com maior evidência para as crises sociais, ecológicas, políticas e democráticas. A primeira diz respeito às desigualdades exorbitantes que resultam em segregação social. Elas são frequentemente extremas, o que explica as diferentes formas de violência que surgem nas metrópoles. Acaba também por gerar uma insegurança, chamada pelo autor, de odiosa e prejudicial; a segunda crise refere-se a termos de poluição do ar, água, solo, o que causa um colapso do estado de saúde; já a crise política e democrática é caracterizada pelo fato de que as metrópoles, no âmbito da governança, estão sujeitas a um déficit democrático, que influencia a coesão metropolitana, dependendo do político que a governa, se ele desempenha um bom ou mau papel.

Em suma, ainda para finalizar o pensamento do autor acerca do processo de metropolização, é possível mencionar que a metropolização é um fenômeno total e social. Ela implica a economia, demografia, política, ambiente, território, cultura, relatórios sociais, entre outros aspectos, pois ela existe, tanto no nível micro, como no macrosociológico; enfatiza estrutura e estruturação, e, finalmente, ela se manifesta em todos os níveis de profundidade da realidade social. Assim, a metropolização pode se desenvolver em muitos níveis.

Sander e Vergés (1996) também contribuem com esse estudo discutindo o processo de metropolização, como nas obras de autores internacionais (Kayser, 1969; Bassan, 2001), importantes para a compreensão deste processo, concluem que a metropolização é um processo difícil de ser negado no mundo atual; as áreas de crescimento urbano metropolitano são áreas que viverão esse fenômeno. A cidade, hoje, é aquela influenciada por esse processo, pois as primeiras, atualmente, passam a ser consideradas como metrópoles e passam pelo processo de metropolização; o futuro das cidades seria esse processo.

Processo este, no qual ocorre interdependências globais e implicações fortes na dinâmica das cidades. Os autores estudados, então, estariam se esforçando para definir exatamente o que são essas novas formas urbanas, de modo que não existe uma teoria ideal ou aprovada da metrópole no mundo, mas, sim, concepções complementares que ajudam a compreender o processo. Os teóricos da metropolização também estariam interessados nas modalidades de gestão e o planejamento urbano que poderia ser colocado a serviço de compreender um desenvolvimento metropolitano que evitaria divisões socioeconômicas, como pode-se observar nas discussões de Bassan (2001), por exemplo.

Nota-se que, pela visão dos autores internacionais, que a metropolização do espaço representa um processo em curso marcado pela acentuada exclusão social, notadamente da infraestrutura dos serviços públicos essenciais para o bem-estar e qualidade de vida das populações. Essa segregação de condições de vida dignas acarreta, sobretudo, casos de situações de crises no espaço construído, com destaque as crises sociais, ecológicas, políticas e democráticas, colocando a própria metrópole em risco de violência e insegurança, como efeito de conflitos difusos, manifestados em forma de revoltas populares arbitrarias ou em forma de movimentos sociais organizados.

De fato, fazendo a passagem desses autores – referências mundiais –, para os autores – referências nacionais –, acerca do tema. Muitos dos estudos nacionais corroboram a literatura internacional sobre o tema em questão. Batista *et al.* (2016) sintetizam que o processo de metropolização e de expansão do tecido urbano na América Latina está relacionado com o fenômeno da periferização, isto é, processos de expansão da franja urbana

por moradias de baixa renda e ocupação urbana descontínua, e com deficiências de infraestrutura e baixo grau de coesão ou participação social na estruturação das regiões metropolitanas. Entendem que as periferias são marcadas pela precarização de serviços urbanos e pela ineficiência de políticas públicas, configurando um território de tensões e conflitos.

Para esses autores, inclusive, os municípios brasileiros, são uma forma de mascarar a desigualdade socioespacial e a exclusão social, como produto do processo de metropolização. Esses locais são afastados do centro das cidades, pois, servem de ocupação informal do solo e da moradia por migrantes intrametropolitanos, e também migrantes de outros estados. Essa dinâmica de movimento migratório para ocupar locais afastados traz implicações imediatas (BATISTA *et al.*, 2016, pp. 449-450), como:

Ausência de coesão entre os habitantes dos novos bairros precários que se configuram; Proliferação de choques culturais em função dos valores e costumes diversos dos habitantes; Ausência de serviços básicos de saúde, de abastecimento de água e de eletricidade para as residências, gerando conexões clandestinas e disputas por sobrevivência, que podem acirrar conflitos e violência interpessoais.

Portanto, podemos dizer que o processo de metropolização do espaço é um processo excludente e que gera problemas sociais de várias naturezas, cuja tensão e conflitos giram em torno de uma série de demandas sociais no espaço, dentre as quais: por moradia, apropriados por aqueles que não conseguiram se fixar e/ou foram expulsos da cidade.

Não obstante a esse resultado, Lencioni (2013, p. 17) chama atenção para o fato de que o processo de metropolização do espaço inerentemente passa por outro processo – o da globalização –, ou seja, a metropolização é parte ou face constitutiva da globalização:

Esta face faz com que o mundo se constituísse num único espaço social regido por uma dinâmica de expansão crescente das relações sociais capitalistas em escala planetária e, ao mesmo tempo, de intensificação dessas relações.

O grande desafio para os estudiosos, em particular os geógrafos, é entender a dinâmica socioespacial contemporânea (LENCIONI, 2013). Para tanto, a produção de uma “geografia contemporânea” seria uma forma de expressar, de forma mais inteligível, o mundo atual e suas adversidades, desde que traga instrumentos analíticos que permitam melhor evidenciar essa nova realidade de dinâmica socioespacial contemporânea, a qual marca a

presente metropolização do espaço brasileiro. Diante dessas ponderações, a autora (LENCIONI, 2013, p. 17), define metropolização do espaço como sendo um:

Processo socioespacial que transforma profundamente o território. Todavia, não se trata de uma simples transformação, mas de uma verdadeira metamorfose, na medida em que implica em profundas alterações, quer de formas, bem como de estrutura e de natureza. Daí, o melhor uso da expressão metamorfose do que o uso da palavra transformação. [...] A metropolização do espaço se constitui num processo socioespacial que metamorfoseia o território.

A autora considera ainda que o debate sobre a metropolização do espaço à luz da globalização é algo favorável para mais bem se compreender as transformações da dinâmica socioespacial contemporânea, a partir dos espaços metropolizados e a metrópole.

Os espaços metropolizados, por sua vez, são espaços que assumem aspectos e características similares, mesmo que em menor escala, aos da metrópole, quando se leva em conta os investimentos de capital, o desenvolvimento das atividades de serviços com sua correlata concentração de trabalho imaterial; desenvolvimento das atividades de gestão e administração. Àqueles primeiros espaços também apresentam outros aspectos distintos, como: desenvolvimento de vários centros comerciais e de serviços, uma densidade significativa de redes imateriais e a presença bastante visível dos socialmente excluídos (LENCIONI, 2013).

Nessa discussão, entre o espaço metropolizado e a metrópole, é interessante conferirmos a localização dessas categorias geográficas, cuja explicação pode ser apurada na seguinte assertiva (LENCIONI, 2013, p. 19):

[...] Isso significa dizer que podemos encontrar espaços metropolizados fora das metrópoles, instituídos pela administração pública. Ou ainda, o espaço metropolizado não é exclusivo da metrópole e nem se confina nas fronteiras de uma região metropolitana. Eles (os espaços metropolizados) tendem a se apresentar mais intensamente junto a um núcleo metropolitano, ainda que seja de aspecto regional. O que a paisagem revela, de fato, são mosaicos de espaços metropolizados, confundidos com o de espaços ainda não metropolizados, na medida em que se vai distanciando das áreas de maior densidade de pessoas, mercadorias e fluxos, os espaços não metropolizados vão se impondo aos metropolizados.

A análise dessa citação permite dizer que o processo de metropolização do espaço pode incidir sobre espaços metropolitanos ou não, muito embora o ponto de referência seja o núcleo metropolitano, marcado por características urbanas específicas, constituindo-se num

fenômeno multiforme e contraditório, refletindo nas mobilidades e na desigualdade espacial e social.

Com fundamentos nas referências de Lencioni (2013), podemos considerar que a metropolização do espaço, marcado pela sua reestruturação, reflete o processo de globalização, o qual impõem homogeneização do espaço, fragmentação e altera profundamente a hierarquização dos lugares. Como efeitos positivos, temos o desenvolvimento de infraestrutura, como redes de circulação e mobilidade, provisão de serviços públicos, redes de informações e de comunicação, embora esses benefícios não sejam algo universal para todas as populações do espaço metropolizado. Assim, como reforça Carlos (2013), que a metropolização do espaço se apresenta como fenômeno complexo, apontando para uma realidade que se mundializa e é submetida às determinações históricas, podendo ser desvendado a partir das transformações na e da metrópole em processo de expansão.

Por esse olhar, o espaço tende à mundialização, isto é, essa perspectiva possibilita uma análise do espaço como mundial e a sociedade como urbana. Essa perspectiva certamente transforma as relações espaço-temporais redefinidas no bojo da metropolização, resultando na produção de um tempo efêmero e de um espaço amnésico (CARLOS, 2013).

Em suas palavras (CARLOS, 2013, p. 35):

A “metrópole de um tempo” aparece como forma contemporânea da expansão do tecido urbano, num movimento de reprodução social em que seus conteúdos rearticulam áreas urbanas consolidadas, as quais assumem um novo papel na divisão espacial do trabalho, ora como lugar de moradia, ora como expansão das atividades econômicas constituidoras de novas centralidades.

De acordo com as análises da autora, a produção do espaço resulta em uma contradição: ao mesmo tempo em que representa um movimento que reflete o processo de mundialização da sociedade urbana, acentua também o processo de fragmentação do espaço – efeito do desenvolvimento da propriedade privada –, e do indivíduo – manifesto em decorrência da ruptura do passado e que afeta as relações de sociabilidade –, num movimento que, em sua extensão, hierarquiza os lugares, criando e recriando novas funções, como o movimento da acumulação do capital, que se renova no âmbito da reprodução das relações sociais de produção.

Nesse aspecto (CARLOS, 2013, p. 37):

[...] A urbanização, antes de significar o crescimento da cidade, revela um processo profundo de transformação nas formas e conteúdo da produção do urbano, como reprodução da existência humana prática, real e concreta dos indivíduos, generalizando-se em forma de conflitos, a partir de pontos centrais do território.

Por essa linha de raciocínio, a metropolização do espaço nada mais é que uma exigência do desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, na medida em que acompanha o movimento constitutivo da própria metrópole, explicitando-se pela extensão do tecido urbano que, a partir do centro, desenvolve-se até a periferia com diferenciados conteúdos em seu processo de extensão.

A extensão que a autora se refere é do centro rumo à periferia, cuja reprodução do capital impõe novas funções e configurações, na medida em que o sistema fabril vai além das cidades, englobando novos contornos. Justamente, é nesse aspecto que ocorre a fragmentação do tecido urbano, quando se constrói a periferia para acomodar a massa de trabalhadores, como também ocorre em função do preço do solo urbano. Assim, o capital transforma a periferia na atividade agrária, nas relações de propriedade e nas relações camponesas, onde, destituídos da terra e sem empregos, uma massa da população sai dos campos em direção à periferia, legitimando, por conta disso, a segregação social.

Com base nos estudos de Carlos (2013), pode-se sintetizar que a metropolização do espaço está associada à produção capitalista de mercadorias que, para reproduzir o capital, exige ampliação e transformação do espaço. Essa imposição aprofunda as desigualdades socioespaciais, como efeito da fragmentação do espaço e do indivíduo, levando aos conflitos difusos, colocando o novo espaço em situação de risco de violência, a proliferação de crimes, em função das necessidades urbanas, em particular, as sociais, não serem atendidas para boa parte da população.

Nelba Penna (2013) aprofunda essa discussão, frisando que a reprodução do sistema capitalista no espaço territorial urbano gera efeitos negativos, visto que as segmentações, segregações e clivagens do território aparecem como expressões da materialidade do processo de desenvolvimento geográfico desigual do sistema vigente. Essa autora argumenta que o capitalismo fragmenta territórios e populações das velhas modernizações e segmentações socioespaciais – sem infraestrutura básica, baixos níveis de renda e de imobilidade espacial, social e tecnológica –, daqueles que adquirem uma expressividade em relação à tecnologia, informação e comunicação, difundindo um espaço de mobilidade das conexões tecnológicas.

Esse antagonismo de espaço, de estrutura e de bem-estar social se reproduz principalmente na periferia do mundo globalizado, onde o processo de urbanização se

encarrega de recriar o atraso, revestido de novas formas, em contraposição à dinâmica tecnológica. Nesse espaço recriado, no entanto, dois elementos se manifestam: as consequências das transformações no mercado de trabalho e o acesso à moradia, as quais promovem grandes concentrações populacionais, tornando a cidade vulnerável. Isso significa que “o desenvolvimento ainda não foi capaz de transformar os ganhos econômicos em benefícios sociais mais amplos, a ponto de alcançar as populações pobres” (PENNA, 2013, p. 340).

Temos então, por meio do pensamento desses autores, um marcador importante para pensar posteriormente a violência e a desigualdade socioespacial como fenômenos/processos influenciados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, que não alcança, de forma semelhante, todas as populações em que o desejo do ter, do consumir, pode surgir como fruto dessa desigualdade econômica, que poderá atingir a desigualdade no espaço, na própria moradia, no consumo e acesso a bens básicos à vida, e a produção da própria violência. Desse modo, o espaço urbano, com suas profundas transformações, torna-se meio, condição e produto da reprodução das relações sociais, constituindo uma realidade urbana global, tal como concebe Lefebvre (1974). Trata-se do espaço vivido, vinculado à prática social, e não apenas de um espaço entendido como neutro ou epistemológico.

Nota-se uma contraposição colocada pela autora entre a metrópole urbanizada e desenvolvida, e a periferia do atraso, como efeito da negação de se viver na cidade. Diante dessa dicotomia, a periferia passa a concentrar populações socialmente vulneráveis, como reflexo das desigualdades produzidas pelo capitalismo. Nesse aspecto, Penna (2013), destaca que essas regiões não metropolitanas (subúrbios, favelas e periferias) representam áreas empobrecidas, pois não são contempladas por qualquer projeto articulado de políticas de gestão, regulação e planejamento urbano, até porque a alocação de recursos é direcionada aos bairros nobres do espaço metropolizado, homogeneizando formas e conteúdo.

O descaso do poder público para com as regiões periféricas resulta na ausência de cidadania, indo desde a falta de segurança, oportunidades de crescimento pessoal, passando pela carência de serviços públicos essenciais (saúde, educação, formação profissional, mercado de trabalho) até a precária infraestrutura de saneamento urbano. Por fim, certamente ocorre uma “quebra do contrato social”, onde o não exercício do direito à cidadania se traduz em um ambiente de conflitos e de violência, colocando em risco o sagrado poder de ir e vir das pessoas dentro da própria periferia.

Esse é o retrato ilustrado por Penna (2013), quando aborda a metropolização do espaço no contexto da urbanização global, contrapondo e polarizando o território

metropolizado e homogêneo com a diversidade de precariedade da região periférica, ou seja, pelo pensar dessa autora, os efeitos negativos da reprodução do sistema capitalista têm como plataforma a metropolização do espaço, legitimando a segregação espacial e as disparidades sociais, as quais se reproduzem nas periferias dos centros urbanizados.

Lencioni (2003) ressalta ainda que é no aglomerado metropolitano, no esboço das megalópoles em formação, que se encontra a maior diversificação na velocidade dos fluxos entre os lugares, diferenciando-se significativamente no conteúdo da relação espaço-tempo. Para a autora (LENCIONI, 2003, p. 39), é justamente essa relação espaço-tempo que produz a transformação da posição relativa das cidades, tal como mostra o seguinte exemplo:

Se no passado, num percurso de cerca de seis horas a uma cidade, situada a meio do caminho entre uma e outra cidade, poderia usufruir vantagens locacionais desenvolvendo determinadas funções urbanas, como serviços para o abastecimento dos transportes ou do alojamento; hoje, dada a velocidade que altera a relação espaço-tempo e, portanto, a posição relativa das cidades, talvez fica a meio caminho, podendo se traduzir em desvantagens e perdas de funções urbanas, na medida em que esse ponto intermediário se torna desnecessário.

Por trás dessa colocação da autora, está o processo de homogeneização do espaço, considerando-se um dado ponto do tempo, o tempo relativo, um mecanismo que o capital fabula para a sua reprodução e existência. Esse processo se movimenta num tempo que busca reduzir tudo, de uma certa forma, às necessidades e aos imperativos da produção capitalista. Porém, na dinâmica da reprodução capitalista não existe esse tempo, uma vez que o movimento presente na produção social e na produção espacial, não tem a mesma forma, o mesmo ritmo e nem mesmo a mesma atualidade. Isso explica o porquê de nos espaços mais homogêneos podermos encontrar uma só forma de reprodução do capital ou uma só forma de produção do urbano (LENCIONI, 2003).

Assim, o processo de homogeneização do espaço pode se revelar como processo de metropolização do próprio espaço, que com o seu avassalador ímpeto de assemelhar os lugares, dilui os diversos tempos presentes nos lugares. Por isso que a recuperação das diversas temporalidades é mais facilmente apreendida nos fragmentos espaciais, nas diferenças que se fazem presentes na homogeneização. Esses fragmentos revelam, não só o presente, mas também o passado, a exemplo de uma cidade que ficou no atraso, no decurso do processo de metropolização, mantendo aspectos arcaicos, com vestígios de um passado da vida rural dentro da vida urbana.

Diante disso, Lencioni (2003) critica a reduzida explicação da dinâmica espacial pelos termos homogeneização e fragmentação. Por isso, a autora opta em trabalhar um terceiro termo: a hierarquia, pois essa é que cria o nexo, o qual permite melhor compreensão da dinâmica espacial relacionada aos processos atuais de globalização. Entende-se que a homogeneização, fragmentação e hierarquização, ao lado do processo de metropolização do espaço, constituem aspectos teóricos com grande capacidade de instrumentalizar a compreensão da dinâmica urbana contemporânea.

A apuração analítica da referência de Lencioni (2003) permite-nos dizer que há certa preocupação, por parte dessa autora, com os elementos instrumentais que fundamentam e explicam o processo de metropolização do espaço, à luz do capital globalizado. Concordamos, sim, que a homogeneização, fragmentação e hierarquização fazem parte dessa dinâmica, levando-se em conta as identidades dos lugares menos desenvolvidos e atrasados, em relação aos espaços metropolizados e desenvolvidos, contrastando um contexto de riqueza e pobreza espacial e social.

Buscando desenhar uma síntese do que foi tecido pelos autores nacionais analisados, a metropolização do espaço é um processo global e que impõe o desenvolvimento do capital, o qual se reproduz sob a lógica da modernização e urbanização do território e produção do espaço das cidades, tendo como uma das âncoras, a promoção do segmento imobiliário, consolidando a propriedade privada, em particular, a concentração de terras urbanas.

Nesse contexto, a produção e reconfiguração do espaço geram homogeneização hierárquica e fragmentação espacial, cujo aspecto mais visível desse processo é a conformação de áreas periféricas e precárias, propícias à reprodução da pobreza. Enfim, a metropolização é um fenômeno excludente e desigual que polariza espaços concentradores de riquezas, com áreas despossuídas de condições estruturais e sociais de sobrevivência que, pela dificuldade de acesso aos bens e serviços, torna-se um ambiente favorável aos conflitos e a violência interpessoal.

Quanto à metropolização do espaço na Amazônia, com particular atenção na cidade de Belém, segundo Trindade Júnior (1988), o autor afirma que a metropolização e a metrópole, na atualidade, têm expressão formal e que se estabelece em uma nova forma de estrutura espacial e de usos, em relação à terra urbana, bem como resulta na transformação extraordinária no plano da estruturação da produção, revelando-se, no período contemporâneo, como um processo de desconcentração, dando origem às metrópoles desconcentradas ou polinucleadas.

Além dessas características estruturais, esse autor diz que há uma intensificação de novos fluxos de relações econômicas e sociais em vários planos, inclusive na vida cotidiana. A partir dessa proposição, Trindade Júnior (1998) busca compreender a dinâmica da conformação da metrópole de Belém em um contexto em que as definições estruturais capitalistas se mostram contingentes e são mediadas por ações outras que se configuram no plano regional e local, e, neste se singularizam.

Em seguida, o autor amplia a discussão, considerando que a própria urbanização amazônica ocorreu em decorrência do processo de industrialização verificado no país, no qual a fronteira econômica se coloca como uma necessidade de busca de recursos que atendam não só à dinâmica econômica mundial, como também à industrialização interna, ainda que a industrialização não seja – no caso de Belém –, o elemento propulsor direto da metropolização.

Na visão de Trindade Júnior (1998) a ausência de um setor secundário moderno e dinâmico faz com que em Belém, as condições de empobrecimento sejam bem mais agravadas na ocupação profissional e, por conseguinte, nos baixos salários, refletindo-se automaticamente no espaço de reprodução da força de trabalho urbana. Pelo olhar de Rodrigues (1998) verificamos também que a pobreza e a expressão “urbanização planejada e periférica”, refere-se às formas espaciais localizadas na periferia de grandes cidades, cuja existência, em sociedades capitalistas, se deve ao planejamento urbano explícito ou ao mal planejamento urbano.

Em consequência, Belém guarda certas peculiaridades em relação às condições de desenvolvimento impostas à Amazônia e ao seu processo interno de regionalização. Diferentemente de outras regiões em que a desconcentração metropolitana acompanha mais de perto o movimento do dinamismo econômico, configurando a metrópole polinucleada, a expansão em Belém reflete as condições de pobreza, marcadas pelo tipo de mão de obra disponível no espaço amazônico (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Após consultar alguns estudos da dinâmica e conformação urbana atual, o autor nos coloca que a forma metropolitana contemporânea faz parte de uma organização socioespacial em que a população metropolitana passa a estar distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão. Essas áreas são amorfas em sua aparência, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social. Por conta dessa conformação, essas áreas passaram a ser denominadas de “áreas metropolitanas polinucleadas”, uma maneira de distingui-las daquelas interpretações que as apresentam como uma versão mais ampla da cidade.

Essa dinâmica e expansões socioeconômicas, mostradas acima, têm dificuldade em se reproduzir localmente, visto que, o quadro econômico que caracteriza a metrópole belenense apresenta-se problemático, quando se leva em consideração a retração dos incentivos que foram colocados para a região amazônica em décadas anteriores, além da crônica expropriação do pequeno produtor no espaço rural. Por outro lado, a construção civil, que se destacava como importante componente absorvedor da mão de obra na metrópole, vem apresentando um significativo arrefecido, contribuindo para o aumento do desemprego e o caos social (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Para o autor, essas condições de reprodução da força de trabalho possuem uma dimensão espacial que acompanha a reprodução social no espaço metropolitano e no espaço regional como um todo. As dimensões que tomam, por exemplo, os assentamentos periféricos e o processo de periferização no espaço metropolitano de Belém aparecem, assim, como uma espacialização dessas condições. Esse processo é agravado pela mobilidade de trabalhadores, que tem sua força de trabalho desapropriada do espaço rural e/ou outras condições de subsistência e, para piorar, os mesmos não têm como garantir sua mão de obra (desqualificada) no emprego formalmente estabelecido na cidade, contribuindo para “um estado de proletarização ativa” nas periferias.

Dada essa visão do autor (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 121), este acrescenta que:

Trata-se de um processo marcado pela descontinuidade da inserção da mão de obra, haja vista que as condições socioestruturais não se mostram favoráveis para que o trabalho assalariado (em potencial) funcione efetivamente como tal, pelas características que o capitalismo adquiriu no espaço regional amazônico.

No Brasil e, especificamente na Amazônia, de acordo com Rodrigues (1998), as periferias urbanas enquanto problema social, constituem, tipicamente, o local de morada do proletariado associado a outros termos como: classes ou camadas populares, classes trabalhadoras, população de baixa renda, pobres. Para a autora, “a variedade dessas expressões de classe não se aplica dominante\dominado, tendo, na América Latina, e, provavelmente, no terceiro mundo, uma conotação específica: à existência” (RODRIGUES, 1998, p. 29).

Essas análises nos levam a compreender que Belém apresenta sua forma urbana dependente, ou seja, o seu processo histórico de formação é um processo de urbanização dependente. Essa dependência aumenta ainda mais quando se nota a sua submissão à lógica

das grandes corporações econômicas instaladas na região. Por isso, o autor classificou o caso de Belém, por ter uma urbanização dependente, de “cidade corporativa”.

É interessante atentar para esse adjetivo dado à cidade de Belém, pois ele influencia como ela se insere no contexto da política de desenvolvimento regional, culminando em processo de desconcentração, caracterizado por um movimento de dispersão e de reforço da concentração, não como metrópole fabril, mas como centro urbano relacional, tal como nos conta (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 123):

Assim como resultado da estrutura produtiva regional, foram também escassos os componentes dinâmicos das atividades industriais implantadas no estado do Pará e, por consequência, a economia do município de Belém possui pouca integração com os grandes projetos industriais localizados no interior do Estado. Embora disponha de um setor terciário organizado, capaz de permitir a inter-relação com aqueles pontos de desenvolvimento.

Por essa explicação, notamos que o estado tem dificuldades em se desenvolver economicamente, cuja baixa articulação com os grandes projetos implantados na região se traduz em poucas oportunidades de empregos, por se tratar de uma “economia de enclave”. Com isso, reproduz-se as desigualdades próprias da cidade corporativa e que, igualmente, se reflete no processo de reprodução do espaço, sendo, portanto, responsável pela dinâmica de reestruturação que preside a conformação da metrópole dispersa.

Assim, o autor chega à sua segunda e última conclusão importante para este trabalho: a urbanização da região de Belém não se encaixa no processo de metropolização das demais cidades brasileiras. Para o autor, a alteração e conformação socioespacial de Belém foi fruto de impactos da imposição do modelo de fronteira econômica capitalista que se instalou na região, cuja riqueza expropriada localmente (como o minério de ferro), vai gerar oportunidades de empregos e riqueza fora do país, deixando problemas sociais e espaciais (atividade de enclave) e consequentemente a produção de violência e criminalidade na cidade.

Ou seja, a paisagem urbana de Belém, mais que ser influenciada pelo modelo de desenvolvimento aqui abordado, é marcada pela expansão da pobreza nas áreas periféricas, tendo como fonte dessa conformação, a mão de obra disponível, inapropriada para ser usada pela economia formal capitalista. Esse condicionante, portanto, certamente possui dimensão na reprodução socioespacial metropolitana de Belém, notadamente com a ampliação das ocupações, acentuando o processo de periferização, de modo a contrastar com o espaço metropolitano belenense.

As cidades atuais, em especial os grandes centros como o belenense, envolvidos no processo de metropolização, possuem uma configuração cheia de diversidade socioespacial e, como afirma Santos (2012), aumenta a presença dos pobres juntamente com a produção da materialidade em bairros e sítios muito contrastantes, como também pelas formas de trabalho e de vida. Acerca dessa configuração diversa da cidade, as concentrações urbanas que se tornam cada vez maiores, amontoando populações por unidade de superfície ou habitação.

Lefebvre (1969), afirma que por esse grande contingente populacional, muitas pessoas acabam se deslocando para periferias distantes, residenciais ou produtivas. Nesse sentido, o autor também considera que é possível verificar que no fenômeno do crescimento das cidades, amplia-se, não apenas as periferias fortemente povoadas, como também das “redes (bancárias, comerciais, industriais) e da habitação (residências secundárias, espaços e locais de lazer etc.)” (LEFEBVRE, 1969, p. 16). Crescem também as preocupações com a segurança que perpassam pelo presente e futuro.

Dessa maneira, analisando a população urbana em sua grande maioria, muitas pessoas possuem um baixo nível de vida, em contraste com um número reduzido de pessoas que vivem com altas rendas, produzindo desigualdades socioespaciais.

1.2. DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: BREVE ABORDAGEM CONCEITUAL

Podemos considerar que a desigualdade socioespacial, como vimos no item anterior, de modo geral, é fruto da própria metropolização do espaço, imposta pela urbanização capitalista e global. Esse processo reflete nada mais que as contradições de reprodução do espaço urbano e das relações sociais de apropriação do espaço da cidade pelas diversas classes, cujo aspecto mais visível é a segregação socioespacial, cuja fragmentação reflete a desigualdade de poder econômico das populações.

A cidade, em linhas gerais, é a expressão da produção social, da dinâmica de transformação e uso do território e dos recursos naturais. Diante dessas demandas, entendemos que o direito à cidade⁵ e à justiça social⁶ estejam articulados, indissociavelmente, ao modo como o espaço é produzido e reproduzido nas relações sociais estabelecidas. Isso significa pensar a urbanização como expressão do modelo de sociedade em que estamos desenvolvendo. Para tanto, há a necessidade de se buscar a caracterização da metrópole

⁵ O conceito de direito à cidade é compreendido a partir das discussões de Lefebvre (1969).

⁶ A concepção de justiça social adotada é aquela cunhada por Harvey (1980) em sua obra *Justiça social e a cidade*.

urbanizada, a partir das forças produtivas que engendram a socialização e apropriação contraditória, desigual e conflituosa dentro do espaço em que vivemos, materializado no processo do desenvolvimento geográfico, sob a égide da reprodução capitalista.

A produção do espaço, reproduzido nas relações sociais, manifestado em um “novo” modelo de urbanização, se manifesta na desigualdade socioespacial, objeto de discussão deste item. A priori, esse tema foi debatido como “segregação urbana” e sua matriz teórica se encontra entre os pensadores pertencentes à Escola de Chicago, cujo ponto de partida foi nos anos 1930, quando se buscava uma explicação para a escolha e/ou preferência da localização das residências das diferentes famílias de várias classes de renda e de distintos empregos ou ocupações nos espaços intraurbanos das cidades americanas (PARK, 1970).

Desde então, os resultados dos estudos urbanos passaram a difundir que a segregação urbana era uma característica comum das cidades capitalistas, produto das intensas observações da paisagem das cidades. O pano de fundo desse procedimento era captar se a segregação urbana se confirmava, a partir da localização dos diferentes grupamentos sociais ou de classes de renda em lugares distintos e separados, de modo a identificar a segregação como um processo espontâneo e natural, decorrente das preferências individuais (PARK, 1970).

A corrente de Chicago concluiu que os gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos influenciavam diretamente na segregação e, por conseguinte, serviu de parâmetro para classificar as populações das grandes cidades, tal como nota-se na seguinte explicação:

[...] dentro da organização que a vida citadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar, não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e seus temperamentos. A distribuição da população resultante tende a ser bastante diferente daquela ocasionada por interesses ocupacionais ou por condições econômicas. (PARK, 1970, p. 64).

Pelo disposto, a lógica era que a organização e alocação das populações no espaço das cidades eram determinadas por fatores individuais de escolha, notadamente os de caráter econômico, ou seja, naquela época não se tinha a visão de que eram justamente esses e outros fatores a causa que expulsava muitas populações para fora do centro mais importante das metrópoles, onde as mesmas se organizavam conforme suas conveniências e posses, e não que a segregação socioespacial fosse uma opção de escolha ou que fosse parte, naturalmente, do processo de urbanização.

Certamente que, na sociedade capitalista, a liberdade individual de escolha e harmonia social são questionáveis, principalmente quando se leva em conta a atuação do forte mercado imobiliário, o qual reurbaniza e conforma o espaço. Isso demandava novos elementos para melhor fundamentar a análise do processo, causas e condicionantes da distribuição espacial e/ou separação das classes sociais no espaço urbano. Por isso, a partir dos anos 1960, a segregação socioespacial passa a ser abordada por pensadores pertencentes à Escola de Sociologia Urbana Francesa, a qual discutia a questão sob a influência marxista, a partir de uma visão instrumental para explicar fatores de desigualdades e contraditórios do processo da urbanização.

Para fazer frente aos pensadores de Chicago, para os quais a segregação socioespacial era um fator natural, a escola francesa “desnaturalizou” a análise da produção e reconfiguração do espaço urbano, cujo termo, segregação, passou a ser visto como resultado das contradições das relações sociais, das lutas de classe no sistema capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do próprio espaço urbano; e não para simplesmente constatar a localização das diferentes classes sociais no espaço urbano, a partir das suas afinidades e preferências individuais (PARK, 1970).

Dessa maneira, a desigualdade socioespacial deixou de ser apenas um componente natural da paisagem urbana e passou a ser tomada como objeto fundamental de estudo por autores que fazem parte da corrente do pensamento urbano, tendo à frente os seguintes clássicos do urbanismo, entre eles: Henri Lefebvre (1969), Manuel Castells (2000) e Jean Lojkine (1997).

Lefebvre (1969) é considerado um dos primeiros autores, de expressão marxista, a abordar o conceito de segregação socioespacial. Para este, o estilo ou forma de organização do espaço urbano na sociedade capitalista é uma forma de organização e de produção social, com três condicionantes básicos: o espaço urbano como mercadoria; acesso diferenciado ao espaço urbano entre as classes sociais; e ocorre apropriação subjetiva e ideológica dos diferentes espaços urbanizados. Diante desses aspectos, o espaço urbano é produto da própria sociedade, ou seja, a segregação urbana é um fenômeno social e espacial.

Lefebvre (1969, p. 94) analisa a segregação socioespacial a partir de quatro variáveis:

- a) coexistência espacial das diferentes classes sociais na cidade e seu acesso aos meios de consumo coletivo; b) repercussão cultural da composição de espaços homogêneos socioeconômicos; c) (des)valorização dos lugares e dos indivíduos ou grupos sociais menos favorecidos; d) problemas de sociabilidade, com (im)possibilidade de articulação e contato entre os diferentes grupamentos sociais.

Ao considerar que a segregação destrói morfologicamente a cidade e que as práticas segregacionistas são ideológicas, e não resultantes do acaso nem de conjunturas locais, Lefebvre (1969, p. 94) acrescenta que: “a segregação deve ser focalizada em seus três aspectos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias); voluntário (estabelecendo espaços separados); e programado (a pretexto da elaboração de plano)”. Portanto, a desigualdade socioespacial é resultado da segregação, a qual rompe a relação, com a finalidade de quebrar a totalidade concreta do espaço urbano.

Castells (2000) foi um dos pioneiros em apontar a importância do papel das políticas públicas habitacionais no processo de segregação socioespacial, isto é, esse autor agrega o fator político no processo de segregação socioespacial, entre outros elementos envolvidos na organização e produção do espaço urbano na sociedade capitalista. Dentre essas forças atuantes, o autor destaca o Estado, delegando funções de formulação de políticas públicas de habitação, de legislações urbanísticas e fiscalização de planejamento e de gestão da cidade.

Outro elemento que faz parte da teoria de segregação socioespacial de Castells (2000) são as classes sociais menos favorecidas, dado o seu restrito acesso às informações, falta de representatividade ou mesmo por seu próprio desinteresse. Para o autor, “essas classes são separadas das diferentes classes sociais no interior das cidades, quanto à capacidade de deslocamento e de acesso em relação aos pontos estratégicos da rede urbana, e não apenas de diferenciação de locais” (CASTELLS, 2000, p. 262). Refere-se o autor sobre a desigualdade de acesso aos bens, serviços e aos meios de consumo coletivo, fruto do processo de segregação é condicionado por fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Portanto, entende-se que a desigualdade socioespacial é acompanhada pelo baixo poder de acesso de algumas populações aos recursos para a reprodução da vida. Esses fatores, ao nosso ver, são dois condicionantes para tornar o ambiente espacial conflituoso e violento pela não realização das demandas dos atores sociais nelas inseridas.

Lojkine (1997) trabalha o conceito de segregação urbana na linha do pensamento marxista, considerando que a forma de organização do espaço urbano, sob o modo de produção capitalista, refletia a divisão social do próprio regime vigente, ou seja, a organização espacial urbana é produto da forma desenvolvida da divisão social do trabalho, sendo legitimada pelo Estado, porém apropriada pela classe dominante, em detrimento de algumas populações, tal como mostra a seguinte passagem (LOJKINE, 1997, pp. 171-172):

Podemos deduzir de que há uma segregação espacial e social entre o espaço urbano central monopolizado pelas atividades de direção dos grandes grupos

capitalistas e do Estado e as zonas periféricas, onde estão disseminadas as atividades de execução, assim como dos meios de reprodução empobrecidos, mutilados, da força de trabalho [...].

Essa concepção de segregação leva o autor a distinguir três tipos de desigualdade socioespacial: de oposição, entre o centro (espaço de mais alto valor) e a periferia; de separação, entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais privilegiadas e as zonas de moradia popular; e, por último, de esfacelamento generalizado das funções urbanas, acentuando as divisões em zonas geográficas distintas e especializadas, cujos aspectos espaciais mais visíveis são as zonas industriais e de moradia.

Na prática essas três formas de desigualdade socioespacial se manifestam também em três níveis de situações bem definidas: a) acesso aos bens de consumo e serviço coletivo, transporte e situação das habitações; b) atenção às políticas públicas habitacionais; c) reconfiguração espacial das cidades. Acredita-se que essas distintas dificuldades de acesso geram conflitos e tensão entre os atores das populações excluídas, contribuindo, assim, para que os mesmos busquem “meios exclusivos estratégicos” para ter suas demandas atendidas, independente da sua natureza.

Dos ensinamentos de Lojkin (1997), podemos considerar que a grande contribuição desse pensador clássico foi inserir o fator político, tendo como âncora o Estado, na produção do espaço urbano, cuja percepção da segregação socioespacial resultou na promoção de políticas públicas para as construções habitacionais. Porém, não podemos esquecer que os locais eleitos para a realização desse serviço contribuem ainda mais para acentuar a desigualdade socioespacial.

A distribuição espacial da população brasileira, nas últimas décadas, passou por profundas alterações, de modo a refletir o padrão global de urbanização. O processo de urbanização brasileiro se mostrou acelerado, concentrador, desigual e segregador, no que tange aos aspectos socioespaciais. Trata-se da dupla face estabelecida pelo processo de urbanização, caracterizado, por um lado, pela concentração de riqueza e, por outro, pela concentração de pobreza, configurando e legitimando a segregação socioespacial instalada nas favelas e periferias das cidades metropolizadas ou, como bem qualificou Kowarick (1979): “espoliação urbana”.

Nas pesquisas de Rodrigues (2007), de fato, a desigualdade socioespacial é expressão direta do processo de urbanização capitalista brasileiro, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social. Para essa autora, a desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da posse da propriedade, da

mercadoria terra e das edificações, da cidade, da exploração e espoliação da força de trabalho e, com destaque, a apropriação desigual do espaço.

A desigualdade socioespacial, via de regra, exige uma sociedade de classes, refletindo-se nas diferentes formas de apropriação da riqueza produzida, levando-se em conta o espaço metropolizado. Por outro lado, a maioria dos trabalhadores fica impossibilitada de se apropriar às condições adequadas de sobrevivência, notadamente nos espaços carentes e pobres, gerando contradições, conflitos e violência (RODRIGUES, 2007). Essa contradição do desenvolvimento socioespacial se traduz, na prática, nas próprias políticas habitacionais (RODRIGUES, 2007, p. 77):

Os conjuntos habitacionais, financiados pelo Estado, destinados à população de baixa renda, são, em geral, construídos em descontinuidade com o tecido urbano metropolizado, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. Mesmo quando são construídos no tecido urbano estruturado, o preço aumenta, excluindo àqueles de direito – os trabalhadores. Esse mesmo processo de expulsão dos centros urbanizados se reproduz, também, nas áreas ocupadas em forma de favelas e loteamentos precários.

Diante dessas colocações, podemos inferir que a desigualdade socioespacial é algo também institucional, na medida em que os critérios de acesso adotados pelo poder público – para ter acesso à moradia – são também excludentes, legitimando a desigualdade, o que torna mais difícil a ascensão social, pois a própria precariedade do espaço corrobora a pobreza.

A constatação de que a desigualdade é resultado do modo de produção capitalista, em função de se reproduzir em torno de contradições, Rodrigues (2007, p. 85) concluiu seus estudos afirmando que:

A desigualdade socioespacial, as formas e conteúdo de segregação, a hiperçarência que assola os moradores das áreas segregadas, é produto da expansão do capital que, pela sua natureza, gera conflitos sociais dentre aqueles que produzem a riqueza, mas que dela são excluídos.

Barbosa (2012) também discute a desigualdade socioespacial pelo ponto de vista econômico, destacando a má distribuição de renda, a qual se reflete nas precárias condições de habitação e consumo de serviços básicos, como: água, energia, saneamento, coleta de lixo e saúde. Essa carência de estrutura de condições de reprodução da vida humana abala e mexe com a dinâmica socioespacial, cuja causa pode estar no seguinte comentário de Barbosa (2012, pp. 19-20):

[...] O Brasil, assim como o restante da periferia capitalista, não foi capaz de homogeneizar a estrutura social, mesmo naqueles casos em que o crescimento econômico se mostrou vigoroso. Para acentuar essa situação, o Estado, em vez de universalizar direitos sociais, atua como ferramenta para subsidiar a acumulação de capital [...].

Essa passagem mostra o baixo poder de disseminação social do sistema econômico vigente, não sendo capaz de contemplar todos os cidadãos da periferia. Além disso, o Estado também é falho na política de compensação social e, quando o faz, é negligente, a exemplo da política dos conjuntos habitacionais que, a priori, é projetada para as classes baixas, porém acabam sendo destinadas aos atores sociais de maior poder aquisitivo e, diga-se de passagem, a edificação é financiada, muitas das vezes, com o dinheiro do próprio trabalhador – fundo assistenciais do trabalho, como o PIS e o FGTS.

Por isso, Barbosa (2012) considera que as formas de desigualdade, com particular atenção à espacial, refletem o modelo de estrutura social hierárquica, marcado pela precariedade, em virtude da pobreza, crescentemente concentrada nas áreas urbanas. Esse processo teve maior visibilidade a partir dos anos 1980, quando ocorreu a expansão econômica, a qual foi acompanhada com o aprofundamento das desigualdades, sendo que o efeito disso foi o baixo nível de escolaridade, analfabetismo, famílias numerosas, migração etc. Esses atributos, que marcam a pobreza, mostram ausência de reformas, tanto no campo, como nas cidades, e, principalmente, da ausência de ação social do poder público.

Tanto que o critério para mensurar a renda média da população é o local de moradia, por estar relacionado à densidade ou diferenciação das relações econômicas e sociais. Isso ocorre porque a importância de um indivíduo, enquanto produtor e consumidor, depende de sua posição no espaço em que habita, isto é, a estrutura espacial condiciona o leque de oportunidades e a condição social (BARBOSA, 2012).

Essa constatação quer dizer que a busca de uma compreensão acurada da desigualdade social, necessariamente perpassa pelo estudo das dinâmicas urbanas. Esse nosso ponto de vista, inclusive, pode ser observado em Barbosa (2012, p. 75):

[...] Apesar da consolidação e manutenção da metropolização, tem ocorrido um processo ainda mais acentuado de desmetropolização, com visibilidade no avanço de áreas urbanas não metropolitanas, não apenas em termos de fluxos migratórios, mas também como *locus* de novas atividades socioeconômicas. Ou seja, a rede urbana tem se mostrado mais complexa e desigual.

Essa concepção não é difícil de constatar na prática, pois, basta sair do centro das capitais rumo ao seu contorno, que aqui e ali surgem “fronteiras de habitação” e com aspectos distintos da paisagem urbana metropolizada. Trata-se de locais ermos ou baldios que são ocupados por famílias que não possuem “teto”, porém, sem qualquer condição de moradia, são áreas que não foram planejadas para receber moradores. Nesse atual momento de crise econômica, essa dinâmica se faz mais presente, dado o elevado preços dos aluguéis, por um lado, e o aumento do desemprego, por outro. A cidade de Belém por exemplo em tem seu entorno caracterizado por habitações precárias, oriundas de ocupações irregulares e, portanto, informais e que se ampliam de forma precária.

Barbosa *et al.* (2011) ratificam o que já foi discutido por outros autores até aqui analisados, destacando que, em áreas que apresentam urbanização acelerada e desorganizada e, conseqüentemente, com alta concentração de moradores nas periferias, predominam a desigualdade socioespacial, ancorada na má distribuição de renda, como da exclusão social. Interessantes são as ponderações desses autores, quando relacionam a tríade da exclusão, desigualdade e violência. Essa similaridade levou esses autores a concluir que a injustiça social é o fator motivacional para a violência, mais precisamente pela desigual distribuição de recursos (bens, serviços, oportunidades de emprego etc.) e das inadequadas condições de moradia, tendo como fundo a desigualdade socioespacial.

Podemos também visualizar a questão da desigualdade socioespacial por outros dois aspectos distintos, mas que se combinam: de um lado, o aumento do fluxo populacional e das metrópoles e, por outro, os investimentos em equipamentos e serviços de consumo coletivo, como os serviços de saúde, previdência social e educação básica, se expandiram.

No entanto, na análise de Caldeira (2000), essa ampliação dos equipamentos e serviços coletivos não foi capaz de abranger todas as populações que deveriam ser contempladas pelo poder público, cujo marco foi desde o final dos anos 1970. Não é difícil de perceber a desproporção da oferta desses serviços coletivos no decurso de tempo, quando se leva em conta o aumento da população brasileira, que saiu dos 70 milhões (anos 1970) para os atuais mais de 200 milhões de habitantes, segundo estimativas.

Pelo exposto, podemos considerar que as desigualdades são frutos do próprio modelo de crescimento adotado no Brasil, que privilegiou determinados espaços para investir na infraestrutura urbana e social, cujo legado foi que, parte das populações ficou excluída do processo de desenvolvimento, contribuindo para acentuar a pobreza no país.

Embora a concentração de riquezas seja um fato no Brasil, no entanto, há um discurso que tenta explicar a desigualdade e a pobreza, difundindo que muitos dos indivíduos

não sabem consumir adequadamente, pois se apropriam de recursos, mas facilmente se dispõem dos mesmos, sem qualquer critério para equilibrar consumo e gastos. Entretanto, aqueles que têm esse entendimento (a elite) contraditoriamente negam aos pobres tal conhecimento de racionalidade: capacidade de poupar, de planejar e de aproveitar ao máximo seus recursos, como efeito da dificuldade de acesso também à educação (CALDEIRA, 2000).

Elaborando uma síntese do discorrido, podemos dizer que a desigualdade socioespacial é o reflexo da metropolização do espaço. Trata-se de um processo contraditório e que gera conflitos na reprodução do espaço urbano e na apropriação desigual de espaço, de bens e de serviços, já que o fundo dessa dinâmica é a reprodução do modo de produção capitalista, que exige distinção de classes e de poder econômico, ou seja, o espaço urbano se tornou apropriado para alimentar o circuito de produção e consumo da sociedade vigente, marcada pelas suas contradições de luta pelo espaço, envolvendo múltiplos interesses.

Por outro lado, não podemos esquecer que a reconfiguração do espaço é algo histórico no Brasil e os investimentos públicos nunca foram capazes de corrigir as implicações desse processo, não conseguindo contemplar toda a coletividade com serviços essenciais, cuja desproporção se tornou mais evidente com a metropolização do espaço. Por isso, reforçamos que a desigualdade socioespacial significa diferenciação no acesso a bens, serviços e oportunidades, cujos mecanismos são estruturados pela própria sociedade, a partir dos centros urbanizados. Como efeito disso, “a pobreza se torna o mais agudo problema econômico e a desigualdade seu maior problema estrutural” (CRUZ; SÁ, 2009, p. 52), e não que a periferia seja resultado natural da urbanização ou que seja uma questão de escolha habitar neste local inadequado, precário e afastado das metrópoles.

Nesse cenário de segregações e problemas urbanos, nota-se que o aumento e a precarização e as desigualdades socioespaciais que foram acentuadas pelas últimas crises do capitalismo, especialmente nos países chamados de centrais, vem sendo acompanhadas da intensificação da violência. Esta se dá, de forma associada ao crescimento dos circuitos do crime organizado, principalmente o narcotráfico, e da mobilidade dos grupos subalternos, como sinaliza Haesbaert (2014).

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos, possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais intensa, quando comparada aos espaços elitizados, porém o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade. Geralmente, nesses espaços elitizados, dependendo do tipo, a violência aparece de fora para dentro, oriunda da

periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente, e acaba levando a violência para outros lugares (da alta sociedade), ou seja, as organizações criminosas tomam o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passa a cometer delitos, também, nos espaços elitizados com os indivíduos recrutados nas periferias pobres, difundindo para a cidade, principalmente, para esses espaços elitizados, onde existem as maiores atratividades.

Nesse sentido, precisamos entender a relação entre os processos sociais, espaciais, econômicos, institucionais, políticos e culturais, que estão contidos na vida urbana da sociedade e que são primordiais para a configuração do espaço e para definição da territorialidade da violência urbana em cada contexto (CHAGAS, 2012). Quando falamos, principalmente em percepção, podemos chegar a um conceito bastante subjetivo, tendo em vista que o homem modifica constantemente o espaço, portanto, a percepção e o conceito do espaço, aliado à compreensão do território, são fundamentais para a compreensão da realidade da violência urbana.

1.3. TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA URBANA E CRIMINALIDADE

O conceito de território torna-se importante para o entendimento da dinâmica da violência urbana e como ela se espalha em nossas cidades. O território, nesse sentido, deve ser compreendido para além de uma porção material de superfície terrestre, pois como afirma Souza (2013), ele não se confunde inteiramente ou propriamente com ela. O território é, em si, mais que isso, é uma relação social, mais especificamente uma relação social diretamente espacializada. Portanto, o discurso da “geografia da violência” materializa-se na própria concepção de espaço e suas variantes, especialmente no que se refere às relações de poder presentes no mesmo e nas concepções de violência e insegurança (SOUZA JÚNIOR, 2013).

O território, pelo olhar geográfico, historicamente, se tornou uma categoria especial pelo fato de agregar ao espaço valor ligado às relações sociais e, nesse aspecto, o território dá ao espaço valores de uso, troca, o valor de produção e de reprodução contínua. Nesse ambiente, “as relações que se estabelecem no território por grupos de indivíduos se manifestam em uma relação de poder, onde o poder se torna parte inseparável do território” (RAFFESTIN, 1993, p. 51). Nota-se uma íntima relação entre território e poder, e, que este, por seu turno, carece de maior fundamentação, tal como na seguinte assertiva de Raffestin (1993, p. 52):

É preciso compreender o poder pela multiplicidade das relações de forças que são imanentes ao domínio em que elas se exercem e são constitutivas de sua organização. O poder é parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à uma unidimensionalidade e à transcendência, ou seja, o poder está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares. Então, seria inútil procurar o poder, na sua existência original, em um ponto central, num centro único de soberania de onde irradiaria formas derivadas e descendentes, pois é o alicerce móvel das relações de forças que, por sua desigualdade, induzem sem cessar a estados de poder, porém sempre gerando instabilidade.

O território não é menos indispensável nesse contexto descrito, visto que representa o palco onde se realiza o poder e, portanto, o lugar onde se manifesta as relações de forças de distintas esferas. Assim, nas áreas em que se encontram tais problemáticas de desigualdades, tornam-se dinâmicas para ação de agentes ligados à criminalidade, porque disputam o território, principalmente pelo controle do tráfico de drogas, marcada por uma guerra pelo controle do território. Já que o território seria luta social enquanto conquista pelo espaço, e essa luta envolve sempre interesses mais concretos, materiais e funcionais e interesses mais simbólicos de poder, dado que, território e poder estão imbricadamente relacionados (HAESBAERT, 2014).

Momento oportuno de tomarmos a referência de Saquet (2007) para ampliarmos a discussão sobre o território, cujo autor apresenta uma síntese da evolução conceitual desse termo, com seus respectivos teóricos geográficos: Dematteis concebe território como produto das relações sociais efetivadas no âmbito da família, da comunidade rural e desses indivíduos com agentes da cidade, historicamente condicionados por questões econômicas, políticas e culturais socioespaciais; Deleuze e Guattari compreendem território como fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder; cuja dinâmica se realiza no contexto da produção do capital, tendo como marca o desejo, como um processo inerente a essa lógica; Eco defende que o território é uma área na qual se estabelece relações simbólicas e de poder, podendo ser de caráter político-administrativo ou para além do estado-nação e como circulação e iconografias; Vagaggini visualiza o território como um aporte metodológico para captar o movimento e as mudanças sociais; Quaini aborda o território pelo método dialético, como sendo produto da organização histórico-social, tanto econômico, como cultural e politicamente; Calabi e Magnaghi discutem o território como resultado da dinâmica das forças e relações produtivas capitalistas, as quais se apropriam, ordenam e exploram o território.

Verifica-se que, no bojo dessas definições, o território apresenta como corte em comum as relações de forças e de poder. Ainda assim, Saquet (2007) considera que o conceito

de território é algo complexo, uma vez que o mesmo é substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida.

Nas pesquisas de Santos (2009), o conceito de território é mais abrangente, visto que envolve aspectos formais (distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas) e as dimensões ligadas a essas mesmas formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores). Para o autor, esses aspectos conformam o poder do laço territorial e revela que o espaço está investido de valores materiais e éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. Nesse sentido, o território cultural precede o território político e que, por sua vez, precede o espaço econômico.

O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos. É através do conhecimento desses símbolos que podemos restituir toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares e aos territórios de vida. Por isso, o território pode ser visto como um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, apesar de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite e uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros”. Essa diferenciação leva o autor acreditar que: “os territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma rede de relações sociais e produtivas capazes de produzirem singularidades” (SANTOS, 2009, p. 60).

Assim, o compartilhamento do espaço em forma de unidade territorial passa por vários elementos como: paisagem, território, limites, fronteiras, região, lugar, mundo, rede. Pois, conforme Santos (2009, pp. 60-61), em muitas circunstâncias:

Esses conceitos se entrecortam, não sendo incomum, portanto, o esforço malsucedido de delimitar, com precisão, cada um deles. Todos estabelecem estreitas relações, próximas o bastante para construir não só imagens teóricas de superposição como, também, de atravessamentos. Todos ainda podem ser interpretados como derivações de um conceito-matriz: espaço. Todos eles poderão ser compreendidos como objetos teóricos de um conhecimento socioespacial, feito de disciplinas que se entrecortam, em cujo centro estariam aquelas que focalizam as espacialidades e os processos a elas associados. Contudo, a demarcação dos diversos domínios do conhecimento, através do delineamento das tessituras conceituais, é meramente produto de um movimento técnico, esvaziado de saber, que não se sustenta teoricamente. Os conceitos, pois, têm uma natureza híbrida, assim como os objetos teóricos disciplinares, tanto como a ciência que se expressa através das disciplinas. Assim, o conceito de território jamais poderá ser monopolizado por um campo disciplinar.

Elaborando uma síntese do exposto acima, podemos dizer que território expressa domínio, campo de poder, propriedade, exercício político e socioespacial. Aliás, a utilização do espaço, por si só, implica em dinâmicas e processos, dentre eles, a produção do próprio

espaço, pois as sociedades se estruturam e se organizam para viver, produzir bens, cujo processo social transforma o espaço, delimitando-o em território. Por esse olhar, os territórios representam manifestações dos processos de utilização do espaço e que mobilizam interesses distintos.

Portanto, como fundo das relações desiguais, o território é marcado pelo poder. E ainda, embora sejam fenômenos distintos, poder e violência, usualmente, aparecem juntos, ou seja, o poder é fator primordial da violência. Nesse sentido, a violência urbana deve ser analisada pela ótica de um sistema socioespacial dinâmico, como sendo fruto do crescimento das desigualdades e segregações socioespaciais, disputas por territórios e fragmentação espacial, cujo aspecto mais visível desse processo é o medo e a insegurança (PEDRAZZINI, 2006).

Para esse autor, os entendimentos da violência nas metrópoles passam pelo entendimento do modelo de urbanismo, de arquitetura e das ditas cidades urbanas e globais, pois nesses projetos estão inseridas práticas sociais e espaciais que contribuíram para o crescimento da violência. Esse processo é acentuado, quando se nota que a urbanização é um fenômeno, não apenas recente, como também crescente nas últimas décadas, inclusive com aumento do número de cidades e das aglomerações com mais de 500 mil habitantes que, em paralelo, confunde-se com a difusão do fenômeno da metropolização e da desmetropolização do espaço (PEDRAZZINI, 2006).

Ainda, segundo o autor, em muitas das metrópoles, com destaque em torno do centro, há um estilo de vida carregado de caos, cujos atores sociais são definidos como excluídos ou marginais, mas que não são estabelecidos por eles mesmos, pois são habitantes precários. Enfim, a vida na metrópole está distribuída e organizada em áreas regionais, fragmentadas em territórios, em constante expressão de desigualdade, que tem por característica uma organização social de forma hierárquica, fruto da atuação das elites políticas e econômicas.

Sobre a precariedade das condições de reprodução de vida nas metrópoles, Beato Filho (2012, p. 70) apresenta a seguinte relação:

O fenômeno de maior estreitamento associado ao crescimento dos homicídios no Brasil tem como fonte a urbanização. A rigor, poderíamos dizer que os crimes violentos são fenômenos urbanos associados a processos de desorganização nos grandes centros urbanos, nos quais os mecanismos de controle se deterioram, tal como ocorreu também em outros países.

Pela colocação desse autor, a urbanização tem efeito no incremento dos índices de violência, dado o seu modelo excludente, o qual leva os atores inseridos a disputar condições de sobrevivência. Essa violência urbana se manifesta em diferentes formas (SOUZA, 2012, p. 52):

[...] A violência interpessoal explícita que, além de ter lugar no ambiente urbano, apresenta uma conexão bastante forte da espacialidade urbana e/ou com problema de sobrevivência que revelam, a um observador, particularidades ao se concretizarem no meio cotidiano, ainda que não sejam exclusivamente urbanos – pois pobreza e criminalidade são evidenciados também no rural – e são alimentados por fatores que emergem e operam em diversas escalas, desde local até global.

Justamente essa “violência interpessoal”, que interessa a este estudo, com particularidade aos ambientes segregados dos centros metropolizados, como no distrito de Icoaraci, onde as populações que ali habitam não possuem mecanismos de defesa pessoal ou familiar, tornando-se a parte mais vulnerável diante de um contexto de medo e insegurança. Ao contrário das classes sociais elitizadas, que se protegem com tecnologias, garantindo assim uma falsa sensação de segurança, principalmente nos chamados condomínios fechados, nas cercas elétricas, nos carros blindados, entre outras formas paliativas de proteção.

Pode-se inferir, então, que a urbanização é acompanhada de desigualdade e de segregação socioespacial que, por sua vez, gera violência, fruto da metropolização do espaço. Essa nossa assertiva pode ser mais bem fundamentada na seguinte explicação de Pedrazzini (2006, p. 23):

Por conta da segregação, a metrópole é um espetáculo da violência [...]. O bairro popular nada mais é do que um território contemporâneo aos outros bairros da cidade, compartilhando sua cultura e suas estruturas antropológicas. Apesar de sua carência urbanística, o bairro popular participa da modernidade tecnológica, a da incoerência urbana denominada “caos”. A violência urbana não é um fenômeno isolado: a urbanização caótica, a privatização dos espaços públicos, a segregação social e racial leva a considerar as atividades informais e ilegais, violentas ou não, como indicadores de uma transformação mundial da civilização urbana. A informalização da urbanização é uma resposta das populações carentes à globalização e às políticas de segurança, conforme seus meios e conveniências.

Assim, não é difícil notarmos que o território é produto da urbanização e da desigualdade socioespacial, cuja segregação leva às populações excluídas a se organizarem em forma de bairros. É justamente nesses espaços precários e insalubres de condições para a

reprodução da vida humana, que se tem um ambiente propício para a produção da violência. Assim, em nossa compreensão, essa violência em forma de crime contra a pessoa ou algo do gênero, em busca de acesso e por direitos negados, indica ausência das instâncias institucionais e que representam o poder público no território ocupado.

Melo (2012) reforça essa íntima relação entre território e violência, ao considerar que o primeiro termo nada mais é do que um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, dada suas peculiaridades. Até porque o território é palco das variáveis sociais, sejam elas a pobreza, desigualdade social e qualidade de vida, as quais estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais. Nesse contexto, a violência pode sim ser apontada como resultado dessa relação ou, pela “territorialidade da violência” (MELO, 2012).

Portanto, com base na literatura até aqui analisada, podemos nos situar de que as periferias pobres são locais propícios para o estabelecimento do “território da violência”, permeada pela desigualdade de poder, como efeito da urbanização metropolizada e da desigualdade socioespacial. Por essa linha, o território é uma relação social específica, isto é: uma relação social espacializada, onde a violência se materializa na própria concepção de espaço, claro, levando em conta suas variantes, em especial no que se refere às relações de poder, por estarem camufladas na concepção de medo, insegurança e violência.

Todavia, esse poder não está tão camuflado assim, pois o que assistimos é uma verdadeira ação de “poder paralelo” de grupos que coabitam às periferias. Tanto que tais grupos não apenas contam com líderes, mas estabelecem “redes de solidariedade territorial” entre si, conforme a natureza de “atividades” que exercem, com base em normas, regras, compartilhamento de decisões e de tarefas, entre outras atribuições. Enfim, o território é assentado por uma estrutura, e não que seja apenas um grupo organizado, para empreender atividades ilícitas, sendo a violência interpessoal o aspecto mais visível desse processo.

No ambiente do território da violência, o caos social se aprofunda: com gravidez precoce, rompimento dos estudos, alcoolismo, prostituição, consumo de drogas, formação de grupos e/ou gangues, com fins de prática de ações ilícitas, e, o que é mais grave, abrange, em forma de recrutamento, os jovens oriundos de famílias que vivem em condições subumanas em todos os aspectos. Não é por acaso que, em localidades tradicionalmente violentas – chamadas pela polícia de “linhas vermelhas” –, essas são marcadas por baixa estrutura coletiva e de precária oferta de serviços públicos, quando existem, cujo perfil dos que praticam crimes reproduz o traço já descrito (SOUZA, 2012).

Constatamos certa cadeia neste capítulo, constituída pela metropolização do espaço; desigualdade socioespacial; e território que, no último elo, se traduz em violência. Essa, por seu turno, tem várias faces, e, por isso, se faz necessário buscarmos uma definição. O termo violência vem do latim, *violentia*, e significa força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital (CRUZ; SÁ, 2009), ou seja, essa força se torna violência quando ultrapassa dado limite, acordos e regras que ordenam as relações sociais, resultando em situação negativa ou prejudicial a alguém.

Antes de qualquer coisa, a violência representa ausência de poder público institucionalizado, no sentido de fazer cumprir regras e o bom convívio social. Nesse ponto, fica claro o porquê de a violência ser recorrente na periferia dos espaços metropolizados, pois há ausência das instâncias públicas e desmandos, quanto à ordem legitimada. Outra concepção que devemos ter da violência é que ela é um “fenômeno social”, visto que significa uma situação que envolve um ou vários atores que agem de maneira a causar danos a uma ou mais pessoas, em graus variáveis, seja em sua integridade física, psíquica, moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (CRUZ; SÁ, 2009).

Odália (2012, p. 83) parte do ponto de que “o homem é um ser violento” e busca fundamentos a partir da sua privação, tal como explica a autora:

Privar significa tirar, destituir, despojar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ela (a violência) sempre nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e como cidadãos. A violência nos impede, fundamentalmente, de nos realizarmos como homens. A ideia de privação permite descobrir a violência, onde ela estiver, por mais camuflada que esteja de preconceitos ou de tradições.

Essa explicação mostra que a violência imprime e expõe o inconformismo, ao extremo, de muitos atores sociais pelo contexto de privação de bens e serviços em que se encontram, convivendo em um ambiente de dificuldades e de pobreza em muitos territórios ocupados. Aliás, o dia a dia mostra que os holofotes da mídia escrita e falada, em um contexto de violência, apontam para as áreas periféricas e não urbanizadas-estruturadas, quando se trata da origem do agente que cometeu dado crime, mesmo quando isso ocorre nos centros dos espaços metropolizados.

Muito embora seja de natureza humana, e, diferentemente do olhar dos autores de fundamentação histórico-dialética, no entanto, de cunho importante, analisado fenomenologicamente, a violência, para Hannah Arendt (2011) depende de orientação, de meios e de justificativa pelo fim da ação. Ou seja, como se fosse algo que necessitasse de

justificação por outra coisa, e não que a mesma se realiza no vazio ou pelo nada. E ainda, a violência não depende de números e opiniões, mas de implementos para executar a ação, e, com tais ferramentas, multiplicar o vigor, configurando uma relação de forças desiguais. Por isso, “a violência é instrumental” (ARENDR, 2011, p. 99).

A violência, sendo instrumental, é algo racional, na medida em que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la, embora não sabendo quais serão as consequências finais da ação empreendida, ou seja, a violência sendo apenas racional, almeja objetos a curto prazo. De imediato, a violência promove dramas, pânico e queixas, limitando a liberdade e o direito de ir e vir das pessoas, seja dentro do território ou fora dele. Portanto, reforçamos que a violência é instrumental, pois a mesma precisa de mecanismos para acontecer, diferentemente do poder, da força e do vigor humano.

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo, mas pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido e, ao contrário, o poder desaparece (ARENDR, 2011). Por trás dessas definições de violência e poder, podemos destacar as relações de forças desiguais no território, as quais são potencializadas pelo desejo e expectativa de possuir e consumir, estimulado pela ostentação dos indivíduos que residem nos espaços metropolizados. No entanto, a perspectiva do despossuído é frustrada e, a partir dessa negação, entra em conflito consigo mesmo, potencializando sua agressividade e tornando-o um indivíduo violento.

A análise dos autores supracitados neste capítulo, permite desenhar a seguinte síntese: a violência passa pela compreensão da reconfiguração do processo de urbanização, cujo palco de conflitos interpessoais e sociais é o território, permeado pelo poder, força, disputa e domínio de espaço. Essa desigualdade socioespacial, que leva à violência urbana, reflete o modelo de metropolização do espaço, tendo como âncora a reprodução do capital, sob a égide do segmento imobiliário, caracterizado como segregador, pois exclui parte de segmentos sociais. Essa exclusão leva muitas famílias a adotar como estratégia a ocupação de áreas insalubres à moradia, formando-se, assim, um ambiente propício para a reprodução social da pobreza.

Na atualidade, inclusive, vivenciamos um ambiente de violência generalizada, o que levou as pessoas a implantar a cultura do medo e da sensação de insegurança, a ponto de a paisagem urbana sofisticada se valer de diversos mecanismos de proteção, cujo fundo dessa iniciativa é contra àqueles que cometem ações de violência e criminalidade, oriundas de bairros periféricos.

Na Região Metropolitana de Belém não é diferente, portando-se como uma grande cidade, uma grande capital, os problemas são semelhantes. A desorganização social existente nas periferias de Belém e o processo de urbanização, principalmente nas periferias, provocam a origem de territórios, frutos das desigualdades sociais e econômicas, da segregação e da pobreza. Paralelo a esses fatores, o estado não oferece o atendimento às necessidades da população de forma eficaz, como o acesso à saúde, cidadania, educação, formação profissional, acesso ao mercado de trabalho, segurança e infraestruturas urbanas. Nessas periferias se manifestam a ilegalidade, a ausência de segurança pública, e muitas das vezes a ausência das instituições de controle público, fatores esses extremamente atrativos para o estabelecimento do território do crime organizado.

Outro conceito importante para a produção da pesquisa e do trabalho, em si, é o conceito de crime, que está diretamente ligado ao conceito de criminalidade. A criminalidade não está definida no Código Penal, mas antes do conceito de criminalidade, deve-se buscar o conceito de crime. Ao analisar o crime sobre o “aspecto da técnica jurídica” do Código Penal de 1940, podemos dizer que “o crime é, toda e qualquer ação ou omissão proibida pela lei”, e, que, para ser caracterizado como violência deve haver agressão ou grave ameaça contra a pessoa, sendo que, nesse caso, a presença da vítima torna-se fundamental.

Segundo Alvarenga (2004), podemos diferenciar crime e criminalidade da seguinte forma: o primeiro é um fenômeno individual e singular, enquanto a segunda é um fenômeno social que compromete os processos comuns da vida em sociedade, podendo variar de acordo com o contexto em que está inserida. Logo, a criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e, de acordo com as peculiaridades existentes, sendo essas, fundamentais para identificarmos a forma como se apresenta a criminalidade na sociedade, que é específico para cada espaço da cidade. Ou ainda, o primeiro refere-se ao fenômeno na sua singularidade, enquanto o segundo diz respeito ao “fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes” (MELGAÇO, 2005, p. 17).

Portanto, compreender a maneira como a referida criminalidade se apresenta, em diferentes lugares, é fundamental para análise e prevenção da mesma. E um crime não existiria e nem chamaria atores para cometê-los se os mesmos não fossem interessantes e trouxessem vantagens. Pois, como identificou Foucault (2011), com a regra da quantidade mínima, crimes são cometidos porque trazem “vantagens”, pois, se a ideia do crime fosse ligada à ideia de maiores desvantagens, deixaria de ser desejável e não seria praticado.

O conceito de criminalidade é bastante estudado por sociólogos, que formularam duas teorias contrastantes na definição das causas da criminalidade violenta. Beato Filho (2012, p. 144) em sua obra, aponta que:

Uma delas nos diz que criminalidade e violência são fenômenos cuja origem deve-se, essencialmente, a fatores de natureza econômica; privação de oportunidades, desigualdade social e marginalização são estímulos decisivos para o comportamento criminoso. A outra teoria credita ao delinquente e aos atos criminosos uma agressão ao consenso moral e normativo da sociedade. O baixo grau de integração moral é que produz o fenômeno do crime. Conseqüentemente, a punição do crime é necessária para o restabelecimento dos valores morais da sociedade. Diversos estudos quantitativos têm procurado explicar a variação das taxas de crime violento em várias cidades, áreas metropolitanas ou estados. Para isso, sociólogos e criminólogos têm aplicado uma grande variedade de técnicas estatísticas usando diversas variáveis sociais, demográficas e econômicas. Os resultados desses estudos têm mostrado que alguns fatores estão invariavelmente associados a altas taxas de criminalidade, enquanto outros fatores apresentam comportamento mais volátil, às vezes estatisticamente significantes, outras vezes, não.

Assim, além do uso de variáveis socioeconômicas e individuais para a compreensão da criminalidade, também se faz necessário entender os fatores relacionados ao espaço urbano. Acerca disso “os estudos usando técnicas de análise para a detecção de ‘áreas quentes’ de criminalidade, mostram que crimes são fenômenos bastante concentrados no tempo e no espaço” (BEATO FILHO, 2012, p. 151). Perceber e visualizar no espaço as áreas onde ocorrem, só para termos um exemplo, os homicídios, é demasiadamente importante para compreender como esse crime está espacializado nas cidades e bairros. Além de analisar os homicídios, propriamente ditos, é importante verificar o contexto social e econômico no qual eles ocorrem.

As expressões “crime” e “criminalidade” são passíveis de ser diferenciadas, pois possuem sentido específico. A criminalidade se refere ao fenômeno social em sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões por meio da constatação de regularidades e cortes, enquanto que o crime tem um sentido mais estrito e singular, como um caso individual, uma ocorrência, ou seja, uma variável, um tipo de crime, seja ele o roubo, tráfico, homicídio, entre outros.

A cidade, em conjunto com suas características de vizinhanças e localidades, passa a ser um componente integral do problema da violência e criminalidade. Em vistas conceituais, é coerente dizer que, com a evolução recente de países emergentes, entre eles o Brasil, as cidades passaram por processos acentuados e acelerados de urbanização ao longo das últimas décadas, e, dessa forma, as regiões metropolitanas brasileiras concentram mais de 70 milhões

de habitantes em 453 municípios (BEATO FILHO, 2012). À luz dessa abordagem, a configuração urbana é um elemento central para a desorganização social de comunidades e lugares, e é também no espaço desse urbanismo, que nascem oportunidades para a ocorrência de diversas formas de delitos, de espaços segregados em que o mercado habitacional formal e informal influencia esse processo, ao passo que as diversas formas de crimes violentos aumentam.

Dessa forma, podemos destacar que crime pode ser considerado como um fenômeno individual que contraria as condições da vida em sociedade. Criminalidade, por sua vez, não é somente a junção dos crimes praticados num determinado tempo e num determinado lugar, mas engloba as diversas maneiras que o crime se apresenta na sociedade, junto com suas causas e consequências, num determinado espaço. Nesse sentido, encaixa-se o homicídio como um tipo de crime. Os homicídios, conforme Batela (2008), também podem fazer referência ao conceito de crime violento, que se encontra associado aos crimes que refletem maior violência, ocorrendo um contato direto entre a vítima e o agressor, gerando assim um clima de medo e insegurança na população.

CAPÍTULO 2 – ABORDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA SOBRE A FORMAÇÃO DE ICOARACI NO CONTEXTO METROPOLITANO

Na história da ocupação do Pará, a área da cidade de Belém e a expansão da mesma para a articulação metropolitana, foi obtida, segundo Rodrigues (1998), por meio de movimentos espasmódicos: de um lado, o estado local desenvolvendo estratégias políticas, no sentido de capturar o espaço para exercer um tipo de dominação, para isso, ora anexando, ora dividindo áreas; e, de outro lado, a população de migrantes ou nativos, em geral mestiços, fazendo pressões no jogo de forças políticas, visando a definição das administrações locais.

Até a década de 1960, a expansão da cidade de Belém se deu, em especial, por meio de dois eixos, o deslocamento da periferia belenense em direção a cidade de Ananindeua, respeitando, conforme Rodrigues (1998), a história da função desse espaço em relação a colonização portuguesa, que era o uso pelas camadas mais abastadas. Assim, como anteriormente mencionado por Penteado (1968), que encontrou vivendas e retiros ao longo da BR-316 “réplica das rocinhas dos séculos passados”.

Marca dessa expansão urbana para a periferia da região metropolitana de Belém, em particular para esses subúrbios imediatos, no dizer de Penteado (1968), é o uso da margem dos eixos rodoviários principais para funções industriais, comerciais, de serviços e de lazer. Esse uso do solo é relevante para se compreender o uso habitacional. Além do empecilho representado pelo monopólio fundiário do cinturão institucional que circunda sua área de expansão, Belém enfrenta ainda a rápida apropriação legal das margens dos eixos rodoviários, usados para aqueles fins, restando ao uso habitacional o adentramento além dessas margens.

Essa tendência é mais forte em direção a Ananindeua (margens da BR-316), trabalhada fortemente por Rodrigues (1998), e em Icoaraci pela estrada da base naval, onde predominam os usos militar e industrial, e menor no eixo Belém-Icoaraci pela rodovia Augusto Montenegro e Ananindeua. Em Icoaraci, o avanço e interesse pautado onde havia um determinado estoque disponível de terras não utilizadas no mercado imobiliário, e, que, nas últimas décadas foram sendo incorporados tendo em vista os vários projetos de conjuntos habitacionais desenvolvidos, processo ainda tendente à proliferação (RODRIGUES, 1998).

Nesse cenário, compreende-se que a formação de Icoaraci sempre esteve intrinsecamente relacionada com a dinâmica proporcionada pela capital de Belém. Por isso, podemos considerar que a história desse distrito é tão antiga quanto a própria história de Belém, originando-se de sesmaria, passando por fazenda e vila, até alcançar a elevação de Icoaraci, cujo espaço foi administrado, tanto por pessoas anônimas, como por pessoas ilustres,

como também foi ordenado por religiosos, atrelados à capital paraense. No atual momento contemporâneo, a dinâmica urbano-industrial e as problemáticas de desigualdades socioespaciais, pelas quais experimenta o distrito de Icoaraci, continuam tendo como vetor a metrópole Belém.

Para Moreira (1966), podemos compreender a formação, estruturação e expansão urbana da cidade belenense, de uma visão geográfica, por meio de três fases: a) a fase periférica ou ribeirinha (da fundação da cidade até meados do século XVIII); b) a fase da penetração (de meados do século XVIII a meados do XIX); c) a fase de continentalização (de meados do século XIX ao presente). Ainda nessa perspectiva, o autor afirma que Belém passou por intensas mutações e influências no decorrer das três fases apresentadas. Essas fases de transformações e influências são: a pioneira (influência indígena); a colonial (influência portuguesa); a cosmopolita (influência do *boom* da borracha) e a americanizante (influência do arranha-céu).

Com relação à formação e estruturação do espaço icoaraciense, considera-se o entendimento de Dias (2007), que observou a formação de tal espaço por meio de quatro fases distintas, porém interligadas, como efeito da própria dinâmica do espaço regional amazônico. A primeira fase foi iniciada no século XVIII, com doação de terras que deram origem às fazendas Pinheiro e Livramento até o século XIX, quando foi realizada a compra das fazendas e sua transformação em um hospital (ou casa de abrigo de pessoas com hanseníase), até a transformação em povoado.

A segunda fase, estendida à segunda metade do século XIX, já caracteriza algumas mudanças no espaço de Icoaraci, pois é elevada à categoria de vila até a década de 1950, quando ocorreu a transformação em distrito administrativo do município de Belém, um longo período em que também passou a ser local de segunda moradia da população da cidade. Nessa fase também ocorreu a implementação das primeiras atividades de caráter econômico, como as indústrias de base local e as atividades comerciais voltadas a atender a área do entorno. Atividades essas que, como afirma Dias (2007), foram fundamentais para a produção da cidade e para o processo de migração populacional das microrregiões que passaram a buscar, no lugar, possibilidades de relações de sobrevivência.

Por volta de 1950 até os anos 1970, iniciou-se a terceira fase, marcada essencialmente pelo processo de integração do distrito à metrópole paraense e sua redefinição no espaço urbano local. Período em que era forte a atividade industrial de base tradicional, voltada ao beneficiamento da matéria-prima regional com capital de base regional e local, além da expansão do núcleo urbano, anexação de áreas com base rural que deram origem a

novos bairros, acrescida pela expansão demográfica a partir do crescimento vegetativo e da migração. Para Dias (2007), a quarta fase iniciou-se na década de 1970 e perdura até os dias atuais. Sendo aqui levantada a intervenção do Estado no espaço regional de maneira intensa, por meio de programas, projetos e políticas, objetivando a todo vapor o desenvolvimento da região, acarretando diversas consequências no processo de produção do espaço urbano.

As considerações de Moreira (1966) e de Dias (2007), fazem-se mister para a elaboração de uma periodização da formação histórico-geográfica de Icoaraci, relacionada com Belém, a partir das categorias propostas por Santos (2012), denominadas de forma, função, processo e estrutura, como categorias principais e que devem ser levadas em consideração ao se analisar a produção e formação do espaço. Por essa vertente, o espaço é construído, processualmente, contendo uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente de acordo com a sociedade de cada época.

Para Santos (2012), a forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos, ou seja, as formas espaciais; a função já seria a atividade desempenhada pelo objeto criado; a estrutura que também é social-natural, define-se historicamente, pois, nela, formas e funções são criadas e instituídas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social. Ou seja, é uma concepção histórica e relacional de geografia e espaço. No que define o processo, ele significaria a ação que é realizada de modo contínuo, visando a um resultado que implica tempo e mudança.

Os processos ocorrem no âmbito de uma estrutura socioeconômica, como resultado de suas contradições internas. Dessa maneira, ao considerarmos esses processos em conjunto, podemos analisar os fenômenos espaciais na sua totalidade, cuja dinâmica contribuiu para a formação da cidade de Belém e que ocorreu através de três fases, ancorada em processos graduais, e, que, por conseguinte, transformaram também o espaço de Icoaraci ao longo do tempo, como bem destaca Gonçalves (2005): a primeira fase, que vai dos anos da sua fundação, 1616 (século XVII) até os anos 1950 (século XIX), onde a lógica de ocupação da Amazônia e da capital paraense tem como orientação o seguinte tripé: rio/várzea/floresta, muito embora de ligeiras mudanças nessa dinâmica; a segunda fase, que vai do período de 1950 até o ano de 1970, quando se inicia o processo a conformação da estrutura espacial e urbana de Belém; a terceira fase, que tem marco a partir dos anos 1970 até os dias atuais, pautada na segunda lógica de ocupação do século XX: estrada/terra-firme/subsolo.

De acordo com Gonçalves (2005), a organização do espaço amazônico pode ser explicada pela coexistência de dois padrões bem visíveis: a) padrão rio/várzea/floresta; e b) padrão rodovia/terra-firme/subsolo. O primeiro predominou na região até a última década dos

anos 1950 (do século XX) e caracteriza-se pela sua organização às margens dos rios, tendo como fonte econômica a exploração da floresta. O segundo padrão de ocupação é marcado pela implantação da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1950, representando uma nova direção na ocupação da região, onde a base da economia passou a ter como fonte o solo (exploração da pecuária e agricultura) e do subsolo (atividades minerais).

Certamente que esses dois modelos de ocupação e de ação sobre os recursos naturais se tornam vetores determinantes nas alterações, mudanças e conformação dos espaços das cidades, alterando a dinâmica urbana e proporcionando a ação de atos violentos e criminosos, que mais tarde se intensificariam nesse espaço.

Colocados esses indicativos gerais e preliminares, na medida do possível, a finalidade é tomar como objeto de discussão as formas, funções, estruturas e processos vivenciados por Icoaraci durante essas três fases responsáveis pela consolidação da produção do seu espaço, levando-se em conta as implicações da trajetória da sua história socioespacial, cultural, econômica, política e geográfica. Para melhor entendimento por parte do leitor, essas questões foram discutidas em conformidade com as orientações de Santos (2006), que orienta abordá-las por meio de três subcapítulos, considerando-se a especificidade de cada um desses momentos ou fases vivenciadas por Icoaraci.

O primeiro subcapítulo, denominado “A formação inicial de Icoaraci” (primeira fase: 1616 até o ano de 1950), é caracterizado por um “período técnico”, o qual conta a origem e o processo de formação do distrito de Icoaraci. Esse, sendo estruturado ainda como um ambiente, rural, bucólico, que foi fazenda, povoado e vila, com pequenas ocupações, até a chegada de pequenos comércios e atividades mercantis que dinamizaram a época e incorporaram a área como distrito de Belém.

O segundo subcapítulo “A incorporação de Icoaraci ao contexto metropolitano” (segunda fase: 1950 até o ano de 1970) tratar-se-á das efetivas mudanças no espaço do distrito, dessa vez, sendo incorporada ao contexto metropolitano, com a abertura de avenidas que proporcionaram tal integração, maior atividade comercial e industrial. Contexto em que Belém expandiu seus espaços urbanos por meio do processo de metropolização e da dispersão metropolitana, incorporando novos espaços ao contexto metropolitano. Levando em conta que, nesse período em que as transformações se acentuam e o homem domina a natureza por meio das técnicas e conhecimentos científicos, segundo Santos (2006), que caracterizam o meio técnico-científico.

O terceiro, denominado de “Consolidação e transformações no distrito com relação à metrópole” (terceira fase: 1970 até a atualidade), faz uma abordagem da consolidação de

Icoaraci completamente integrada à metrópole, polo de arrecadação de verbas, importante para a economia da cidade. A urbanização acelerada e desigual, que chegou ao distrito nesse período, com ainda mais força, também gerou processos de periferização na cidade, logo, igualmente no respectivo distrito, trazendo problemas ambientais, econômicos e sociais para esse espaço metropolizado de Belém, sendo Icoaraci considerada periferia da metrópole. Fase de consolidação das técnicas, inserção de tecnologia e informação que, para Santos (2006), se faz presente no meio técnico-científico-informacional.

Para maior detalhamento das fases históricas e cronológicas da trajetória da constituição e redefinição dos espaços de Belém e de Icoaraci, organizamos tais elementos na Tabela 1.

FASES PERIÓDICAS	ESPAÇO GEOGRÁFICO	BELÉM	ICOARACI
1616 a 1850	FORMAS	Fortes, pequenas vilas, casas de aviamento, núcleos urbanos pequenos	Favos de mel, fazendas, fortificações
	FUNÇÕES	Proteção, habitação, comércio drogas do sertão	Exploração, proteção
	ESTRUTURAS	Aldeamento Rio	Rural Sesmarias
	PROCESSOS	Protecionismo político-militar Mercantilismo	Colonialismo Protecionismo
1850 a 1950	FORMAS	Núcleos urbanos de médio porte, aumento de casas de aviamento, antigos prédios comerciais, residenciais e unidades fabris, pequenos portos	Pequenos arruamentos, residências, escola rural, vila, comércio incipiente, distrito
	FUNÇÕES	Comércio da borracha, industrialização incipiente	Povoamento
	ESTRUTURAS	Seringais Aviamento Rio	Rural, lotes de terra
	PROCESSOS	Mercantilismo comercial	Povoação, circulação, comercial
1950 a 1970	FORMAS	Núcleos urbanos maiores, indústrias, centros comerciais de bens e serviços	Olarias, madeireiras, rede elétrica, bancos, pequenas lojas, agência distrital
	FUNÇÕES	Subcentro de comércio e serviços, industrialização	Artesanato, serviços e equipamentos urbanos
	ESTRUTURAS	Rodovias, industrialização regional	Ruas, casas de artesanato
	PROCESSOS	Planejamento, descentralização industrial, metropolização	Consolidação como distrito, urbanização
1970 até os dias atuais	FORMAS	Novas e modernas, prédios e condomínios residenciais fechados	Loteamentos, residenciais, condomínios, indústrias, orla
	FUNÇÕES	Comercial, imobiliária, residencial, expansão metropolitana	Residencial, serviços, comércio de bens e serviços industrialização, turismo
	ESTRUTURAS	Rodovias, novas avenidas construídas	Novos arruamentos, distrito industrial
	PROCESSOS	Dispersão metropolitana, verticalização, periferização	Expansão urbana, verticalização, periferização

Tabela 1: Periodização Histórica-Geográfica de Belém e Icoaraci.

FONTE: Elaborado pela autora desta dissertação (2016), com base nos autores supracitados.

Após esse apanhado geral histórico e geográfico da formação do distrito de Icoaraci, no contexto da conformação metropolitana de Belém, os esforços centram em pormenorizar a evolução das fases dos acontecimentos, levando em conta seus aspectos socioespaciais, concentração, fragmentação e dispersão dos respectivos espaços, apontando os principais

fatores que contribuíram para esses fenômenos. Ademais, buscamos sinalizar como se encontra a atual dinâmica socioespacial, tanto de Icoaraci, como de Belém.

2.1. A FORMAÇÃO INICIAL DE ICOARACI

O primeiro subcapítulo ou primeira fase (1616-1950), em linhas gerais, expressa um desenho da formação inicial de Icoaraci, desde os anos 1616, mostrando a origem e o processo da formação desse Distrito, permeado, ainda, por um ambiente rural e bucólico, sustentado por pequenas ocupações em fazendas ou em pequenos aglomerados, cujo modelo vigorou até a chegada de pequenos comércios e atividades mercantis, responsáveis por dinamizar a região até a mesma ser incorporada à Belém, por volta dos anos 1950.

A história de Icoaraci confunde-se com a própria fundação de Belém. Quando os integrantes da expedição de Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616, procurando um lugar adequado para se fixarem, desembarcaram numa ponta de terra situada na confluência dos rios Guajará e Maguari, o qual denominaram “Ponta do Mel”, devido à grande quantidade de favos de mel presentes no local (GUIMARÃES, 2006).

De fato, quando a equipe de Castelo Branco aportou na, então, Icoaraci, um jornal tupiniquim relatou a seguinte manchete: “Uma das primeiras expedições a chegar ao local foi a de Castelo Branco, que desembarcou numa ponta de terra, na confluência dos rios Guajará e Maguari, a qual chamou de ‘Ponta do Mel’, devido à grande quantidade de favos de mel encontrados naquele local” (*O Liberal*, 2004, p. 9).

No final do século XVII, Sebastião Gomes da Costa, com o intuito de montar engenho, cultivar e trabalhar o solo, instalou-se com sua família na estratégica terra de Ponta do Mel. Por volta dos anos 1701, Sebastião solicitou e obteve, do tenente general Fernão Carrilho, governador do estado do Maranhão, a carta de data e sesmária, sendo confirmada a concessão em 15 de outubro de 1705 por D. Pedro II, rei de Portugal. As longas terras concedidas eram chamadas de Paracury, porém, com a apropriação, o local passou a se chamar fazenda Pinheiro. Essa denominação foi em homenagem a uma cidade de Portugal, Pinheirense (GUIMARÃES, 2006).

Por motivo de grave estado de saúde do seu proprietário, em abril de 1710, as terras da fazenda Pinheiro foram doadas aos carmelitas que, nelas, acrescentaram a fazenda de Nossa Senhora do Livramento. Essa última, ficava situada às margens do Igarapé Paracuri, onde foi instalada uma olaria, além do início da extração de laterita, a “Pedra Pará”,

acompanhada da criação de gado, produção de cana-de-açúcar, canela, entre outros, seguindo o modelo de desenvolvimento das demais sesmarias criadas nesse período.

Com a saída das ordens religiosas da Amazônia, no século XIX, o presidente da província, Francisco Soares D'Andrea, comprou as Terras do Pinheiro, com a ideia de transformá-las em um “lazareto”, visando o tratamento dos hansenianos, a ser administrado pela Santa Casa de Misericórdia do Pará. Diante dos poucos recursos, esse projeto não saiu do papel, o que levou o governo da época a arrendar as terras por um período de nove anos. No entanto, diante da situação em que se encontrava o patrimônio, o governo decidiu acabar com o sistema de arrendamento, pois não atingia os reais objetivos propostos à administração e, por conta disso, a fazenda foi transformada em povoado (DIAS, 2000).

Assim, a fazenda Pinheiro foi elevada à categoria de “povoado de Santa Isabel” através do Decreto de Lei n. 598, de 8 de outubro de 1869. Com essa mudança administrativa, o cônego Manoel José de Siqueira Mendes, vice-presidente da província, ao assumir o governo, autorizou o aforamento da antiga fazenda, demarcando e entregando os terrenos aos foreiros, porém, com nova denominação: Povoado de Santo Antônio do Pinheiro. A demarcação assumiu a seguinte configuração espacial, conforme Dias (2000, p. 42):

Oito quarteirões com noventa braças de comprimento cada, cortados por oito ruas e nove travessas com dez braças de largura. A Lei n. 598, em seu art. 2º, determinava que os terrenos fossem medidos previamente, demarcados e arruados, como também fosse reservado o necessário para praças, edifícios e logradouros públicos. Os restantes deveriam ser divididos em lotes, nunca menores de dez braças de frente, com cinquenta metros de fundos.

Até aqui, é notória a presença e a ação da administração provinciana sobre as terras de Pinheiro, pois naquele momento representava um espaço estratégico, seja pela sua forma geográfica – a ponta avançava para o mar –, seja pelo seu tamanho espacial. Tanto que a sua ocupação envolvera vários interesses e pessoas ilustres da história, tal como verifica-se no seguinte comentário de Viana (1906, p. 26):

[...] Eis, em delineamentos gerais, o que foi primitivamente o Pinheiro, uma fazenda desses operosos mercenários, grandes criadores de gado, ricos fazendeiros, que deixaram a coroa de Portugal, um pingue patrimônio nas terras do Pará; eis aí a história da povoação de Santa Izabel, nascida dos esforços do conego Siqueira Mendes; e, finalmente, a exposição fiel do que é o importante melhoramento, inaugurado hoje [...].

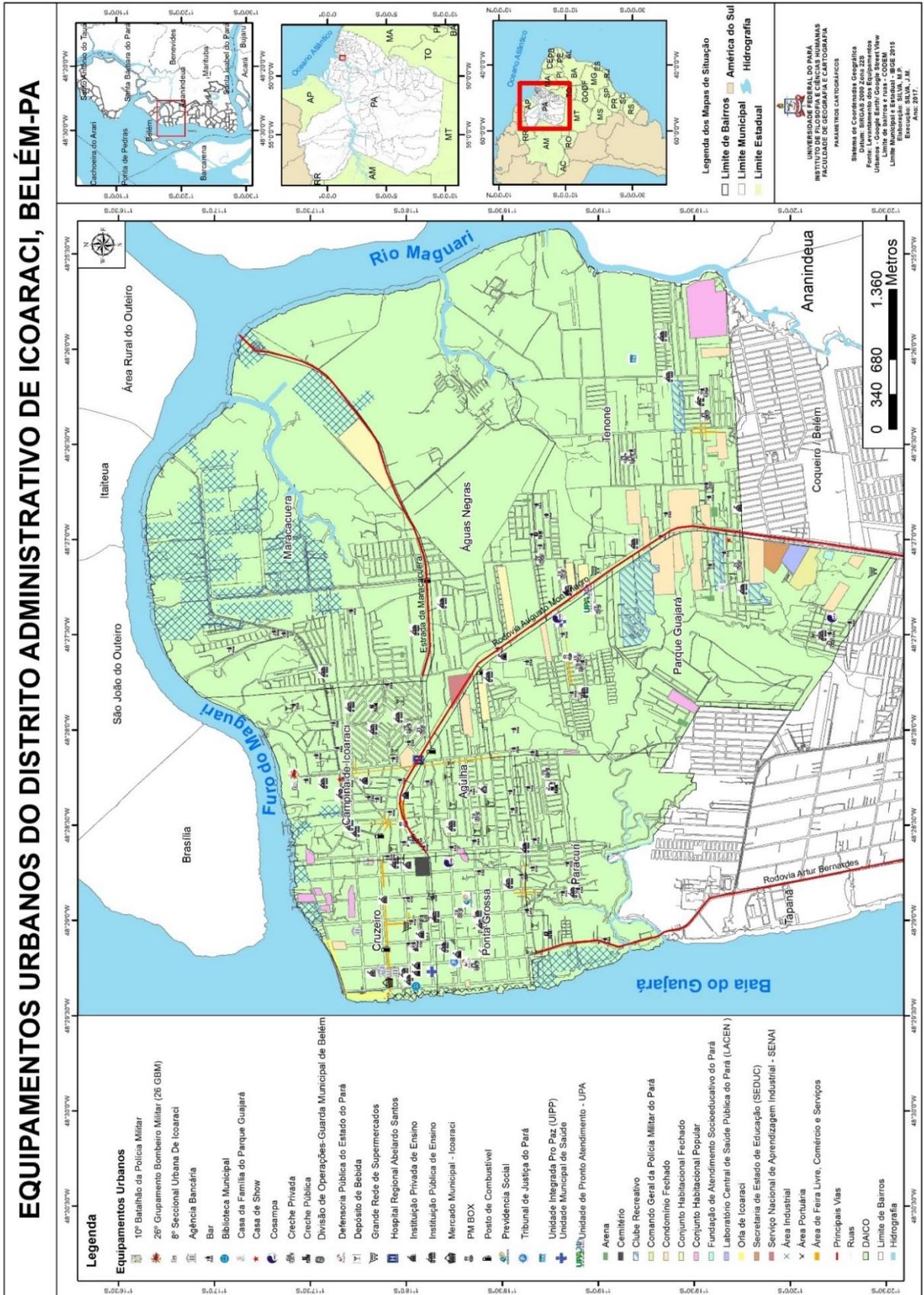
O cônego Siqueira Mendes teve papel fundamental na redefinição e configuração espacial urbana de Pinheiro (Figura 1), datada do século XIX, em que, adotando a política de concessão de terras, contribuiu para a ocupação efetiva daquele local.



Figura 1: Trapiche de embarque e desembarque e Rua Siqueira Mendes.
 FONTE: Secult, 1998.

A imagem acima retrata a Rua Siqueira Mendes, em homenagem ao cônego, uma das primeiras ruas a serem criadas no distrito. Nela, iniciou-se o processo de ligação entre a vida urbana primitiva da Vila Pinheiro e a atividade de embarque e desembarque de mercadorias, como podemos observar na figura. Em destaque, o trapiche, o qual permitiu esse trânsito marítimo de pessoas e mercadorias, iniciado nesse período, de Icoaraci, com as ilhas próximas.

Esse processo de ocupação ordenado e com as atividades voltadas para o rio, hoje, também, com a atividade turística no bairro Cruzeiro, pode ser notado no mapa a seguir, a orla na cor amarela dentro do bairro, e também ao representar os equipamentos urbanos atuais do bairro, em contraponto com a realidade histórica. Pois alguns padrões foram mantidos, como essa dinâmica voltada para o rio, porém, novos equipamentos modernos e de serviços foram sendo adotados, tais como: conjuntos habitacionais, indústrias, bancos, escolas, postos de saúde, postos policiais., casas de *shows*, supermercados, dentre outros prédios comerciais e de serviços.



Mapa 03: Mapa de equipamentos urbanos de Icoaraci.
 FONTE: COHAB/CODEM, elaborado por Juliana Maciel, 2016.

De fato, esta ilustração revela, também, o espaço da antiga Vila Pinheiro em forma de xadrez, sustentada pela constituição de oito ruas: Siqueira Mendes, Manoel Barata, Padre Júlio Maria, 15 de Agosto, Coronel Juvenal Sarmento, Santa Izabel, Dois de Dezembro e Oito de Maio, as quais formam oito quarteirões.

Mário Dias (2000), conta que esse esquadramento das ruas demarcadas no século XIX, com particularidade nas suas grandes dimensões em que foram projetadas, permanece ainda até os dias atuais e sem grandes alterações. Essa histórica demarcação deu origem aos bairros mais antigos: o Cruzeiro e Ponta Grossa. Notamos que essa delimitação hierárquica e em forma de quarteirões, travessas e lotes, marca o início do processo da fragmentação, concentração e expulsão espacial da antiga fazenda Pinheiro.

Assim, inicialmente, a expansão urbana de Pinheiro se deu através de ocupação de áreas firmes e livres, as quais contribuíram para formar os bairros tradicionais, como Cruzeiro e Ponta Grossa. Nessas áreas ocupadas, o processo de intervenção do homem sobre a natureza foi exercido imediatamente e de forma efetiva, marcando o início do processo de apropriação e produção do espaço (DIAS, 2007). No decurso do tempo, foram incorporados novos espaços à vila e que originaram o atual bairro Campina, ampliando-se para o interior, tal como podemos mais bem observar no seguinte trecho de Dias (2007, pp. 120-121):

[...] Icoaraci passa a incorporar essas áreas ao espaço da cidade que cresce, se expande, afastando-se da orla fluvial, onde se localiza o marco de sua fundação e núcleo tradicional, porém, mantendo íntimas relações econômicas com ele. As vias fluviais, nesse tempo, eram o elemento de integração e dispersão de pessoas, mercadorias, informações etc. Naquele período, as localidades afastadas poderiam ser consideradas como rural ou quase rural, contrapondo-se à cidade formal, surgida nas margens da baía do Guajará e no furo do Maguari – o núcleo pioneiro –, onde se desenvolveram as principais atividades como o comércio, os serviços etc. Tanto que, o historiador Penteado, em 1968, classificou o local como “subúrbio imediato” de Belém, para se referir que Icoaraci tinha mais características ou feições rurais frente às fracas funções desenvolvidas, enquanto núcleo urbano.

Pelo que se consta, a Vila Pinheiro se desenvolvia espacialmente, no entanto, apresentava fraca função como núcleo urbano para a cidade de Belém. Podemos considerar que essa baixa dinâmica da vila era fruto, até os anos 1950, da dependência das vias fluviais como principal elemento de integração, dispersão e de circulação de pessoas, mercadorias e de informações.

As condições topográficas do lugar dificultavam a pavimentação das ruas, em vista dos muitos trechos interrompidos pelos cursos d’água, notadamente nas áreas mais baixas.

Por esse motivo, as terras localizadas nas áreas secas e firmes passaram a ter maiores valores, implicando custos elevados para moradia e, em contrapartida, as áreas baixas foram ocupadas pelas indústrias, comércios, entre outras atividades produtivas (DIAS, 2000). Notamos aí que, a topografia, ou seja, a forma irregular do solo, foi determinante para definir áreas de centro (terra firme), voltadas para instalações de residências e prédios públicos, e áreas de periferia (baixada próxima ao rio), ocupadas pelos agentes empresariais e industriais.

Sobre alocação espacial inicial das terras da antiga fazenda do Pinheiro, Penteadó (1968), afirma que a sua estruturação urbana, naquele momento, já obedecia à nova lógica no seu esquadramento, como um clássico “tabuleiro de xadrez”, cujas amplas ruas e quarteirões eram uma herança da colonização portuguesa, vislumbrando o futuro desenvolvimento do núcleo de Pinheiro, bem diferente do que fora projetado para Belém no início da colonização, a qual foi constituída por ruas estreitas e tortuosas (DIAS, 2000).

Posto em prática os traçados urbanos, e após a proclamação da República, o núcleo foi elevado à condição de vila, porém, manteve o nome de Pinheiro. Muito além das mudanças na denominação do núcleo e de sua partilha espacial, Pinheiro padecia de um problema que impedia o seu desenvolvimento: o isolamento. A única forma de comunicação entre a vila e Belém, ou outras localidades, era mediante à via fluvial, com o uso de canoas, e, além disso, não possuía grandes atrativos que pudessem justificar o interesse de qualquer investimento do governo provincial.

Para remediar essa situação, o então governo de Paes de Carvalho, em 1899, incorporou à Vila Pinheiro as terras do Tapanã, cujo núcleo urbano se interligava à Belém, através de um ramal de uma ferroviária da antiga estrada de ferro de Bragança, possibilitando o acesso por via terrestre. A partir de então, a dinâmica da vila passou a ter maior expressão, com o surgimento de pequenas nucleações mais afastadas do centro de Pinheiro, como: Águas Negras, Agulha, Brasília, Vila dos Inocentes e a ampliação da própria região de Tapanã.

Dada a ampliação espacial e do fluxo populacional em Pinheiro, a vila foi, paulatinamente, ganhando autonomia, com aquisição de uma subprefeitura, posto policial, posto fiscal da fazenda estadual, agência de correios e telégrafos e uma estação de trem. Diante desse incremento, a Vila Pinheiro passou a assumir papel de destaque, como fornecedora de gêneros alimentícios (peixes, mariscos, agricultura de subsistência, entre outros itens), sendo que essa dinâmica econômica foi acentuada a partir do ano 1913, com a instalação de um matadouro, cuja produção de carne tinha como destino a cidade de Belém (DIAS, 2000).

Ao lado desses segmentos, prosperaram atividades de olarias (telhas, tijolos e cerâmica em geral), espalhadas pelas várzeas dos rios e igarapés que cortavam o núcleo, principalmente da fazenda do Livramento. Para Dias (2000), o desenvolvimento desse setor esteve associado ao crescimento da construção civil, com notoriedade na cidade de Belém e adjacências (Ilha do Marajó, Amapá e Maranhão). Certamente que a Vila Pinheiro, já no início do século XX, se tornara centro abastecedor de alimentos e de matéria-prima para o ramo da construção civil, contribuindo para o desenvolvimento socioespacial, urbano e arquitetônico das futuras metrópoles.

Muito embora a ligação ferroviária fosse significativa para a maior fluidez, tanto de pessoas, quanto de mercadorias, ainda assim, a Vila Pinheiro enfrentava grave problema de transporte e de locomoção, sobretudo, quanto à distribuição da produção local, pois o ramal da estrada de ferro passava longe dos rios e igarapés, onde se desenvolviam essas atividades. Diante desse obstáculo, a opção era a via fluvial para escoar o que era produzido, com destaque na distribuição de carne. Essa situação trouxe implicações para a Vila Pinheiro, como bem comenta Dias (2000, p. 47):

[...] Até a quarta década do século XX, o desenvolvimento do núcleo não lhe permitiu alcançar a cidade de forma direta. Seu espaço ainda possuía áreas ermas e desocupadas, apresentando todas as deficiências no que concerne a seu espaço urbano, carecendo, principalmente, de serviços e equipamentos coletivos.

Essa citação mostra que, embora tenha havido certa evolução econômica, a Vila Pinheiro, por volta dos anos 1940, ainda continuava isolada em relação à cidade de Belém, como também carecia de infraestrutura urbana, ou seja, havia uma administração do espaço, porém, sem se preocupar com um planejamento de oferta de serviços sociais essenciais e urbanos. Nesse ponto, cabe salientar que, na segunda década do século XX, o núcleo já abrigava uma população equivalente a 8.634 habitantes, representando 3,95% da população de Belém, segundo o Recenseamento Geral do Brasil (DIAS, 2000).

Outro fator que contribuiu para redefinir e valorizar o espaço e as terras de Pinheiro, foi à visita de “pessoas de fora”, em busca de lazer e de entretenimento, da exuberância das praias naturais que ali existiam (e ainda existem). As famílias tradicionais e de melhor poder aquisitivo de Belém, enriquecidas com a economia da borracha, em curso, desde a segunda metade do século XIX, passaram a frequentar e privilegiar a vila como local de segunda moradia, para passar férias e finais de semana, como, também, por ser o lugar mais próximo de Belém para recreação. Com isso, foram construídas residências ao estilo arquitetural

européu, tornando-se refúgio para a elite da época, o que levou a vila a ser denominada de balneário de Belém.

As antigas arquiteturas ainda fazem parte da paisagem urbana da atual Icoaraci, embora dessas edificações se encontrem em estado de abandono por parte do poder público, fazendo parte da memória daquela vila. O local, até os dias atuais, continua a receber grandes contingentes de pessoas que ali praticam lazer, porém, suas praias são frequentadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, de modo que os preços são mais acessíveis, em relação aos balneários mais longínquos do estado do Pará.

Em outubro de 1938, o Decreto de Lei n. 3.133 redefiniu os limites da região de Pinheiro que, além da adjacência com Tapanã, passou a fazer limite com Val-de-Cans e Mosqueiro, abrangendo também o subdistrito de Outeiro. Cinco anos depois, em dezembro de 1943, o então interventor Magalhães Barata, através do Decreto n. 4.505, fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado e, nesse contexto, a Vila Pinheiro passou a ser chamada de Icoaraci.

Cabe aqui, colocar uma crítica quanto ao nome que substituiu a Vila, pois, para muitos, “a denominação dada foi inapropriada, já que não corresponde ao nome indígena que deu origem ao lugar, que seria “Baía do Sol”, e não Icoaraci” (VALENTE, 1989, p. 63). Os nativos de Icoaraci são conhecidos como “pés redondos”, pois seu veículo de locomoção era, por excelência, a bicicleta (FIGUEIREDO; TAVARES, 2006). No entanto, se levarmos em conta a data de novembro de 1701, quando as terras de Ponta do Mel foram concedidas a Sebastião Costa para serem ocupadas e exploradas, então, no período corrente de 2016, Icoaraci conta com 315 anos de fundação.

Uma das culturas que Icoaraci herdou da sua história foi a produção artesanal de cerâmica, chamada marajoara, por manter traços característicos desse povo. Trata-se de dezenas de pequenos ateliês e oficinas onde o barro é trabalhado de forma manual em tornos movidos à força humana, sendo que as peças são cozidas em forno de lenha. Algumas dessas oficinas domésticas têm uma produção artisticamente bem elaborada, pois muitos dos vasos e urnas têm como destino a Europa e os Estados Unidos (ANDRADE, 2004). Outra fonte de renda de Icoaraci é a produção de serviços, a partir de entretenimento nos bares ou nos bons restaurantes, comercializando iguarias locais, cujo espaço principal dessa dinâmica é a orla da praia do Cruzeiro e a beira da baía de Guajará, além do seu grande potencial turístico⁷.

⁷ Caratateua ou Outeiro é uma ilha pertencente à Icoaraci e está situada a 18 km do centro de Belém. Esta Ilha é banhada por águas doces, turvas, de característica barrenta, provenientes da baía do Guajará. Tem como principais atrativos turísticos suas praias, entre as quais a Praia do Amor, Praia Grande e Praia da Brasília. Sua

Na atualidade, o local se tornou “Distrito Administrativo de Icoaraci” (DAICO), situado a 23 km da capital e continua ligado a Belém, e o seu acesso pode ser por duas vias. A primeira, pela rodovia Augusto Montenegro e, a segunda, é pelo Tapanã, via avenida Arthur Bernardes, a qual contorna as margens do Rio Guamá, cortando, inclusive, a base aérea de Belém. Essas duas vias de acesso se ligam à cidade de Belém, servindo de corredor para fluxos de pessoas e de mercadorias, contribuindo para o desenvolvimento de Icoaraci, visto que tais acessos funcionam ainda como fator indutivo do processo de urbanização das áreas de expansão de Icoaraci. Esse distrito possui 32.949 km², distribuído por nove bairros: Agulha, Águas Negras, Campina, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné, e, segundo estimativas do último censo de 2010, realizado pelo IBGE, a população de Icoaraci já alcança a casa dos 300 mil habitantes (FALAS, 2016).

Por conseguinte, a trajetória da história da conformação socioespacial de Icoaraci não pode estar dissociada do processo de ocupação e desenvolvimento urbano de Belém, já que ambas as unidades tiveram marco de fundação próxima, além de constituírem aspectos físicos similares da ocupação e apropriação do espaço, indo desde sesmaria, passando por fazenda e Vila, até constituir seu espaço urbano e metropolizado. Eidorfe Moreira (1966, p. 13) dá grande contribuição para explicar a formação inicial de Belém, a partir da seguinte percepção sobre a fundação dessa cidade:

Como todas as cidades brasileiras, Belém brotou diretamente da paisagem e da história. Não teve auréolas lendárias e nem rituais premonitórios. Seu fundador não foi um herói mítico, nem sequer um grande capitão, mas uma figura comum das crônicas históricas. A não ser certas evocações natainas – o nome da cidade e o do “primitivo forte” – nenhuma outra circunstância ou simbolismo poetiza as origens da capital paraense [...].

E acrescenta que:

Um ato de clarividência política expresso em termos geográficos – eis em síntese o que determinou a fundação da cidade: visão política e senso geográfico são aspectos de um mesmo processo estratégico, o que importa em dizer que senso estratégico nada mais é do que uma forma particular de tino político. Trata-se, portanto, de termos redutíveis entre si, dada a sua correspondência de sentido. (MOREIRA, 1966, pp. 13-14).

Nenhuma cidade do Brasil encontrou condições geográficas tão favoráveis para uma efetiva influência continental, quanto Belém. Em linha direta para o oeste, ela foi a que mais projetou sua influência pelo continente adentro,

orla é, em sua maior parte, urbanizada, contando com várias barracas que servem frutos do mar em geral e bebidas diversas.

numa irradiação de alto sentido geopolítico, cujo influxo fez surgir outros núcleos populacionais e cidades, frutos diretos dessa irradiação no tempo e no espaço. (MOREIRA, 1966, p. 15).

De acordo com esse autor, com base em documentos da época, a fundação de Belém foi algo muito bem pensado e teve caráter político-militar, no sentido de se constituir uma estratégia para prevenir e assegurar os interesses geopolíticos de Portugal a partir dessa parte do continente. Segundo Moreira (1966, p. 21), a fundação da cidade de Belém representou “a integração territorial e, como tal, contribuiu para unificar e garantir o exercício de uma soberania até então ameaçada por forças francesas, inglesas e holandesas”. Tanto que, como prossegue o autor (MOREIRA, 1966, p. 31):

Historicamente, Belém não teve uma formação natural, como ocorre com as demais cidades, com aglomerados urbanos; não resultou da evolução de uma taba indígena; não culminou de uma situação anterior já definida; mas derivou de um processo deliberado e efetivo de conquistas. (MOREIRA, 1966, p. 31)

Essa posição, comentada acima, tem grande validade, quando notamos que, a princípio, o objetivo da fundação de Belém foi servir de base militar, base operacional e posto avançado da civilização, sendo “boca do sertão”, e só depois que se tornou centro administrativo e de entreposto comercial (MOREIRA, 1966). Não é difícil perceber que essa finalidade das forças portuguesas em terras locais revela o valor estratégico da posição geográfica de Belém, conferindo-lhe certa significação do seu espaço.

Seguindo o modelo de quase todas as cidades amazônicas, Belém se desenvolveu em função do rio, ficando adstrita à sua poderosa gravitação, isto é, inicialmente ela cresceu a partir da sua periferia, e, só depois, passou a penetrar e se expandir para o seu centro. Ou ainda, Belém nasceu do influxo das atrações do interior (periferia) e do mar e, por força disso, dois vetores regiam o desenvolvimento da cidade: o rio e o mar (MOREIRA, 1966).

Além das estratégicas condições geográficas, Moreira (1966, pp. 49-50) aponta outras circunstâncias que tornaram Belém, historicamente, uma “cidade ribeirinha”, a partir do seguinte comentário:

[...] Como praça forte, como boca de sertão e como centro missionário, Belém não podia se distanciar da beira d’água, pois o elemento hídrico era, ao mesmo tempo, a via, o atrativo e o campo comum da ação do militar, do aventureiro e do missionário. Por isso, enquanto foi pioneira, Belém permaneceu confinada à sua faixa marginal, o que significa em dizer que esse marginalismo ou periferismo se deu em função, em grande parte, do papel que a cidade desempenhava nos seus primórdios – o de fortaleza.

Cessado esse papel inicial de Belém, a “marcha” passou a se interiorizar, de modo que seu crescimento se deu em um sentido contrário ao da gravitação do rio de até então, surgindo, assim, uma frente sertaneja em oposição ao elemento fluvial. Ou seja: “se antes Belém fazia frente para o rio e fundo para a mata; agora entestava simultaneamente com o rio e com a mata” (MOREIRA, 1966, p. 50).

Por nossa compreensão, essa dinâmica ribeirinha de Belém, então, explica as construções, em geral, de empresas ao longo da sua marginal, abrangendo desde a confluência da avenida Arthur Bernades, passando pelos inúmeros armazéns até os antigos galpões (atual estação das Docas). Outra dedução que se pode apurar é que, antes, as ruas e avenidas eram representadas pelos rios, responsáveis pelo fluxo de pessoas, de mercadoria e de toda a dinâmica da nascente Belém.

Na segunda metade do século XVII, Belém passou a se dilatar pela terra a dentro, mas ainda assim “essa penetração foi lenta e desigual, como ocorrera com o crescimento periférico” (MOREIRA, 1966, p. 51). A partir da metade do século XVIII, quando a função de cidade ribeirinha deixa de ser interessante, acentua-se o processo de interiorização de Belém, cujo um dos vetores para esse avanço foi o crescimento populacional. Conforme esse autor, não concorreu para isso apenas o aumento do fluxo populacional, mas outros fatores contribuíram para dinamizar o deslocamento dessa frente de penetração, entre eles: a) crescimento da população, impondo novas frentes de ocupação, derivando assim, na pressão interna; b) vantagens das terras centrais, em relação às terras ribeirinhas, não só para fins agrícolas, como também por serem mais saudáveis; c) economia baseada em processos extensivos, visando, como tal, a conquista de áreas, e não o seu aproveitamento racional; d) abertura da estrada de ferro de bragança e, depois, a da estrada de rodagem Bernardo Sayão, Belém-Brasília.

Do ponto de vista geográfico, Moreira (1966) classifica a ocupação e expansão do espaço de Belém em três fases bem distintas: a) a fase periférica ou ribeirinha – vai desde a fundação da cidade, 1616, até meados do século XVIII; b) a fase da penetração – vai desde meados do século XVIII até meados do XIX; c) a fase de continentalização – vai desde meados do século XIX até o presente momento.

De fato, essas três fases vão se reproduzir no processo de formação, constituição, urbanização e metropolização de Belém, e, que, como efeito, vai se refletir também na conformação espacial de Icoaraci. Sem dúvida, que inúmeros aspectos – demográficos, culturais, políticos, econômicos, sociais etc. – interferiram e contribuíram para a formação e construção do espaço urbano de Belém e Icoaraci.

Um dos marcos do início da dinâmica espacial e urbana de Belém foi no decorrer do século XIX. Ao contrário de muitas localidades, como Cameta, Gurupa, Bragança ou a própria Icoaraci (objeto espacial de investigação deste estudo), que ficaram como que, retardadas no tempo, vivendo em função de uma certa inércia histórica, Belém venceu tais resistências estáticas do passado, projetando-se cada vez mais como cidade, espaço urbanizado, como porto e capital.

Essa nova dinâmica de Belém pode ser percebida em um trecho emprestado de um certo historiador: “[...] O século XIX exerceu forte influência no domínio político. Nas reformas sociais. No traçado urbanístico. Na exploração e estudo das suas riquezas naturais. No desenvolvimento do comércio, das indústrias e das artes” (MOREIRA, 1966, p. 135). A evolução do quadro urbano certamente foi acompanhada como o aumento do fluxo populacional em Belém, notadamente a partir do ano de 1940, como explanado na tabela 2.

Ano	Crescimento populacional/hab.			
	Belém	Varição %	Municípios*	Varição %
1940	169.351	--	206.331	--
1950	225.218	33%	254.949	23%
1960	359.988	59%	402.170	57,%

Tabela 2: Recenseamento do crescimento populacional de Belém e dos municípios (1940/1960).

FONTE: Forma tabular elaborada pela autora, como base nos dados disponibilizados por Moreira (1966).

*População total de todos os municípios da época.

Essas estatísticas mostram o crescimento populacional positivo na cidade de Belém. No ano de 1950, o salto do fluxo foi de 55.867, indicando um aumento de 33%; enquanto que o incremento populacional dos demais municípios foi de 23%. No recenseamento de 1960, a população de Belém alcançou 359.988 habitantes, com uma diferença de 134.770 pessoas, o que acusou um crescimento de 59%; enquanto que nos demais municípios o aumento de habitantes foi de 57%.

Verificamos que, em todo o período (1940-1960), o incremento populacional de Belém foi superior ao fluxo populacional de todo o conjunto dos municípios da época. Esse desempenho populacional colocou Belém em sétimo lugar no quadro urbano do país, ficando apenas atrás do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre (MOREIRA, 1966).

Ainda, conforme esse autor, o fluxo populacional de Belém foi tão considerável, em meados do século XX, que ficou conhecida como a “cidade mais populosa do setentrião brasileiro, como também de todo o setentrião sulamericano”, de modo que superou a

população de Caracas, Bogotá, Quito e Lima. De fato, nota-se que duas circunstâncias contribuíram para isso: o elevado incremento populacional e a significativa projeção econômica que Belém alcançou, como efeito notoriamente da economia da borracha, em curso desde a metade do século XIX, a ponto de ser comparada como “uma Buenos Aires setentrional da América do Sul. [...] Embora, como Cidade, estivesse muito longe de corresponder a essa comparação” (MOREIRA, 1966, p. 158).

Portanto, podemos inferir que, o acentuado ritmo de incremento demográfico contribuiu para formar Belém, como cidade metropolitana; foi resultado do *boom* da borracha, nascente industrialização e abertura da Rodovia Belém-Brasília. Para Moreira (1966, p. 164) “Belém, desde cedo, manifestou certa ‘grandeza’, fruto, sem dúvida, de um conjunto de vantagens geográficas e históricas, que as credenciaram a assumir a função metropolitana que, diga-se de passagem, sempre exerceu na Amazônia”.

No entanto, concordamos com esse autor, quando o mesmo critica que Belém cresceu espacialmente e economicamente de forma considerável, cuja cosmopolitização se fez sentir em todos os aspectos da vida urbana da cidade, notadamente no estilo de vida e no modelo das construções. Por outro lado, também fez brotar os problemas sociais, como a violência, fruto certamente da desigualdade socioespacial já tão presente em Belém e com certa visibilidade. Essa constatação faz pensar que os legados negativos do processo de urbanização é algo histórico, sendo sentido com mais força, pelas camadas de menor poder aquisitivo e que passaram a conviver em espaços precários e depredados, impróprios para a sobrevivência humana, em vista da apropriação e valorização dos espaços mais bem estruturados.

2.2. A INCORPORAÇÃO DE ICOARACI AO CONTEXTO METROPOLITANO

Esse item trata do segundo subcapítulo ou segunda fase (1950-1970), o qual discute o processo de incorporação de Icoaraci ao contexto metropolitano, tomando como objeto as efetivas mudanças no espaço desse distrito, cujas aberturas de vias proporcionaram a integração com Belém que, por sua vez, expandia seu espaço urbano, a partir do processo de metropolização e da dispersão metropolitana, bem como de apropriação de novos espaços na sua produção espacial. Ao lado desse contexto de incorporação, constituição, apropriação, crescimento e de conformação do espaço urbano, esse período foi marcado pelo domínio do homem sobre a natureza, através das técnicas e de conhecimentos científicos, ou seja, a dinâmica nesse período teve uma vertente técnico-científica.

Icoaraci sentiu as transformações urbanas a partir da década de 1940, quando se iniciou, de fato, o processo de integração com o município de Belém, garantindo à vila a prestação de alguns serviços públicos e a implantação de equipamentos urbanos. Desde então, esse distrito se tornou um polo atrativo, o que fez aumentar o fluxo populacional, visto que, em 1940, Icoaraci já contabilizava 13.694 habitantes, correspondendo a 6,63% da população de Belém (DIAS, 2000).

Alguns fatores concorreram para a transformação do espaço urbano do distrito. O local sempre foi referência para os ribeirinhos comercializarem sua produção e a busca por serviços e equipamentos urbanos capazes de atender as demandas das populações ribeirinhas. Mais que isso, não é difícil perceber que, a partir do seu maior dinamismo e desenvolvimento, o espaço urbano de Icoaraci se tornou alternativa à moradia das famílias das ilhas ou ribeirinhas, em função da possibilidade de acesso à escola, assistência médica e de ocupação de trabalho, entre outros itens sociais.

A dinâmica econômica do distrito de Icoaraci foi mais significativa a partir da segunda metade do século XX, quando as atividades eram constituídas de pesca de subsistência, culturas de fundo de quintais, produção oleira e uma reduzida atividade industrial dispersa no núcleo e ao longo da antiga rodovia SNAAP (atual Arthur Bernardes), às proximidades da baía de Guajará, onde se presenciava uma ocupação espontânea, vinculada à instalação de indústrias tradicionais regionais, ligadas ao aparelhamento de madeiras, aniagem, curtume e, no seu interior, estavam situadas as indústrias de beneficiamento de sementes oleaginosas, originárias do baixo Amazonas e áreas circunvizinhas, além de fábrica de sabão, matadouro etc. (DIAS, 2000).

Todavia, essas atividades possibilitaram com que o núcleo urbano se expandisse para o interior, no sentido leste e sul, uma vez que para norte e oeste existe o impedimento natural à sua expansão, representado pela baía de Guajará e o Furo do Maguari. Por isso, a expansão urbana ocorreu, ocupando os miolos das quadras, anexando os antigos aglomerados com fisionomia rural ao seu espaço urbano.

De fato, o ponto de partida em que a antiga Vila Pinheiro acentuou sua relação com a capital, foi na década de 1940, quando houve um incremento da rede de circulação que interligou Icoaraci e Belém, através da abertura da rodovia Arthur Bernardes (14 Km) e, na década de 1960, com abertura da rodovia Augusto Montenegro (20 km), construída paralela ao eixo da antiga estrada de ferro de Bragança. Essas duas rodovias foram fatores indutivos do processo de urbanização das áreas de expansão do distrito, pois tais vias permitiram maior

incremento no fluxo populacional, de mercadorias, de serviços, de capital etc. (COSTA, 2007).

Por outro lado, acompanhou esse processo de adensamento urbano as ocupações sem planejamento, e, por conseguinte, desordenada, no curso da orla da baía do Guajará, principalmente nos trechos do bairro Ponta Grossa e as margens dos igarapés que cortam o distrito em vários sentidos, trazendo impactos ambientais, dadas as habitações próximas aos rios; contaminando essas fontes hídricas e com prejuízos à saúde pública (DIAS, 2007). Essa forma de ocupação desordenada e que marcou as cidades amazônicas, em particular em Icoaraci, é reflexo da ausência de políticas públicas para essa finalidade, conforme a seguinte assertiva de Dias (2007, p. 130):

As ações estatais refletiram na forma de ocupação do espaço regional em geral, e nas cidades em particular, por falta de políticas setoriais que possibilitassem atender a demanda da população migrante, que passou a se deslocar em várias direções, do campo para cidade em busca de melhores condições de reprodução da vida. Essas populações, ao chegarem às cidades, não encontraram perspectivas que fossem capazes de atender suas necessidades básicas como: emprego, habitação, entre outros. Dessa forma, foram submetidas a viverem em áreas insalubres, sem infraestrutura, serviços e equipamentos de consumo coletivo que pudessem lhes garantir as mínimas condições de vida digna e, ao mesmo tempo, contribuindo de acordo com o modo de vida para poluir rios, igarapés, mananciais, enfim, ampliando as áreas de risco. Essa situação não é particular às cidades amazônicas, generaliza-se às outras cidades brasileiras, tendo em vista que a omissão do poder público e a desigualdade gerada pelo modelo de desenvolvimento adotado têm acentuado a agressão ao meio ambiente e à qualidade de vida de uma parcela significativa da população nessas cidades.

De acordo com essa passagem percorrida, compreendemos que a ausência de políticas públicas para ordenar de maneira equitativa os espaços urbanos, além de revelar um modelo de desenvolvimento concentrador e excludente, resulta em desigualdades, cujo fim último não apenas se traduz na agressão ao meio ambiente, com graves problemas ambientais (solo, água e ar); afetando a qualidade de vida das populações, mas, contudo, gera violência pela busca da sobrevivência e reprodução social dos excluídos.

A partir dos anos 1960, o distrito de Icoaraci experimentou uma metamorfose em seu espaço, quando tem início o fornecimento de energia elétrica gerada a partir de Belém, além da instalação de equipamentos de consumo coletivo, como construção de escolas e do primeiro conjunto habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB-PA; com finalidade de atender uma população que alcançava os 38.277 habitantes, correspondendo a 5.95% da população de Belém (DIAS, 2000).

Segundo esse autor, a dinâmica urbana se intensificou com abertura da rodovia Augusto Montenegro, que ligou diretamente Icoaraci a Belém, oportunizando maior fluxo de pessoas para aquele distrito, principalmente os ribeirinhos e do campo, em busca de ocupação e de melhores condições de vida, já que a mesma foi projetada para viabilizar o fluxo de mercadorias e de pessoas, tanto para Belém como para Icoaraci, além de servir de escoamento para a produção local, visto que isso era realizado apenas por via fluvial.

Essas transformações desencadearam a pavimentação e abertura de novas ruas, instalação de casas bancárias (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Bradesco e Banco do Estado do Pará), clínicas e ambulatórios, além da ampliação do centro comercial, enfim, tudo isso contribuiu para fomentar o crescimento espacial e socioeconômico de Icoaraci.

Ao lado dessa prosperidade, foram projetados os distritos industriais⁸ de Icoaraci e de Ananindeua, bem como a instalação de novos empreendimentos industriais, redefinindo novos usos e novos espaços na região metropolitana de Belém (RMB), como forma de atender a lei do uso do solo urbano, em vigor em Belém, que previa a instalação de grandes e médias indústrias⁹ (DIAS, 2000).

Sem dúvida, a dinâmica em Icoaraci passou por políticas mais amplas, já que a partir da década de 1960 uma nova reestruturação do espaço amazônico se manifestou na Amazônia, desse feito, com a intervenção fundamental do Estado e do grande capital. Por meio de infraestrutura, incentivos fiscais e creditícios, inaugurou-se uma fase de rápida ocupação do território, com a presença de empreendedores, especuladores, migrantes, que, intermediados por ações intencionais do Estado, definiram uma nova ordem imposta ao território (TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Mais adiante, a redefinição do espaço regional, incluindo Belém e Icoaraci, com visibilidade a partir dos anos 1970, quando o Estado intervém, promovendo a abertura da fronteira amazônica ao capital, cujo fundo foi integrar à região ao espaço nacional. Para tanto, Dias (2000) frisa que as ações do Estado se desdobraram em planos, programas e projetos, cujas estratégias estavam voltadas para o desenvolvimento econômico da região, a partir de inversões de capital nacional e estrangeiro, com destaque ao investimento japonês.

⁸ Trata-se uma orientação do projeto Grande Carajás, o qual preconizava a instalação de distritos industriais, no entorno da região metropolitana de Belém, com finalidade de gerar novas oportunidades de empregos, para tentar mitigar o grande atrativo populacional que a região assumira naquele momento.

⁹ Pelas suas condições naturais, Icoaraci se tornou, no contexto metropolitano, um espaço concentrador de elevado número de estabelecimentos industriais diversificados, voltados especialmente ao beneficiamento dos recursos naturais ali existentes, com destaque para o beneficiamento de madeiras, pescados, sementes oleaginosas, além das indústrias navais, amianto, plástico e químico.

Como efeito da instalação dos grandes projetos na Amazônia¹⁰ no contexto regional, o aspecto mais visível foi o afloramento de um número significativo de indústrias que se disseminaram pela RMB, em particular no distrito de Icoaraci, cujos espaços privilegiados foram quatro áreas distintas, porém interligadas: ao longo da rodovia Arthur Bernardes; Furo do Maguari; ao longo da rodovia Augusto Montenegro e no próprio distrito industrial de Icoaraci. Esses polos industriais representaram vetores para atrair, de modo acentuado, contingentes populacionais para Icoaraci. Essa situação pode ser percebida no aumento do fluxo de pessoas que ali passaram a habitar, pois, por volta dos anos 1991, o distrito já contabilizava 280.505 habitantes, representando 22,48% da população de Belém (DIAS, 2000).

Assim, podemos inferir que o crescimento econômico de Icoaraci, cujo dinamismo foi ancorado nos distritos industriais, atividades comerciais, mais o setor de serviços, resultaram em duas situações: elevado efetivo populacional e ocupação desordenada que, em combinação, contribuíram para promover o adensamento cada vez maior do seu núcleo, como também transformou radicalmente os espaços preexistentes. Diante dessa pressão sobre o espaço, assistiu-se, nas últimas décadas, um processo de ocupação de terras públicas ou privadas de grande magnitude, seja para concentrar as novas indústrias, expandindo-se no prolongamento da avenida Arthur Bernardes, seja para a construção residencial, via conjuntos habitacionais populares, condomínios fechados horizontais e verticais, de alto e médio padrão; tomando o prolongamento da avenida Augusto Montenegro.

Não é difícil perceber que se trata de duas vias e de mão dupla: uma que comporta e dissemina o setor industrial, e a outra que impulsiona o segmento imobiliário, promovendo as edificações. Ambas as vias têm algo em comum: redefine, apropria e amplia o espaço de Icoaraci e com mudança significativa em sua paisagem, e, a outra situação, que exerce pertinente influência no contexto metropolitano, na medida em que o distrito tem maior penetração em direção a Belém e vice-versa.

Oportuno momento de fazermos uma análise do processo de urbanização de Icoaraci, quando levamos em conta a apropriação do espaço para acomodar as indústrias nascentes e os novos condomínios residenciais, pois ambos os processos reproduzem o que os autores da metropolização do espaço chamam de homogeneização, fragmentação e desconcentração do próprio espaço. Se por um lado, pois, os espaços de terra firme e bem localizados são

¹⁰ A literatura especializada local critica a instalação desses projetos na Amazônia, com ênfase à exploração mineralógica, quando denomina de “economia de enclave”, na medida em que deixa na região apenas “buraco a céu aberto”, indo gerar emprego, renda e riqueza fora do Brasil e/ou em países que detêm elevado nível tecnológico para transformar a matéria-prima extraída localmente.

valorizados, direcionados para as classes de maior poder aquisitivo, de modo a homogeneizar e concentrar tais espaços; por outro, muitos segmentos populacionais vêm ocupando áreas exíguas, notadamente nas baixadas alagadas, em função dos fluxos das marés, as quais carecem de infraestrutura.

Verificamos nesse ponto que, na medida em que Icoaraci se integra a Belém, há uma forte tendência da afirmação do processo da desigualdade e da segregação socioespacial no distrito, um fenômeno resultante da metropolização do espaço contemporâneo. Ou seja, a forma como foi produzido e reproduzido o espaço urbano do distrito deixou como legado contradições e antagonismos, resguardando interesses não revelados à população, legitimando as disparidades espaciais e de classes sociais.

No aspecto exposto acima, concordamos com Dias (2000), quando critica, que, as indústrias, sob o argumento de gerar novas oportunidades de empregos, promovem também problemas sociais e ambientais, contribuindo para aprofundar a exclusão e a segregação socioespacial no contexto urbano metropolitano do distrito de Icoaraci, como ocorre com os demais processos de urbanização e de metropolização nas demais cidades do país. Portanto, os contrastes e desigualdades são evidenciados no espaço construído, uns bairros mais bem equipados que outros, refletindo o padrão socioeconômico de seus habitantes, que contrasta com as áreas periféricas, caóticas e de infraestrutura deficiente; onde se localiza a maioria das populações de menor poder aquisitivo.

Em um contexto geral, podemos considerar que as transformações que ocorreram no espaço urbano de Icoaraci têm relação direta com os seguintes fatores: reprodução do capital, tendo como âncora as indústrias e o segmento imobiliário com as construções horizontais e verticais de médio porte, a expansão urbana de Belém, integrando-se ao distrito, as históricas políticas, valorização e concessão de terras impostas à região, entre outros elementos. Enfim, esse modelo de urbanização contribuiu para redesenhar o espaço do distrito, cujo aspecto mais visível foi a segregação socioespacial, visto que, no contexto metropolitano, Icoaraci é marcada como sendo uma periferia de Belém.

Para Dias e Silva (2002), as transformações por quais passaram o espaço urbano de Icoaraci, foram resultantes da forma como as relações de produção capitalistas foram se desenvolvendo no espaço regional amazônico, relacionadas com a dinâmica econômica da sociedade brasileira, vivenciada a partir da segunda metade do século XX. Assim, o Estado nacional promoveu, por um lado, a rearticulação econômica através de fusões e absorções de

empresas para maior concentração do capital e, de outro, incorporou novas regiões ao espaço produtivo nacional, através de sua inserção à dinâmica capitalista.¹¹

Icoaraci não ficou fora desse circuito, pois, devido a sua localização geográfica, também foi objeto de políticas públicas urbanas, visto seu espaço fora projetado para receber um conjunto de indústrias, dando início a constituição do distrito industrial (DIAS; SILVA, 2002). Esse processo resultou no acentuado fluxo populacional e acelerada urbanização, cuja redefinição do espaço gerou contradições, conflitos e segregação socioespacial.

Ao lado da penetração do capital destinado à reprodução do espaço, o apogeu da extração e beneficiamento do látex da *hévea brasiliensis*, a borracha, contribuiu para reproduzir a divisão internacional do trabalho na região, pois impôs profundas transformações na cidade de Belém e nas demais localidades envolvidas no processo de extração do látex, tal como explica o historiador Penteado em (DIAS; DILVA, 2002, p. 53):

A atração da borracha levou quase toda a população do Pará a uma vida artificial; importava-se tudo sem se preocupar com os preços; a borracha pagava tudo, muito embora ninguém notasse que os “ganhos de véspera” evaporavam-se no dia seguinte. Não havia quem fosse “braço trabalhador” e que não se empregasse em atividade ligada à produção da borracha; só os das “classes inferiores” ainda preferiam a caça, a pesca e a “arriscadíssima” extração do óleo e da salsa.

O auge da exploração da borracha fez com que proliferasse novos núcleos para dar suporte à atividade extrativa, uma vez que as regiões tradicionais tinham deixado de produzir itens de primeira necessidade de consumo coletivo. Por conta disso, a antiga Vila Pinheiro, propiciada pela ligação ferroviária, possibilitou maior fluidez de pessoas e de mercadorias, passando a assumir papel de destaque como fornecedora de gêneros alimentícios (peixes, mariscos, agricultura de subsistência realizada na ilha do entorno, produtos da cultura de fundos de quintal), assim como a instalação do matadouro em 1913, que abastecia a cidade de Belém e os seringais amazônicos, com carne bovina.

Edmilson Rodrigues (2000) reforça que as condições para a transferência de grandes contingentes populacionais para desenvolver a Amazônia, tendo em vista a garantia da força de trabalho necessária à implantação dos chamados, grandes projetos, ocorreram a partir de 1959, quando se deu a integração física da capital paraense com o centro do país, através da

¹¹ No final dos anos 1960, o espaço amazônico tornou-se área de investimento do capital nacional e internacional. O Estado, enquanto agente planejador, para justificar sua aliança com as elites nacionais e internacionais, direcionou suas ações para a exploração dos recursos naturais, carreando capitais das mais diferentes fontes (privados, nacionais e estrangeiros) para a sua efetiva exploração.

implantação da rodovia Belém-Brasília. Desde então, teve início ao vigoroso processo de urbanização da Amazônia que, por certo, exerceu grandes impactos na RMB.

Para se ter noção desses impactos na redefinição do espaço urbano, no ano de 1943, Belém incorporou em seu território o município de Ananindeua. No contexto desse processo, muito embora o governo tivesse estimulado as ocupações no longo do eixo Belém-Bragança, as populações começavam a esboçar tendência espacial do espraiamento horizontal e metropolização de Belém. Além disso, outro fator relevante merece ser analisado, conforme Rodrigues (2000, p. 115):

A existência de amplas áreas sobre a posse ou propriedade de instituições oficiais e privadas, ocupando as margens da baía do Guajará e do rio Guamá, além de áreas centrais do território municipal, dentro e fora da primeira légua patrimonial (faixa de terra compreendida dentro de um raio de uma légua brasileira, 6.600 m, a partir do ponto de origem da cidade), criando inúmeras e significativas manchas de “espaços vazios”, empurrando, com isso, a população para áreas periféricas.

Embora as políticas de desenvolvimento estivessem situadas geograficamente, fora dos espaços concretos onde eram realizados os grandes projetos de colonização, com destaque à exploração mineral e madeireira, afloraram-se, como resultado, processos socioespaciais e ambientais marcados por formas de desequilíbrio de diversos tipos, expressos na qualidade do espaço construído e nas condições de realização do viver, denotando um forte processo de segregação socioespacial (RODRIGUES, 2000).

A compreensão das ponderações desse autor permite a seguinte análise: a dinâmica demográfica da RMB, incluindo Icoaraci, pode ser compreendida a partir da inserção regional nas economias, nacional e internacional, – com a exportação da borracha –, e que o incremento acentuado da densidade populacional foi acompanhado por massivos processos migratórios para a região e localidades a ela envolvidas, com a antiga Vila Pinheiro.

Rodrigues (2000) conclui suas pesquisas afirmando que os processos socioespaciais e ambientais obedecem a uma racionalidade essencialmente diferenciadora das formas de ocupação do espaço urbano, tanto no que diz respeito a qualidade ambiental, quanto à qualidade de vida da população, fruto de uma dinâmica que articula, ao mesmo tempo, desigualdade social e espacial, com consequências negativas à qualidade de vida. Essas mazelas inerentes à degradação ambiental atingem o conjunto de sua população, porém, com desproporcional rigor a classes trabalhadoras, as quais enfrentam as consequências do forte

processo de desigualdade, segregação e exclusão socioespacial, que contribuem sobre os índices de criminalidade.

Notamos, assim, que, Icoaraci fez parte do circuito de desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia, com ênfase à fase da borracha, tendo importante papel, como fonte produtora de substâncias alimentícias e outras necessidades básicas. Cumprida essa função, a partir das primeiras décadas do século XX, com o declínio da economia gomífera, as atividades se voltam para “dentro de Icoaraci”, com ênfase à agricultura, o extrativismo de outras espécies vegetais e para uma atividade fabril relacionada ao beneficiamento de produtos regionais, entrando, no circuito comercial, o beneficiamento das sementes oleaginosas, com destaque à castanha-do-pará, onde seu beneficiamento era realizado nas cidades, como Belém e em Icoaraci, onde foi instalado usinas de beneficiamento do referido vegetal.

Assim, a partir da década de 1980, os esforços em Icoaraci foram canalizados para seu distrito industrial, cuja investida ocasionou maior mobilidade da força de trabalho, elevando o efetivo populacional. É interessante lembrar que esse cenário foi favorecido por um contexto mais amplo: os governos pós 1964, ao assumirem o poder, viabilizaram a inserção do capital nacional e internacional na Amazônia (DIAS; SILVA, 2002). Essa preferência do capital pela região de Icoaraci, principalmente nos segmentos industriais e de beneficiamento de matérias-primas regionais, se deve, segundo ainda esses mesmos autores: à sua posição geográfica excelente, tanto em relação à Belém, da qual está distante, 18 km de seu centro, quanto por sua localização de frente para a baía de Guajará e às margens do Furo de Maguari, possibilitando tanto o recebimento de matérias-primas, como o escoamento da produção; À disposição de infraestrutura urbana de Belém, como o porto, aeroporto, bancos, escritórios, entre outros; e à sua concentração populacional relativamente disponível a ser inserida no mercado de trabalho, quando necessário.

Esses condicionantes, portanto, permitiram Icoaraci experimentar uma segunda fase de industrialização em seu espaço, cujos fatores de mais notoriedade foram as condições geográficas e a concentração de mão de obra disponível, o que levou o distrito, no contexto metropolitano, a se tornar um espaço concentrador de estabelecimentos industriais diversificados. Certamente que, esse desenvolvimento por qual passou Icoaraci, surtiu os efeitos nocivos gerados pela urbanização de qualquer cidade brasileira, como a própria Belém, como problemas sociais de desigualdades e de exclusão, atributos perversos inerentes ao capital, que, para se reproduzir, precisa gerar contradições de todas as formas.

O lado mais visível dessas contradições foi a elevada atração populacional das mais diferentes origens, que, na ausência de solo urbano disponível para construção de habitações, passam a ocupar áreas inóspitas e inadequadas, com moradias insalubres nas periferias cada vez mais longínquas do centro do distrito, principalmente nas áreas de baixas alagáveis, ao longo dos igarapés que cortam o núcleo em várias direções, alterando suas condições naturais, refletindo na precária qualidade de vida dessas populações. Aqui, o histórico legado negativo do processo de urbanização é mais evidente, pois o mesmo tende se acentuar, alijando os segmentos populares para áreas insalubres e impróprias para a convivência humana e, portanto, geradoras de tensão, conflito e violência em formas diversas, cujo fundo é a luta pela sobrevivência das famílias.

Nesse aspecto descrito, entendemos, que, apesar das indústrias gerarem divisas e tributos em Icoaraci, as mesmas não retornam em forma de benefícios ao distrito e sua população, ocasionando desequilíbrios no processo de uso, ocupação e expansão do espaço urbano e aprofundando às contradições socioespaciais em Icoaraci. Ou seja, o distrito vem ampliando o seu espaço urbano, porém, o mesmo não acontece com os serviços e equipamentos de consumo coletivo. Tanto que um Jornal local de Icoaraci destacou o seguinte trecho de Dias e Silva (2002, p. 22):

A metamorfose para cidade dormitório impôs-se como ônus pela proximidade de Belém, forjando uma consciência generalizada de que a vila não passa de um bairro, e, como tal, não merece tratamento diferenciado das autoridades constituídas. Essa situação se manifesta, em larga medida, pelo não investimento em saúde, educação, saneamento, transporte, entre outros itens sociais.

Consideramos que a integração do distrito de Icoaraci a Belém é um processo discutível. Do ponto de vista econômico, podemos considerar que seja algo positivo, pois fomentou abertura de postos de trabalho nas indústrias e beneficiamentos diversos, comércio e serviços, levando maior circulação de pessoas, mercadorias e informações, redefinindo o espaço num intenso processo de produção e reprodução de capital, tornando um importante espaço da RMB. Pela ótica social, o desenvolvimento e a integração representou um processo concentrador e segregador, cuja exclusão socioespacial se manifesta nas precárias condições de espaço e de habitação, indicando ausência de compensação de políticas públicas em infraestrutura, expondo os contrastes e as desigualdades.

Assim, podemos interpretar, que, na medida em que o distrito crescia, notadamente em torno das atividades industriais, comerciais, residenciais e de serviços, havia um processo

de atração à migração de força de trabalho, uma vez que o local passou ser alternativa de trabalho e de moradia no contexto metropolitano da região amazônica. Entendemos ainda, que, essa maior procura e pressão no solo urbano do distrito favoreceu que os espaços se tornassem mercadorias e com valor elevado, sendo acessível às classes de maior poder aquisitivo. Como efeitos disso, os migrantes foram obrigados a se apropriar e a ocupar terras periféricas e de baixadas, constituídas por todos os problemas causados pela ausência de infraestrutura urbana e social; o que nos leva a acreditar que a segregação e desigualdade socioespacial são fatos históricos em Icoaraci, ou ainda, os atuais problemas urbanos, pelo qual passa esse distrito, têm explicações no modelo de formação e integração à cidade de Belém.

Contudo, mais que apontar os fatores responsáveis pela redefinição, conformação e desenvolvimento e a sua integração urbana do distrito, acreditamos que a grande questão de Icoaraci, e que afeta o investimento no social, é que a mesma ainda está sob a dependência administrativa de Belém, não tendo, portanto, autonomia econômica e política. Icoaraci, como vimos, tem potencialidades econômicas, porém, parte significativa das riquezas geradas, ali, é transferida para Belém em forma de impostos e tributos, deixando a população local descoberta de equipamentos e de serviços de consumo coletivo, afetando as condições dos habitantes icoracienses.

2.3. CONSOLIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES NO DISTRITO DE ICOARACI EM RELAÇÃO À METRÓPOLE

Este terceiro subcapítulo ou terceira fase, chamada de “Consolidação e transformações no distrito com relação à metrópole” (que vai de 1970 até a atualidade), com enfoque à integração de Icoaraci com Belém, vista como importante fonte de arrecadação de verbas para subsidiar a economia da capital paraense. Mostra ainda, que, o resultado mais visível desse processo foi a urbanização acelerada e desigual, acompanhada da segregação socioespacial, manifestada na periferização da paisagem urbana de Icoaraci. Enfim, o fundo de tudo isso é reflexo do processo de metropolização de Belém, que conformou e colocou Icoaraci como periferia da metrópole e, como tal, sofre de mazelas de todos os aspectos, em função da ausência de autonomia administrativa para melhor designar a riqueza local gerada, em forma de serviços sociais essenciais e de equipamentos urbanos de consumo coletivo, entre seus conterrâneos.

De acordo com as pesquisas de Dias (2000), o distrito de Icoaraci vem experimentando crescimento urbano, econômico e social, com diversificação de subcentros comerciais, que acompanham o crescimento populacional, cujas atividades competem com o centro tradicional, que fica cada vez mais distante das populações, pois, essas, vêm ocupando áreas periféricas mais longínquas. Esse movimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, acompanhando a dinâmica populacional, contribui consideravelmente para transformar o visual da paisagem urbana e redefinir o espaço do distrito de Icoaraci.

Assim, a apropriação de novos espaços mostra que o processo de industrialização foi positivo em Icoaraci, pois gerou empregos e incrementou o setor secundário da economia que, por sua vez, incrementou o setor de serviços, promovendo o crescimento do núcleo urbano local. Por outro lado, a ausência de autonomia política e administrativa do distrito faz com que os tributos ali recolhidos sejam drenados diretamente para Belém – que decide a forma e o percentual a ser reinvestido em Icoaraci –, ou seja, a população local não é beneficiária do que o distrito arrecada (DIAS, 2000). Essa situação nos leva a acreditar que as condições gerais da população de Icoaraci se manifestam de forma contraditória, visto que apenas uma parcela de seus habitantes desfruta dos serviços de infraestruturas que o distrito dispõe, em detrimento da maioria, que sobrevive e se reproduz em precários espaços.

Em outro estudo, Dias (2007) reforça essa questão sobre o avanço das periferias dos espaços. Para esse autor, a ocupação de áreas periféricas nada mais que corresponde à área de expansão da cidade de Belém e de Icoaraci, resultando em diversos problemas ambientais e sociais. Dias (2007) compara esse processo de ocupação do distrito de Icoaraci ao dos bairros Guamá, Cremação, Sacramento, Jurunas, Pedreira, Fátima, Terra Firme, no início do século XX, que caracterizavam áreas mais afastadas do centro histórico de Belém, conformando e formando as atuais periferias, as quais conhecemos, cujo processo foi semelhante, no sentido dessas áreas serem destinadas para assentar as populações pobres, distantes do núcleo de Icoaraci e da área central da cidade de Belém.

Especificamente em Belém, seu processo de urbanização ocorreu em decorrência da expansão de dois eixos: a) o que leva em direção ao município de Ananindeua, localizado na porção sul da cidade, por meio da efetiva ocupação da BR-316; e b) no prolongamento da avenida Almirante Barroso, no sentido norte e em direção ao distrito de Icoaraci, acompanhando a abertura e ocupação da avenida Augusto Montenegro, além da avenida Arthur Bernardes, no decurso da orla da baía do Guajará, cujas vias de acesso caracterizam vetores de expansão urbana, tanto de Belém, como de Icoaraci.

Acerca da expansão urbana da cidade de Belém, podemos considerar que ela se deu, sobretudo, nas formas de ocupação do solo, principalmente do centro da metrópole, valorizando-o, tal como explicita Dias (2007, p. 198):

É importante ressaltar que o crescimento demográfico na RMB foi resultante da migração interurbana e intraurbana. No primeiro caso, esse processo está relacionado ao próprio movimento demográfico na metrópole; enquanto o segundo é resultante do movimento em nível do Estado, da região e do país, sendo responsáveis pela elevação dos contingentes populacionais, quando a cidade de Belém passou a ser um pólo de atração naquele momento. Diante dessa situação, foi intensa a pressão por solo urbano na cidade, tornando a área central cada vez mais valorizada.

Esses dois movimentos migratórios dos quais o autor se refere, são, primeiro, quando a população local sai da margem da cidade e de uma situação ribeirinha rumo ao centro, e, o segundo movimento, reflete a inserção de Belém na política nacional de desenvolvimento, onde a sua demografia passa ser constituída por segmentos populacionais de diversas unidades brasileiras, em especial da região nordestina.

Certamente que o efeito dessa dinâmica demográfica foi duas situações bem visíveis: valorização espacial do centro, consolidando o núcleo de Belém como metrópole central, e a produção e expansão das periferias em torno da Cidade. “Na área de expansão o Estado projetou a construção de inúmeros conjuntos habitacionais para diferentes segmentos sociais” (DIAS, 2007, p. 198). Ainda assim, uma fração significativa não tem acesso à essas construções, visto, que, representa a classe trabalhadora, a qual lhe é reservada às periferias de baixadas, como ocorreu em Icoaraci, por ser mais barato, porém, permeadas por crônicos problemas de saneamento básico e de serviços públicos essenciais, como já salientou Rodrigues (2000).

Desse feito, a concentração populacional na periferia da cidade sofreu intensificação, principalmente a partir das décadas dos anos de 1970, quando foi criada a Região Metropolitana de Belém (RMB)¹², associada ao fracasso de projeto de colonização nas áreas de expansão da fronteira amazônica, o que resultou em um processo de êxodo rural. Essa população migrante, ao chegar às áreas urbanas, passou a se concentrar nas principais cidades ligadas pelas rodovias federais, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, ocasionando a concentração de grande número de pessoas em espaços carentes de infraestrutura e de serviços (DIAS, 2007). Ao nosso ver, esses precários e insalubres espaços

¹² A RMB foi criada pela Lei Complementar Federal em 1973, sendo alterada em 1995, 2010 e 2011, abrange os municípios de: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal.

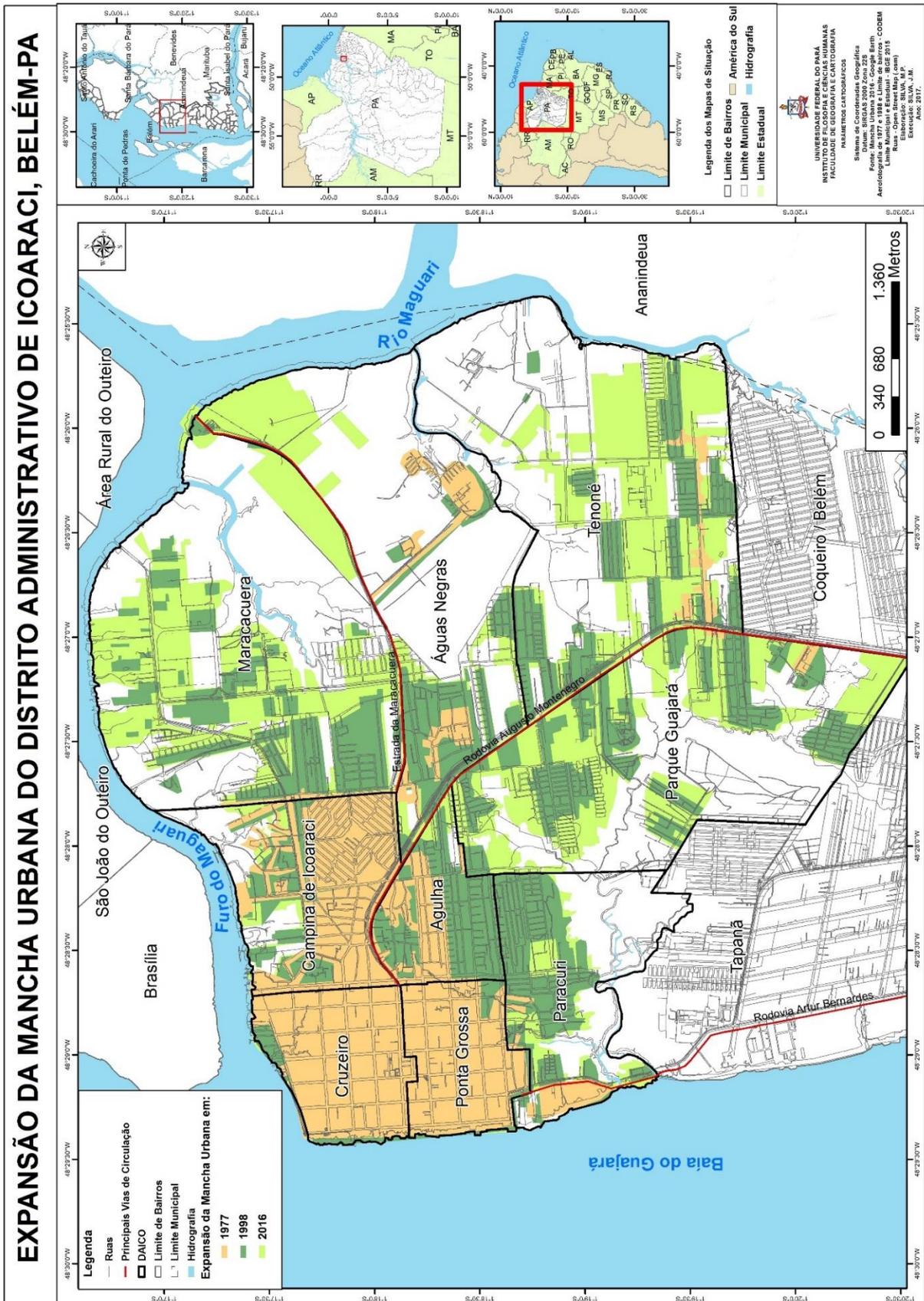
contribuíram para constituir um ambiente propício para formar o “território da violência interpessoal” (termo da autora), tanto nas periferias de Belém, como de Icoaraci.

Nesse contexto, a constituição da RMB está inserida em uma política de Estado com forte intervenção no espaço urbano, tendo a capital como área principal e que centraliza as melhores oportunidades de emprego, trabalho, serviços públicos e de infraestrutura, tornando-se polo concentrador na região. Sobre a produção do espaço, tendo o agente estatal como vetor desse processo, Gottdiener (2010, p. 269) comenta que:

[...] Além dos programas e políticas nacionais, o Estado local também se envolveu na produção de espaço, principalmente como agente regulador do desenvolvimento do uso da terra ou manipulando a arrecadação tributária para subsidiar o desenvolvimento econômico e da propriedade. Já que a ideologia funcional da vida municipal envolve a legitimação do impulso de crescimento econômico e como o controle da terra é o poder principal através do qual as jurisdições locais podem regular o setor privado; líderes políticos municipais e interesses organizados em torno do desenvolvimento da terra formam, muitas vezes, como que uma corporação de desenvolvimento imobiliário, juntando governo e empresários para criar uma rede pró-crescimento. Essas redes constituem o modo principal pelo qual a transferência local da terra se transforma num motor para a produção de espaço.

Dessa maneira, fica visível que o processo de produção do espaço de Icoaraci, ao longo das últimas décadas, possui relações intrínsecas com o processo de expansão da cidade de Belém, tendo como orientação a intervenção estatal nesse processo. Tanto que, Dias (2007), corrobora essa questão, dizendo que, a partir da década de 1950, era perceptível o esgotamento do solo na área central de Belém. E, por isso, ocorreu o deslocamento de parte da população (migrante) para a chamada área de transição e de expansão, que, por sinal, incluía a antiga Vila Pinheiro, contribuindo para formar a atual Icoaraci, principalmente, a partir da ocupação do eixo que hoje corresponde à atual avenida Augusto Montenegro.

Dessa forma, assim como em Belém, houve a reorganização socioespacial de Icoaraci, em função do seu significativo crescimento populacional ocasionado, como efeito de movimentos migratórios. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostram que, em 1998, a população do distrito era de 94.117 habitantes, com a presença de novos bairros influenciados e ocupações, como o próprio Paracuri, e, em 2000, esse indicativo saltou para a casa dos 133.150 habitantes, sendo que, atualmente, conta com 167.035 habitantes (IBGE, 1998; 2000; 2010). Podemos, assim, observar essa dinâmica de expansão urbana em Icoaraci, com o crescimento populacional por meio do seguinte mapa:



Mapa 4: Expansão da mancha urbana de Icoaraci em 1977, 1998 e 2016.
 FONTE: COHAB/CODEM, elaborado por Juliana Maciel, 2016.

Cabe salientar que o crescimento urbano de Icoaraci ocorre através da ação dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, com forte intervenção do segmento imobiliário, que prioriza investir em áreas mais bem estruturadas, de fácil acesso e dotadas de recursos ou também em áreas com baixos recursos disponíveis, desde que sejam possíveis de serem ocupadas, modificadas e estruturadas. A seguinte assertiva de Dias (2007, pp. 199-200), mostra o interesse espacial das construtoras imobiliárias:

A ação desses, ocorre, principalmente, em áreas que apresentam aspectos de beleza natural, de fácil ocupação, acessibilidade, e que esteja próxima de infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo, como é o caso dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados ao longo do leito da rodovia Augusto Montenegro. Esses fatos também acontecem com as áreas que apresentam carência de infraestrutura e equipamentos de consumo coletivos e adversidades naturais (áreas alagadas, baixadas não saneadas, áreas distantes, ocupações urbanas, isto é, para a realização do capital, não existem barreiras físicas ou naturais, desde que esteja garantida a sua reprodução ampliada, este se apropria e modifica o ambiente, uma vez que tem a seu dispor o conhecimento científico-técnico para auxiliá-la em suas empreitadas.

De fato, concordamos que a urbanização seja capaz de modificar e embelezar a paisagem de qualquer lugar, sendo vetor fundamental na urbanização e das cidades contemporâneas, atuando em duas frentes de fronteiras. Belém e Icoaraci não fogem desse modelo de desenvolvimento socioespacial, cuja reprodução do capital encontra condições favoráveis no discurso da metropolização do espaço.

Por isso, fica claro quando notamos que o processo de urbanização das cidades, em particular Belém e Icoaraci, nada mais é que uma plataforma para ampliar e reproduzir o capital. Posto isso, afirmamos com segurança que, a segregação e desigualdade socioespaciais, são os legados mais visíveis e contraditórios da consolidação da metropolização, e, por conta disso, gera conflitos à população de baixa renda, a qual passa a ocupar áreas periféricas, precárias e carentes de todos os recursos, contrastando como os espaços modernizados altamente estruturados.

Reconhecendo o crescimento urbano desordenado na região metropolitana de Belém nas últimas décadas, que vem provocando de sobremaneira um aumento das necessidades básicas e de infraestrutura, condições imprescindíveis por uma moradia digna. A COHAB (1993) reconheceu a necessidade de uma expansão desses serviços públicos para áreas que envolvem o distrito de Icoaraci e lança o “Projeto Urbanizar 3”.

Em primeira instância, a proposta da companhia, era, juntamente com a comunidade, amenizar a atual e grave desorganização espacial existente em toda periferia da RMB, em especial, as comunidades do Bairro da Fé, Fé em Deus, Morada Nova II, Café Liberal, Jardim Bela Vista, Riso e Paracuri. O projeto visava minimizar a falta de moradia, objetivando alcançar alternativas às populações carentes de um habitat para abrigar o cidadão com dignidade. Visava atender uma população de 15.245 habitantes a ser beneficiada, com 3.049 inseridas no projeto e uma área de abrangência de 3.618.911,38 m², comportando sete áreas de ocupação, discriminadas na tabela abaixo adaptada do próprio projeto (COHAB, 1993).

ÁREA	PROPRIEDADE E DOMÍNIO	DIMENSÃO	POPULAÇÃO
Bairro da Fé	Decreto n. 396, de 25.10.91	116. 736 m ²	2. 480
Jardim Bela Vista	Decreto n. 410, de 25.10.91	116. 398 m ²	2. 825
Café Liberal	Decreto n. 940, de 01.07.92	59. 993 m ²	945
Fé em Deus	Decreto n. 399, de 25.10.91	156. 911 m ²	1. 605
Morada Nova II	Decreto n. 397, de 25.10.91	47. 681, 55 m ²	965
Paracuri	Decreto n. 0170, de 25.07.91	56. 000 m ²	4. 760
Riso	Decreto n. 973, de 01.07.91	68. 192 m ²	1. 665

Tabela 3: Descrição geral da área do Projeto Urbanizar 3.

FONTE: Elaborado pela autora, com base nos dados da COHAB, 1993.

O projeto ainda discutia a possibilidade de melhorar a vida dessa população, dada a existência de um contingente populacional considerável, oriundas, principalmente, do interior do Estado, com baixa escolaridade, em que se identificou a existência de um número significativo de crianças na faixa etária de 0 a 10 anos de idade, fora da rede oficial de ensino e outros com escolaridade a nível de 1º grau incompleto. Pode-se observar essas e outras constatações identificadas e colocadas como demonstrativo no projeto, concernentes a: escolaridade, faixa etária, poder aquisitivo, característica da construção de moradia dessa população, composição familiar e procedência das famílias (Figura 2).

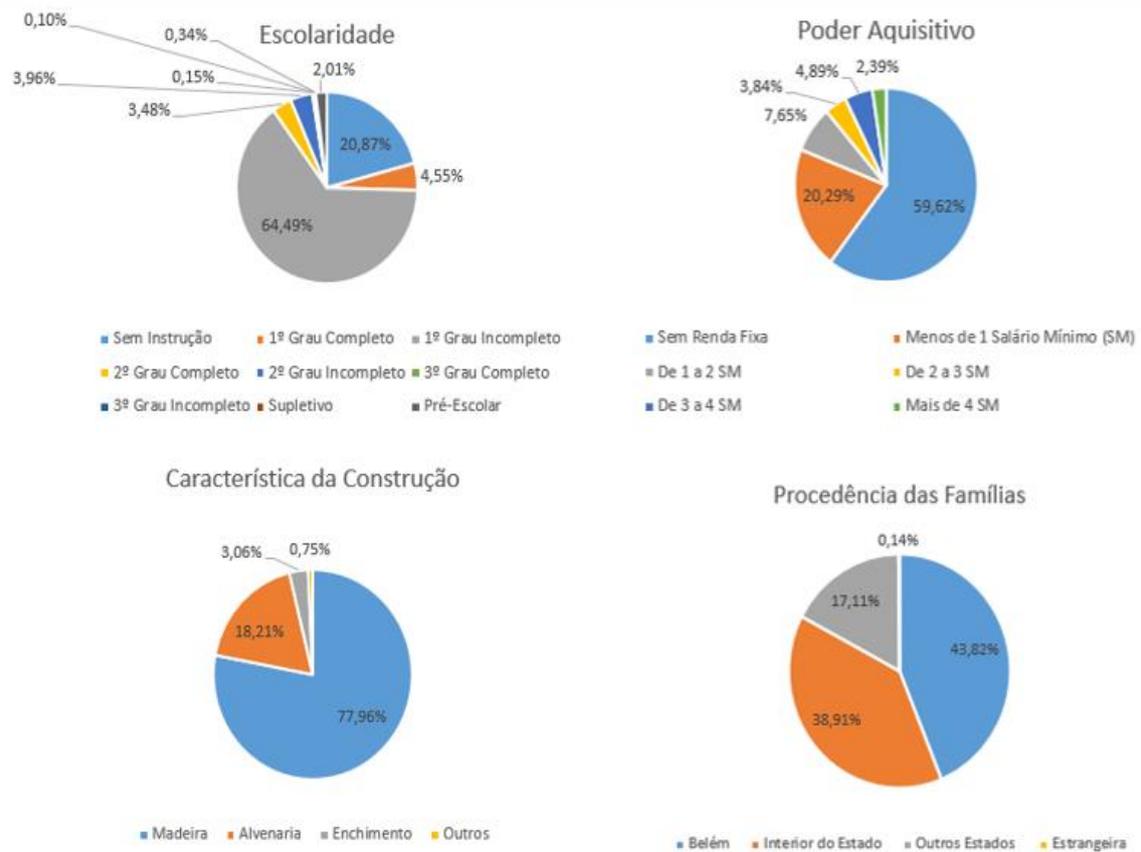


Figura 2: Composição de gráficos com as características socioeconômicas das ocupações inseridas no Projeto Urbanizar 3.

FONTE: COHAB, 1993. Adaptado pela autora.

A maioria das áreas em foco situam-se no eixo da rodovia Augusto Montenegro, considerado polo de desenvolvimento da grande Belém e do município de Ananindeua. Portanto, ao longo dessa malha viária, principal acesso às áreas, objeto do presente projeto, podemos encontrar inúmeros equipamentos comunitários da rede particular, diversas empresas, comércio e conjuntos habitacionais, porém, que não são equipamentos utilizados e agraciados a todos.

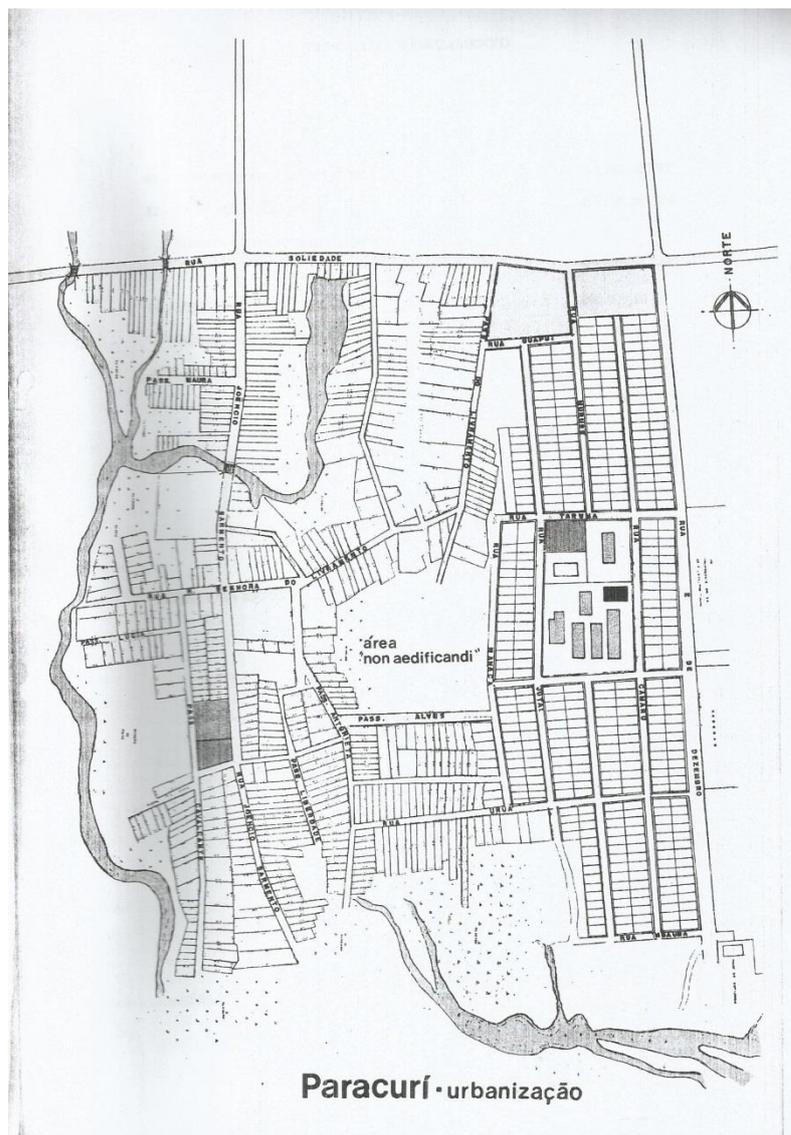


Figura 3: Discurso da COHAB voltado para o bairro Paracuri – Icoaraci.
 FONTE: COHAB, 1993.

A ilustração demonstra o projeto elaborado para o bairro Paracuri, em Icoaraci, o que, mais tarde, não se consolidaria. Tendo em vista que o bairro ainda apresenta problemáticas de saneamento e demais equipamentos urbanos e sociais. Sendo assim, o projeto da companhia não obteve total sucesso, algumas áreas nem chegaram a ser atendidas, acentuando, então, e permanecendo na área uma estratificação social, carência de equipamentos comunitários e infraestruturais, quando se constata, que, em decorrência do baixo poder aquisitivo dessa população, o acesso aos serviços da rede particular ali existente se torna escasso.

Consideramos, então, que essas áreas periféricas, alijadas ou inseridas, mas depois abandonadas, de qualquer investimento público ou privado, para melhorar a infraestrutura de moradia, por si só, deixa as populações que ali habitam insatisfeitas e descontentes,

principalmente com seus representantes políticos. Na esteira, adicionam-se outros problemas sociais, como desemprego, que, ao se interagirem, criam um ambiente favorável para promover a violência, onde, o território em forma de poder, se manifesta nesse processo degradante socialmente, cujo fundo desse conflito interpessoal é a busca pela própria sobrevivência das pessoas envolvidas.

Acreditamos que os efeitos sociais do processo de urbanização e a conformação da metropolização do espaço sejam tão visíveis em Belém (metrópole) e mais ainda em Icoaraci (periferia de Belém). Essa íntima relação interespacial é confirmada por Costa (2007), ao afirmar que a dinâmica produtiva e socioespacial de Icoaraci estão inter-relacionadas com o processo de expansão e apropriação do espaço urbano de Belém ocorrido entre os anos 1960 e 1990. Essa dinâmica definiu a formação de três espaços na cidade: a área central, a área de transição e a área de expansão (SOUZA, 2003). Acerca da inserção do distrito de Icoaraci nesse contexto da expansão urbana de Belém, Trindade Junior (1998) denominou tal cenário como um processo de “conurbação e de suburbanização” do distrito em relação à capital do Estado.

Tanto que, ainda para esse último autor, os diversos espaços surgidos em Belém nos últimos anos estão localizados justamente na área correspondente ao distrito de Icoaraci e no eixo de expansão em direção a ele, denotando a consolidação da integração efetivada entre essas duas unidades espaciais.

Essa integração permitiu Icoaraci, notadamente os seus bairros constituídos, passar por intensas transformações sociais, espaciais, econômicas, entre outras. Para Tavares (2006) tal transformação teve como principal causa o crescimento não planejado da cidade de Belém, transformando algumas localidades em áreas de expansão, que se dá, principalmente por meio da ocupação desordenada, o que levou Icoaraci a ser caracterizado como área periférica da própria Belém.

Essa mesma expansão urbana desordenada também se reproduziu na antiga Vila Pinheiro. Os atuais nove bairros que constituem o distrito: Cruzeiro, Agulha, Águas Negras, Campina de Icoaraci, Maracacuera, Paracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné, surgiram a partir dos primeiros povoados situados na área do Paracuri, Campina, Maracacuera, Km 23, Tenoné e Ponta Grossa, além das áreas conhecidas como áreas de invasão, que foram povoadas desordenadamente pelos próprios moradores e sem qualquer autorização do Estado (FIGUEIREDO; TAVARES; 2006). Nessas áreas, encontram-se casas construídas em precárias condições e sem qualquer infraestrutura, quanto aos serviços de água

e esgoto, asfaltamento, escola, regularização fundiária e acesso de equipamentos de consumo coletivo, além da própria falta de segurança.

A falta de infraestrutura se manifesta pelo não investimento em políticas sociais capazes de garantir melhor atendimento em vários setores para a população, como o da saúde, educação, saneamento, transporte, entre outras, sendo que a maioria de sua população, ao precisar de melhores serviços, se veem na necessidade de se deslocarem para Belém. Outro fator que contribui para a má qualidade de vida é a falta de emprego para todos que chegam ao distrito, pois como afirma Dias (2007) apesar das indústrias empregarem grande número de operários, elas não são suficientes para absorver a grande massa de trabalhadores locais, fazendo com que muitos deles, sem muitas alternativas, são praticamente obrigados a procurar em Belém, formas de trabalho e mercados que sejam capazes de absorvê-los.

A expansão da mancha urbana de Icoaraci, está relacionada no sentido de Belém, consolidando a periferia da cidade, ao mesmo tempo, também vem sendo transformada pelo mercado imobiliário em espaços destinados, especialmente, à habitação. Paralelamente ao uso residencial, encontram-se inúmeras instalações industriais, comerciais, sedes campestres, casas noturnas, ao longo do eixo da rodovia Augusto Montenegro, eixo que marcou esse processo de expansão e integração de Belém com Icoaraci. Essas características são visualizadas como elementos de atração de investimentos no setor imobiliário, aliado à própria expansão da cidade de Belém, o que traz, conseqüentemente, o esgotamento da terra urbana, logo também em Icoaraci (DIAS 2007).

Faz-se importante salientar que, como já mencionado por Silva (2016), a existência em Icoaraci, de dois subcentros importantes. O primeiro compreende a área mais antiga, localizado no bairro Cruzeiro, com funções e serviços urbanos bem definidos, e o segundo corresponde ao bairro Campina de Icoaraci, com serviços voltados à população de menor poder aquisitivo. Segundo Dias (2007), esses dois subcentros estão ligados por um eixo viário correspondente à rodovia Arthur Bernardes, Manoel Barata, Travessa Cristóvão Colombo, Augusto Montenegro, na qual se encontram uma série de serviços, atividades comerciais e residenciais. Esse corredor, então, é uma das mais importantes vias de circulação do distrito, pois articula seus diversos bairros, ligando-os também com a cidade por meio das duas saídas e podem ser, também, portas de entrada, tanto no sentido sul/oeste, quanto à oeste, que são as rodovias Arthur Bernardes e Augusto Montenegro.

Outro fato marcante na ocupação diversa dos bairros de Icoaraci, foi o bairro Campina de Icoaraci, que se consolidou no sentido sul da expansão da cidade, por meio de usos residenciais, comerciais e serviços, além de ser uma área próxima à área tradicional do

distrito que é a orla. A Campina foi gradativamente sendo ocupada e incorporada à cidade, inicialmente pela população de baixo poder aquisitivo, que construía suas casas com todos os tipos de materiais fáceis de serem encontrados na região e característicos da mesma, como a madeira, a palha, e pau a pique. Segundo Dias (2007), raras eram as casas construídas completamente de alvenaria cobertas com telhas.

Na medida em que o processo de ocupação foi se intensificando, as terras foram sendo loteadas e vendidas. Fazendo a área passar por um intenso processo de reestruturação espacial, ao longo do qual foi ocupada pelos mais diversos segmentos sociais, tornando-se o bairro mais densamente ocupado hoje e uma das áreas mais dinâmicas no espaço urbano de Icoaraci, por possuir serviços dos mais diversos tipos, como lojas, escolas, hospitais, entre outros. E as construções desses estabelecimentos, assim como da maioria das habitações, são feitas predominantemente por alvenaria, diferenciando-se do passado, as construções de madeira e similares quase não são vistas no eixo da rodovia Augusto Montenegro que chega até esse perímetro concentrador das atividades comerciais do bairro. As construções mais precárias somente são visualizadas se adentrarmos aos arruamentos do bairro (SILVA, 2016).

Sobre a ocupação dos núcleos habitacionais que formaram o bairro do Paracuri, dividido entre I e II, afirma-se que contou com o auxílio do poder público, que projetou conjuntos habitacionais populares para área e reestruturação urbana como previsto pelo Projeto Urbanizar (COHAB, 1993) mencionado anteriormente. Apesar de melhorias por meio do acesso à moradia, não conta atualmente com total infraestrutura, pois o bairro ainda conta com espaços de ocupações espontâneas e arruamentos precários. Um deles é a ocupação do “Buraco Fundo”, que ocupa uma porção baixa do solo, próxima à rua Soledade, a principal do bairro e uma das principais de Icoaraci, conforme a Figura 4.



Figura 4: O “Buraco Fundo” em Icoaraci.
FONTE: Trabalho de Campo, 2016.

Portanto, esses são apenas alguns dos problemas vivenciados por uma parcela da população icoaraciense, dos conjuntos Paracuri I e II, que nas últimas décadas dos séculos XX e XXI, vem ocupando áreas, principalmente as baixadas, frequentemente alagadas ou alagáveis pelo movimento diário dos fluxos das marés, que atingem em larga medida as áreas de cotas mais baixas do distrito.

A cidade tem, por seus diferentes usos, a gerar espaços desiguais socioespaciais, evidenciando problemas de uso e ocupação, que podem ser observados em Icoaraci, devido à ocorrência da ocupação das baixadas não saneadas, construção de moradias próximas a leito de rios e igarapés, comprometendo a drenagem natural dos mesmos, pela forma de ocupação ocorrida sobre eles, que, associado ao elevado índice pluviométrico da região, ocasiona alagamento, em função da precária e deficiente rede de drenagem, da contaminação no sistema de distribuição de água potável pela deficiência na tubulação e da instalação clandestina e do volume de lixo doméstico produzido diariamente, traçando um cenário insalubre nesses espaços de Icoaraci (SILVA, 2016).

São nesses ambientes comprometidos social e ambientalmente que se concentram a maior parte das famílias que não possuem condições econômicas e sociais, segregando-os ao acesso dos direitos básicos da cidade para uma boa qualidade de vida. Dessa forma, essa população necessita de maior assistência do poder público na forma de investimento

socioeconômico-estrutural, para possivelmente amenizar a situação precária de péssimas condições de vida pela qual perpassam os habitantes dos bairros de Icoaraci (SILVA, 2016).



Figura 5: Área de canal no bairro Paracuri.
FONTE: Trabalho de Campo, 2016.

Em contrapartida, nas áreas que fazem parte do núcleo urbano de Icoaraci (bairro do Cruzeiro), é visível o elemento urbanístico e paisagístico, propício à prática do turismo, notadamente nas orlas, onde são oferecidos serviços de barracas de comidas típicas, comercialização de peças de artesanato (Figura 6) e antigo trapiche de embarque e desembarque, à frente da rua Siqueira Mendes (Figura 7), juntamente com áreas de lazer, cujo espaço também abrange áreas comerciais, residências antigas e que marcam a História do Distrito. Nesse ponto, reforçam-se os contrastes entre o urbano metropolizado desigual e a periferia sem estrutura para acomodar as populações que, de fato, produzem as riquezas em Icoaraci – a classe trabalhadora –, ainda que os recursos ali gerados sejam transferidos para Belém.



Figura 6: Feira do Artesanato, bairro Cruzeiro.
FONTE: Trabalho de Campo, 2016.



Figura 7: Atual trapiche de embarque e desembarque no bairro Cruzeiro, rua Siqueira Mendes.
FONTE: Trabalho de Campo, 2016.

Observa-se, portanto, que a concentração promovida pelo processo de urbanização, metropolização e integração, não é apenas de propriedade ou algo do gênero, mas também de receitas, cujas transferências de Icoaraci para Belém sacrificam, em termos sociais, aqueles habitantes que convivem em áreas degradadas e sem estrutura mínima digna de se viver, contribuindo, assim, para a constituição do território da violência na periferia de Icoaraci. Alguns fatores contribuem para essa ocorrência, como a falta de investimentos em projetos novos e a falta de oportunidades profissionais, como efeito da integração do distrito com Belém, a qual centraliza grandes somas de recursos geradas no distrito (GUIMARÃES, 1996).

Considera-se, então, que a formação socioespacial de Icoaraci, na segunda metade do século XX, reafirmou sua constituição como espaço periférico ou suburbanizado de Belém, cujos aspectos mais notórios são: o dinamismo econômico, mas que tem como marca principal a elevação do crescimento populacional; insuficiência de sua rede de infraestrutura e o desencadeamento ou intensificação de problemas urbanos, a exemplo da “elevação dos índices de desemprego, pobreza e a deficiência dos serviços de saúde, educação, transporte, saneamento e habitação” (COSTA, 2007, p. 73).

Nessas condições, descritas acima, que Icoaraci se insere no processo de metropolização de Belém, com o surgimento de dois espaços bem distintos: a) o que contempla as ocupações ordenadas e que beneficia, prioritariamente, as porções de cotas geograficamente mais altas e valorizadas; e b) as áreas de baixadas e periféricas, marcadas por condições de precariedade reconhecida, porém, tidas em segundo plano nas políticas governamentais em termos de qualidade de estrutura dos serviços prestados nessas áreas, contrapondo um contexto de riqueza e outro de pobreza (RODRIGUES, 2000).

Diante dessa assertiva, consideramos que a acentuada situação de dificuldade de acesso nos espaços não metropolizados, em particular nas regiões suburbanas de Icoaraci, representa um significativo vetor para a materialização da violência, a qual marca os segmentos sociais de menor poder aquisitivo. Não é difícil perceber que, para a população que vive em condições precárias, sem a mínima condição estrutural e faltando-lhes questões básicas para se reproduzir (saneamento, moradia, transporte e segurança pública), a violência tende a se proliferar com mais rapidez e profundidade, em comparação com áreas de maior poder aquisitivo, tanto de Belém, como de Icoaraci, onde os crimes são menos recorrentes. Por essa nossa ótica, o território da violência interpessoal, ancorado em crimes diversos, tem explicação na intrínseca relação com Belém, pois esse processo é gerador de desigualdade socioespacial.

Dias (2007), ao analisar as formas de ocupação do espaço urbano, levando em conta a metropolização da cidade de Belém, reforça que esse processo gerou muitas contradições, as quais se reproduzem no núcleo urbano de Icoaraci, por concentrar estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços importantes para economia urbana da metrópole. O distrito que foi crescendo em direção a Belém, com a criação de novos bairros e junto com eles o surgimento de problemas sérios de ordem social, de infraestrutura e também ambiental. Além dos serviços públicos precários ofertados à população, que não condizia com o crescimento, e, assim, grande parte da população foi submetida a condições precárias de sobrevivência, comprometendo a qualidade de vida de uma parcela de seus habitantes.

Icoaraci então, por sua proximidade de Belém, foi se tornando um ônus, uma área que aos olhos do poder público parecia não necessitar de atenção, já que a antiga vila não passaria de um simples bairro, e, por esse motivo, o mesmo não merecia tratamento diferenciado das autoridades vigentes, muito embora essa mesma concepção ainda seja vigente no momento atual no distrito (DIAS, 2007).

É interessante destacar que a expansão da mancha urbana de Icoaraci está relacionada no sentido de Belém, consolidando o modelo de crescimento periferia-cidade, tendo como vetor de desenvolvimento o segmento imobiliário, como já frisado, ao longo do eixo da rodovia Augusto Montenegro, eixo que marcou esse processo de expansão e integração de Belém com o referido distrito. No entanto, a ocupação e valorização das terras do centro, segregaram muitas famílias desse ambiente, evidenciando problema de moradias, o que levou segmentos populacionais a ocuparem baixadas não saneadas e com construção de moradias próximas a leitos de rios e igarapés, comprometendo a drenagem natural dos mesmos em Icoaraci, além de colocar em risco a própria vida das populações, seja pela ausência de assistência do poder público, seja por serem vítimas da violência nos territórios demarcados.

Nesse aspecto, se denota a reprodução da desigualdade socioespacial, como fruto da metropolização do espaço das cidades contemporâneas e Belém está inserida nesse contexto de exclusão espacial e, na esteira, arrasta o distrito de Icoaraci para concentrar e, ao mesmo tempo, segregar populações que ficam à margem dessa dinâmica de profunda urbanização. Levantamentos preliminares mostram que esse quadro de deterioração social, dada a situação precária de péssimas condições de vida pela qual passam muitas famílias, é mais perceptível em bairros, como: Cruzeiro, Paracuri, Maracacuera, Ponta Grossa, Agulha e Campina. Por isso, pressupomos que sejam nesses espaços carentes de recursos para se viver que o conflito,

a violência e os crimes sejam mais propícios de ocorrerem, ainda que exija investigação para a sua validade ou não.

Para termos noção de como o capitalismo gera contradições, ambiguidades, dicotomias, desigualdades e conflitos, a partir da apropriação, produção e urbanização do espaço, atentemos para uma pequena amostra dessa questão, porém, de enorme significância, segundo Dias (2007, p. 218):

O bairro Cruzeiro tem uma população que habita as proximidades da orla urbanizada, de maior poder aquisitivo, com casarões antigos e atuais construções de alto padrão, além de condomínios verticais em suas proximidades. Por outro lado, ainda no mesmo bairro, existe uma ocupação carente de todos os recursos: a “invasão de Cubatão”, a qual está, também, localizada próxima a orla turística. Essa ocupação é associada ao aumento do índice de violência nesse bairro, dado o componente demográfico que habita o local, ou seja, trata-se de migrantes em busca de oportunidades de melhoria de vida e/ou de população despossuída das condições objetivas de vida e sem trabalho, que passa a morar em habitações subnormais. Além da violência, instalou-se uma “onda” de crimes dentro e fora da ocupação, passando a mesma a ser referência na violência e como área perigosa do distrito de Icoaraci.

Essa citação mostra muito bem a oposição entre ricos (como estrutura urbana) e pobres (convivendo em precária situação de insalubridade), cujo aspecto dual é a cisão de paisagens: enquanto o primeiro espaço é constituído por moradias bem estruturadas, saneadas e com equipamentos de consumo coletivo disponíveis; nas periferias vigoram verdadeiros casebres, em forma de palafitas, em pleno século XXI, pois, tanto nas baixadas de Belém, como nas de Icoaraci, representam áreas alagadas e/ou que sofrem enchentes.

Podemos também entender essa situação em outra versão: de fato, é notório o crescimento da urbanização, como modernas instalações e equipamentos, mas, por outro lado, há também um aumento demográfico considerável, ou seja, há uma desproporção entre a oferta desses serviços e a demanda das populações. O resultado dessa discrepância é que muitos dos segmentos populacionais ficam excluídos, reivindicando, assim, acesso de apropriação e de uso do solo urbanizado. Essa cisão de espaço, por si só, revela desigualdades e segregação, isto é, ao nosso ver, essa desigualdade socioespacial indica que as pessoas de baixo poder aquisitivo não apenas não possuem acesso à moradia digna, como, também, não têm direito à cidade urbanizada.

Essa nossa posição encontra respaldo teórico em um trecho da obra de Dias (2007, pp. 221-222), quando diz que:

[...] Esse tem sido o eixo norteador do crescimento urbano das cidades capitalistas. [...] Na medida em que Icoaraci se expande, não deixa de apresentar inúmeros problemas. O crescimento carrega em suas entranhas inúmeras contradições, como o de atrair para as áreas onde o fenômeno está ocorrendo, grande contingente populacional que passa a pressionar por serviços públicos, como: escolas, hospitais, transporte coletivo, habitação, limpeza urbana etc., na qual nem sempre são capazes de serem atendidos de acordo com a demanda. Obviamente que as carências em infraestrutura e serviços serão supridas em determinados períodos, desde que haja interesse do poder local e/ou para a realização do capital. Não podemos perder de vista que o processo de produção, reprodução, dominação e apropriação produzem danos ao ambiente, já que passam a concentrar pessoas em áreas cada vez mais exíguas, gerando violência, criminalidade, entre outras, em função dos conflitos sociais inerentes a uma sociedade dividida em classes.

Dessa passagem, podemos apurar que a depredação ambiental é algo marcante nas ocupações em torno dos núcleos dos espaços metropolizados, pois se trata de assentamentos sem qualquer planejamento. Por isso, são desordenados a ponto de não apenas desconfigurar a paisagem natural do local, mas também trazer prejuízos ao meio ambiente, a partir do uso inapropriado do solo e dos recursos naturais ali existentes.

De acordo com Rodrigues (1988), os aglomerados periféricos de Belém, formados por ocupações coletivas, constituem verdadeiros bolsões de miséria, demonstrando a falência estatal no atendimento das necessidades da população no contexto da urbanização desordenada das cidades. Esse modelo de ocupações coletivas se reproduz em torno de toda a RMB, principalmente por ser marcado pela segmentação da classe trabalhadora, manifestando-se na deterioração das condições de reprodução social das famílias ali existentes.

Ou seja, esse processo de concentração espacial tem um resultado bem visível: o avanço da fronteira das ocupações desordenadas em terras cada vez mais distantes do núcleo metropolitano e em áreas deploráveis para serem habitadas, propícias para gerar desigualdades, violência e crimes de naturezas diversas.

Pelo exposto, verificamos um processo de ampliação das próprias periferias. Essa nossa percepção encontra apoio em Trindade Junior (1999). Para este, as áreas mais centrais, inclusive as baixadas, que já foram espaços de assentamentos para a população de baixa renda, são redefinidas em função dos interesses de agentes privados (imobiliários) que passam a produzir habitação para uma demanda solvável da população de Belém. Por outro lado, definem-se novos espaços de assentamentos, culminando com o processo de desconcentração, responsável pela realocação no urbano das camadas sociais de baixa renda. O autor argumenta que esse padrão de dispersão dos assentamentos, existente atualmente, não só

resulta da trama estabelecida entre os agentes produtores do urbano em Belém e das redes de articulações por eles configuradas, como também ratifica a correlação de forças que se estabelecem entre os mesmos; correlação de forças que se expressam de diversas maneiras: a) definição de novas escalas de atuação e de operação do capital imobiliário e de suas frações; b) configuração de novas unidades político-administrativas nos vetores recentes de expansão, a partir da emergência de movimentos políticos setorizados, a exemplo do que aconteceu com Marituba, que constitui hoje o mais novo município da RMB; c) conflitos políticos e econômicos que giram em torno da apropriação da terra urbana nesses espaços; e d) enfraquecimento das ações políticas e/ou descenso de setores dos Movimentos Populares Urbanos (MPU's) face às estratégias político-espaciais do poder público local.

Trindade Junior (1999) reforça que os novos espaços de assentamentos urbanos em Belém, configurados, principalmente a partir de meados da década de 1980, passam a estar situados nos eixos da Rodovia BR-316 (ligando Belém aos municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, integrantes da Atual RMB) e da Rodovia Augusto Montenegro (que liga Belém a Icoaraci e a Outeiro). Mais que uma simples expressão da expansão espacial do processo de metropolização, esse fenômeno de dispersão reflete, também, articulações e contradições estabelecidas no plano local, ainda que delineadas por determinações de ordem estrutural que presidem o processo brasileiro de urbanização. Para o autor, esse processo gera dois efeitos: desconcentração e a fragmentação.

A desconcentração, por seu turno, pode ser analisada sob dois ângulos. Um deles se coloca no plano regional. A dinâmica amazônica não prescinde da urbanização concentrada e do processo de metropolização. Isso pressupõe considerar, portanto, que o espaço metropolitano se desenvolveu não só através de um maior adensamento e verticalização, mas também se estendendo e se expandido, configurando, portanto, a forma dispersa. Aqui, segundo autor, os limites administrativos tem pouco a ver com a dinâmica socioespacial verificada. O outro prisma, é que essa mesma dispersão é condição que ratifica a concentração populacional na região urbana de Belém. Nesse sentido, dispersão e concentração são pares dialéticos dos processos socioespaciais que conformam a desconcentração metropolitana.

A fragmentação, como um dos elementos da expansão urbana, pode ser definida como um processo de segmentação espacial que promove “[...] a diluição das ligações orgânicas entre os pedaços da cidade”, mediante, por exemplo, à construção de muros em torno de assentamentos. Do ponto de vista espacial, a fragmentação se manifesta pelo “[...] fechamento de territórios espacialmente delimitados e habitados por populações socialmente homogêneas” (TRINDADE JÚNIOR, 1999, p. 19).

Enfim, a análise dos autores supracitados permite dizer que a compreensão da formação e constituição urbana de Belém e de Icoaraci passa pelo processo de urbanização ocorrido na Amazônia, que exigia papel das colônias até então existentes, resultando na migração, ocupação, apropriação e adensamento do espaço regional, o que fez originar os primeiros núcleos populacionais da região. No entanto, não se pode perder de vista que esse quadro imprime a relação direta com a coroa portuguesa, que, ao aportar aqui – Belém e Icoaraci –, adotou estratégia geopolítica de ocupação com fortificações, pequenas nucleações e missões religiosas ao longo dos rios da Amazônia. Isso, portanto, explica a ocupação da ponta do mel e da cidade ribeirinha, resultando em um crescimento de “fora para dentro” das atuais metrópoles contemporâneas.

CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA URBANA E A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL EM ICOARACI

Retomando o pensamento de Bassan (2001) acerca do primeiro parâmetro da metropolização do espaço, denominado de “Construção”, percebe-se que esse processo marcado por evolução e expansão das metrópoles, com o crescimento acelerado das cidades gerou, além de expansão e melhores condições de uso do solo, moradia, saneamento, entre outros itens básicos para a vida nas grandes cidades à uma parcela da população, em contraponto trouxe a falta ou insuficiência desses mesmos itens, aqueles que estabeleceram suas residências em lugares nem sempre apropriados, mas procurados para construir rapidamente habitações populares, gerando então uma diferença na cidade e, a própria desigualdade. Ou seja, o processo de expansão traz outro processo, o de suburbanização, para as classes menos abastadas.

Segundo Bassan (2001), a desigualdade social se expressa na rarefeita distribuição dos serviços públicos essenciais de forma não homogênea influenciando na produção do espaço metropolitano e impactando no recredenciamento da violência e da criminalidade. Nesse sentido, a desigualdade socioespacial da metropolização tem variadas consequências, que se diferenciam em cada cidade, mas que em geral ocorre nos bairros das grandes metrópoles, indicando que esses bairros são formas e mecanismos de exclusão.

Em suma, o processo de metropolização seria um fenômeno total e social, tendo em vista que implica na economia, demografia, política, ambiente, território, cultura, relações sociais, entre outros aspectos, pois ela existe, tanto no nível micro, como no macro, enfatiza estrutura e estruturação, e ainda pode se desenvolver em muitos níveis de profundidade da realidade social.

Sendo assim, um dos aspectos mais visíveis desse crescimento acelerado das cidades, do próprio processo de metropolização, refletindo em desigualdade socioespacial, é a violência, sob diversas formas. Nessa perspectiva, apresenta-se um cenário urbano, comumente, marcado por desigualdades sociais, disputa por poder e territórios, em que crescem os índices de crimes, em especial o homicídio, que ameaça a vida humana e que tem nos jovens, um dos grupos mais atingidos. Embora nem sempre a violência cotidiana termine em morte, a morte revela a violência levada ao extremo. Os homicídios são a parte visível de uma realidade complexa. (PENNA, 2013).

Nesse sentido, os debates apresentados nos próximos parágrafos se mostram para afim de análise das desigualdades socioespaciais vividas no distrito de Icoaraci, entendida

como área de expansão e periferia da metrópole belenense (TRINDADE JÚNIOR, 1998; COSTA, 2007). Estabelecendo relações possíveis entre esse processo de expansão da cidade para o distrito, que influenciadas pelo processo de metropolização e de desigualdades socioespaciais, geraram a produção da violência urbana e da própria criminalidade nos territórios de Icoaraci.

Tendo em vista que, a metropolização é um fenômeno excludente e desigual que concentra a riqueza e a polariza em determinados lugares de forma concentrada, enquanto em outros lugares existem áreas despossuídas de condições estruturais e sociais de sobrevivência, acentuando as diferenças e desigualdades na cidade. Desse modo, devido à dificuldade de acesso aos bens e serviços, essas áreas despossuídas, tornam-se um ambiente propício aos conflitos e a violência interpessoal, possibilitando o aumento da criminalidade e de taxas de crimes em específico, como os de homicídios.

3.1. DAS DIFERENCIAÇÕES ÀS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: INTERPRETAÇÕES A PARTIR DO DISTRITO DE ICOARACI

Com as concepções de Batista *et al.* (2016) percebe-se que o processo de metropolização, com a expansão do tecido urbano nos países latinos se refletem de maneira semelhante no espaço belenense e no distrito de Icoaraci, de forma que está relacionado com o fenômeno da periferização. Tal fenômeno que se caracteriza pela expansão da franja urbana, principalmente por moradias de baixa renda, ocupações espontâneas e com deficiências de infraestrutura e baixo grau de coesão ou participação social na estruturação desses espaços. As periferias são marcadas pela precarização de serviços urbanos e pela ineficiência de políticas públicas, configurando um território de tensões e conflitos.

Com base nos estudos de Carlos (2013), pode-se sintetizar que a metropolização do espaço está associada à produção capitalista de mercadorias que, para reproduzir o capital, exige ampliação e transformação do espaço. Essa imposição aprofunda as desigualdades socioespaciais, como efeito da fragmentação do espaço e do indivíduo, levando aos conflitos difusos, colocando o novo espaço em situação de risco de violência, em função das necessidades urbanas, em particular, as sociais, que não são atendidas para boa parte da população. Semelhante ao pensamento de Penna (2013) ao dizer que a periferia passa a concentrar populações socialmente vulneráveis, como reflexo das desigualdades produzidas pelo capitalismo.

Percebemos então, que a violência e a desigualdade socioespacial se apresentam como fenômenos/processos influenciados pelo desenvolvimento desigual do capitalismo, que não alcança de forma homogênea, todas as populações. Nesse contexto, o desejo do ter, do consumir, pode surgir a partir dessa desigualdade econômica, que poderá atingir a desigualdade no espaço, na própria moradia, no consumo e acesso a bens básicos à vida, influenciando na produção da própria violência.

Esses fenômenos urbanos foram aqueles que reforçaram as diferenças no espaço belenense, influenciada pelo modelo de fronteira econômica capitalista que se instalou na região, cuja riqueza expropriada localmente, vai gerar oportunidades de empregos e riqueza fora do país, deixando problemas sociais e espaciais e a expansão de áreas caracterizadas como periféricas da grande cidade, entre elas, o distrito de Icoaraci (DIAS, 2007; TRINDADE JÚNIOR, 1998).

Rodrigues (2007) considera que a desigualdade socioespacial se reflete justamente nessas diferentes formas da apropriação da riqueza produzida, em uma sociedade estratificada em classes no espaço metropolizado. Nesses espaços a maioria da massa trabalhadora fica impossibilitada de se apropriar das condições adequadas de sobrevivência, notadamente nos espaços carentes e pobres, gerando contradições, conflitos e violência.

Assim, pode-se considerar que a desigualdade socioespacial é fruto da própria metropolização do espaço, imposta pela urbanização capitalista e global. Esse processo nada mais que reflete as contradições de reprodução do espaço urbano e das relações sociais de apropriação do espaço da cidade pelas diversas classes, cuja fragmentação reflete a desigualdade de poder econômico das populações, que influenciará na própria ocupação dos espaços dentro da cidade, alguns poderão ter o planejamento e maior atenção do poder público enquanto outros surgirão de forma espontânea e mal planejada, em que a atenção do Estado se torna mínima. Essas questões podem ser visualizadas ao analisarmos o caso dos três bairros de Icoaraci, recorte de análise das desigualdades no que diz respeito a renda, abastecimento de água, saneamento e educação no Distrito.

Tomemos, primeiramente, como exemplo, o bairro Cruzeiro, sendo um dos mais antigos do Distrito, criado nas primeiras e segunda fases de ocupação (1850 a 1950). Traz consigo o planejamento urbano da época, com o traçado das ruas em forma de tabuleiros, em quadrados. Esse esquadramento das ruas demarcadas no século XIX, com particularidade nas suas amplas dimensões em que foram projetadas, permanece ainda até os dias atuais e sem grandes alterações (DIAS, 2007). O planejamento do bairro o levou na atualidade a abrigar um centro comercial e de diversos serviços, como bancos, escolas públicas e

particulares, postos de saúde, postos policiais, supermercados, que possibilitam uma grande circulação de pessoas, principalmente durante o dia.



Figura 8: Cruzamento das ruas São Roque e Quinze de Agosto – bairro Cruzeiro.

Fonte: Trabalho de Campo, 2016. Na imagem podemos perceber a movimentação em uma manhã de segunda-feira do dia 19 de dezembro. No canto esquerdo da foto, localiza-se um supermercado de uma grande rede comercial da cidade. Além de grande movimentação de veículos, pessoas e alguns outros pequenos estabelecimentos comerciais.

Nesse bairro é onde encontra-se a orla turística de Icoaraci, com o porto que leva às ilhas, dentre elas, a de Cotijuba, contando com bares e feiras ao redor da orla, além da praia denominada de “Praia do Cruzeiro”. Nessa área próxima à praia, existem casarões antigos e atuais construções de alto padrão, além de condomínios verticais que abrigam uma população de alto poder aquisitivo. Por outro lado, adentrando o bairro, mas ainda próximo à mesma praia, existe uma ocupação chamada de “Cubatão”, necessitando de diversos serviços. Segundo Dias (2007), essa área passou a ser considerada perigosa, devido aos crimes ocorridos dentro e fora da ocupação e está sendo associada ao aumento do índice de violência nesse bairro, dado o componente demográfico que habita o local, caracterizado por moradores migrantes em busca de melhores oportunidades e condições de vida e trabalho no bairro, que acabam por se instalarem em habitações subnormais. O surgimento de novos aglomerados subnormais, fazem surgir um novo espaço, a ser disputado por diversos agentes territoriais como lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos

criminosos, aliados a baixa participação estatal. Aos olhos de Chagas, Silva e Silva (2014), essas novas aglomerações subnormais passam a ser, de modo geral, novas zonas de tensão, ou seja, de disputas territoriais de ocupação e possíveis zonas de violência e criminalidade.

Já o bairro Campina de Icoaraci, foi criado devido a expansão das áreas mais distantes da orla fluvial, sendo incorporado ao espaço da cidade que crescia, em um período que demarca a ocupação intermediária do distrito (1950 até os anos 1970). Inicialmente, foi sendo ocupado por uma população de baixo poder aquisitivo que construía suas casas com todos os tipos de materiais fáceis de serem encontrados na região e característicos da mesma, como: a madeira, a palha, e pau a pique. Mais tarde, a dinâmica urbana desse bairro se intensificou com a abertura da rodovia Augusto Montenegro, que ligou diretamente Icoaraci a Belém, oportunizando maior fluxo de pessoas para o distrito e a construção de conjuntos habitacionais no bairro, dentre eles o conjunto habitacional da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB-PA, de forma planejada e próxima à rodovia, com o propósito atender uma população que alcançava os 38.277 habitantes, correspondendo 5.95% da população de Belém.

O bairro passou, então, por uma reestruturação espacial ao longo do qual foi sendo ocupado pelos mais diversos segmentos sociais, tornando-se um dos mais densamente povoados hoje, e uma das áreas mais dinâmicas no espaço urbano de Icoaraci, por possuir serviços dos mais diversos tipos, como lojas, escolas, hospitais. E as construções desses estabelecimentos, assim como da maioria das habitações, são feitas predominantemente por alvenaria, diferenciando-se do passado. Campina de Icoaraci tornou-se o bairro por onde passa grande quantidade de pessoas e mercadorias diariamente, com a rodovia que corta o bairro, viabilizou-se o fluxo de mercadorias e de pessoas, tanto para Belém como para Icoaraci, além de servir de escoamento para a produção local.

Sobre a ocupação dos núcleos habitacionais que formaram o bairro do Paracuri, dividido entre I e II, entendidos como marco de ocupação recente do distrito de Icoaraci (1970 em diante), afirma-se que contou com o auxílio do poder público, que projetou conjuntos habitacionais populares para área e reestruturação urbana como previsto pelo Projeto Urbanizar (COHAB, 1993) mencionado no capítulo anterior. No entanto, o projeto não se efetivou com total sucesso, tendo em vista que o bairro ainda apresenta problemáticas de saneamento e demais equipamentos urbanos e sociais, possíveis de serem visualizadas nos dados a seguir e na Figura 9.



Figura 9: Porção do bairro Paracuri próxima a área de canal.

FONTE: Trabalho de campo, 2016.

Algumas áreas nem chegaram a ser atendidas, acentuando e permanecendo na área uma estratificação social, carência de equipamentos comunitários e infraestruturais, quando se constata, que, em decorrência do baixo poder aquisitivo dessa população, o acesso aos serviços da rede particular ali existente se torna escasso.

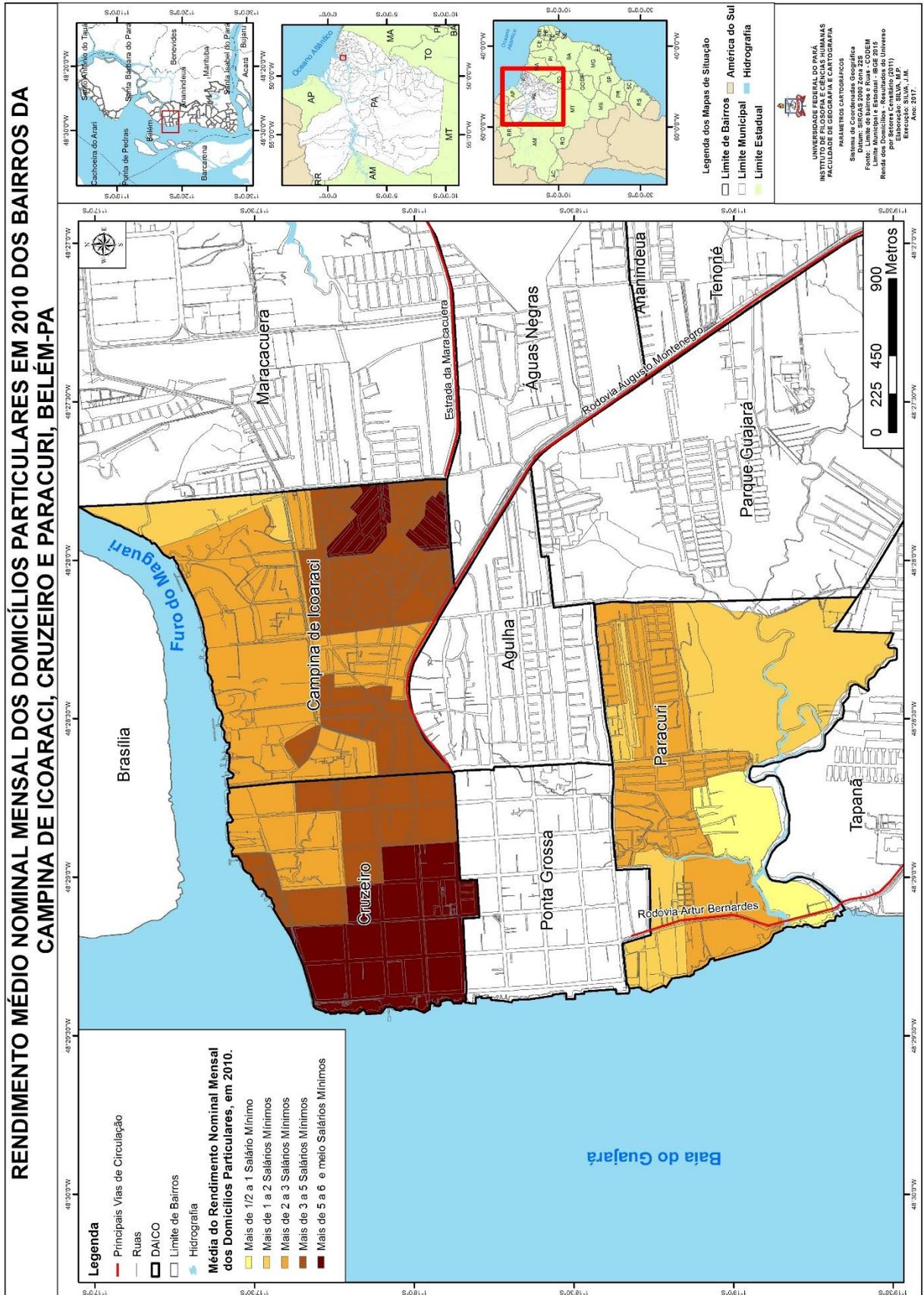
Tendo em vista essas contradições e diferenças nos bairros de Icoaraci, também podemos discutir a desigualdade socioespacial pelo ponto de vista econômico, destacando a má distribuição de renda, a qual se reflete nas precárias condições de habitação e consumo de serviços básicos, como água, energia, saneamento, coleta de lixo e saúde. Essa carência de estrutura de condições de reprodução da vida humana abala e mexe com a dinâmica socioespacial, e está presente nos bairros de Icoaraci, pois de acordo com os dados do IBGE (2010), ao analisar os três bairros em destaque nesse estudo, percebemos a diferença entre as rendas médias nominais mensais dos domicílios em cada bairro, elencadas em três grupos, da seguinte forma:

RENDA DO RESPONSÁVEL (%)	BAIRROS		
	CRUZEIRO	CAMPINA DE ICOARACI	PARACURI
Meio salário mínimo a 2 salários mínimos	85,04%	86,96%	86,80%
Mais de 2 a 5 salários mínimos	9,88%	7,48%	2,36%
Mais de 5 a mais de 10 salários mínimos	2,70%	1,01%	0,25

Tabela 4: Rendas médias nominais mensais (%) dos domicílio nos bairros do Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri – Distrito de Icoaraci.

Fonte: Elaborado pela autora conforme os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Por meio dos números, percebemos as disparidades entre os bairros, sendo que o bairro Cruzeiro apresenta maior número de renda média entre mais de 5 e mais de 10 salários mínimos, enquanto o Paracuri apresenta um número menor de renda elevada e maior predominância entre meio salário a 2 salários mínimos. O bairro Campina de Icoaraci possui renda intermediária, mas com predominância também na faixa de meio salário a dois salários mínimos. Essas diferenças podem ser melhor visualizadas no mapa a seguir.



Mapa 5: Rendimento médio nominal mensal dos domicílios particulares nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri.
 FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), elaborado por Juliana Maciel, 2017.

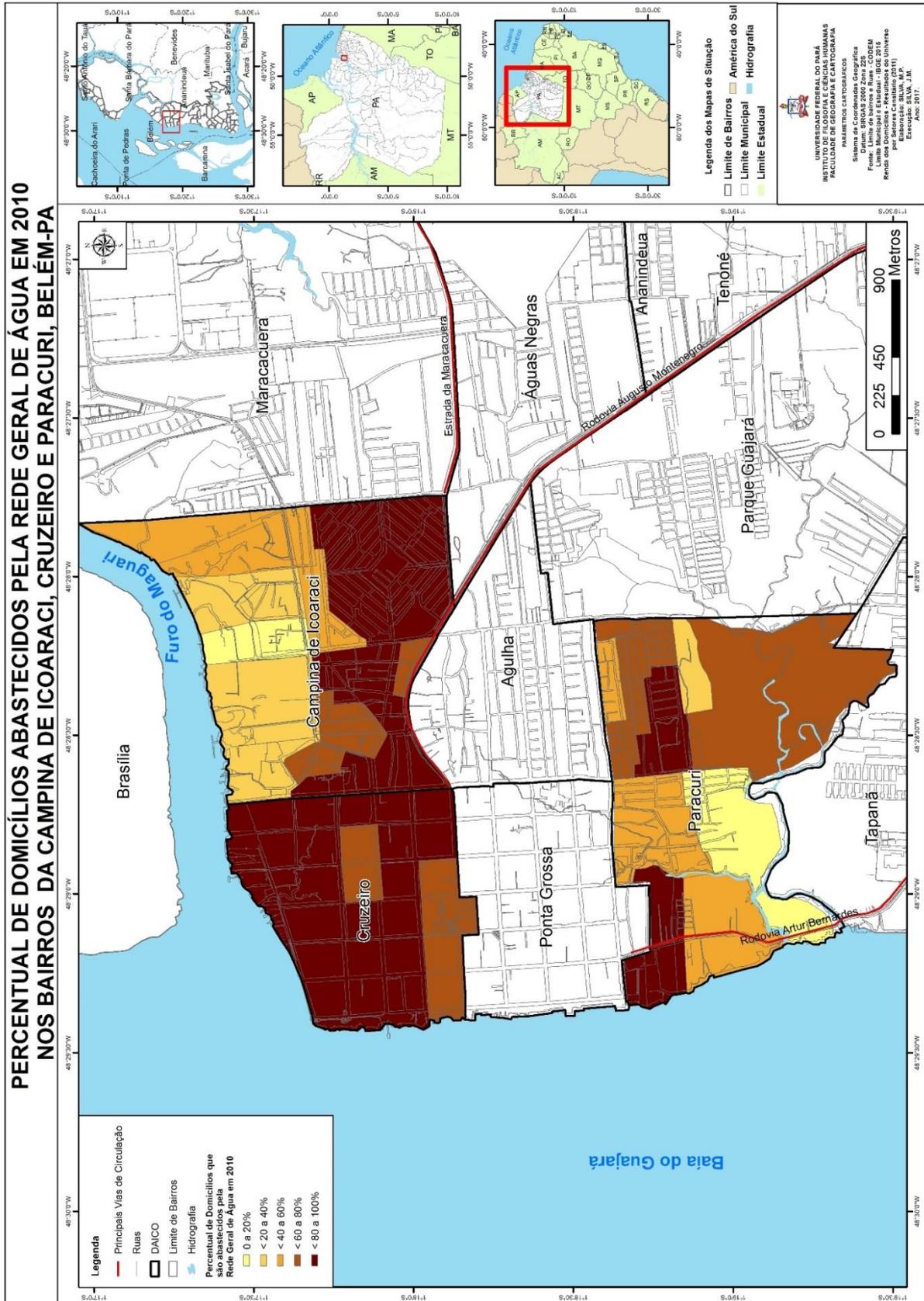
Ainda, segundo Barbosa (2012) para mensurar a renda média da população o critério utilizado é o local de moradia, por estar relacionado à densidade ou diferenciação das relações econômicas e sociais. Isso ocorre porque a importância de um indivíduo, enquanto produtor e consumidor, depende de sua posição no espaço em que habita, isto é, a estrutura espacial condiciona o leque de oportunidades e a condição social (BARBOSA, 2012). Tendo em vista essas informações, os dados do IBGE (2010) também nos fornecem a renda familiar de acordo com o responsável pelo domicílio. Nela também podemos constatar as diferenças entre os bairros, sendo o bairro do Cruzeiro o que novamente apresenta maior renda com mais de 5 a mais de 20 salários mínimos, comparando com a Campina de Icoaraci e Paracuri, sendo que este último apresenta menor renda por responsáveis de domicílio com mais de 5 a mais de 20 salários mínimos e maior concentração de renda entre a menor quantidade de salários mínimos. (Tabela 5).

RENDA DO RESPONSÁVEL (%)	BAIRROS		
	CRUZEIRO	CAMPINA DE ICOARACI	PARACURI
Até Meio Salário Mínimo	5, 11	5,56	9,61
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	31,78	28,80	33,62
Mais de 1 a 2 salários mínimos	23, 54	25,11	22,59
Mais de 2 a 3 salários mínimos	9,42	9,13	5,57
Mais de 3 a 5 salários mínimos	8, 33	7,29	3,73
Mais de 5 a 10 salários mínimos	6,40	4,47	1,05
Mais de 10 a 15 salários mínimos	1, 06	0,41	0,11
Mais de 15 a 20 salários mínimos	0,77	0, 34	0,11
Mais de 20 salários mínimos	0,32	0,13	0,04
Sem Rendimento Nominal Mensal Per Capita	13,25	18,77	23,58

Tabela 5: Renda do responsável (%) pelo domicílio nos bairros Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri – Distrito de Icoaraci.

Fonte: Elaborado pela autora conforme os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Com essas disparidades, percebe-se o descaso do poder público para com os bairros periféricos, como o Paracuri, resulta na ausência de cidadania, indo desde a falta de segurança, oportunidades de crescimento pessoal, passando pela carência de serviços públicos essenciais (saúde, educação, formação profissional, mercado de trabalho) até a precária infraestrutura de saneamento urbano, ocasionando maior disparidade entre os bairros. Uma dessas disparidades se apresenta pela forma de abastecimento de água por meio da rede pública geral de distribuição (Mapa 6).



Mapa 6: Percentual dos domicílios abastecidos pela rede geral de água nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri.

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), elaborado por Juliana Maciel, 2017.

O bairro Cruzeiro recebe maior atendimento da rede pública geral de distribuição de água, atendendo quase todo o bairro, já no bairro Campina, também há a predominância desse abastecimento, principalmente no conjunto habitacional planejado, levando ao entendimento que nos bairros mais abastados onde mora a população com maior poder aquisitivo, o serviço chega com maior distribuição, apesar de nem sempre ser da melhor qualidade. No bairro Paracuri, como a distribuição pela rede pública é menor, a população busca alternativas para o uso da água com poços ou nascentes nas próprias residências ou próximas a elas, como observa-se no gráfico seguinte.

Percentual de Domicílios por Forma de Abastecimento de Água, bairro do Paracuri, em 2010

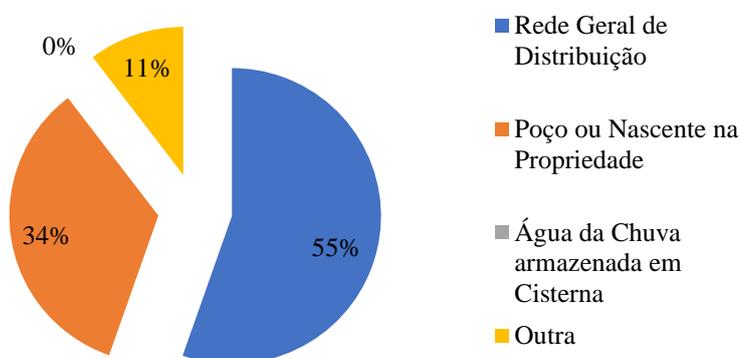


Gráfico 1: Percentual de domicílios por forma de abastecimento de água no bairro Paracuri.

FONTE: Elaborado pela autora conforme os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

Diante dessas colocações, podemos inferir que a desigualdade socioespacial é algo também institucional, na medida que os critérios de acesso adotados pelo poder público para ter acesso aos serviços públicos essenciais são também excludentes, legitimando a desigualdade, o que torna mais difícil a ascensão social, pois a própria precariedade do espaço corrobora a pobreza.

Por isso, Barbosa (2012) considera que as formas de desigualdade, com particular atenção à espacial e econômica e de acesso a serviços essenciais aqui demonstradas, pela distribuição desigual de renda, abastecimento de água, saneamento e educação, refletem o modelo de estrutura social hierárquica, marcado pela precariedade, em virtude da pobreza, crescentemente concentrada nas áreas urbanas e que não oferece a mesma oportunidade para a toda a população Icoaraciense.

Tais processos refletem o quadro brasileiro principalmente a partir dos anos 1980, que segundo Barbosa (2012) foram anos em que ocorreu a expansão econômica, no entanto com o aprofundamento das desigualdades, refletindo baixo nível de escolaridade, analfabetismo, famílias numerosas, nos processos de migração, diferenciação de acesso a bens e serviços etc. E para Caldeira (2000), a expansão econômica juntamente com a ampliação dos equipamentos e serviços coletivos não foi capaz de abranger todas as populações que deveriam ser contempladas pelo poder público. Essa situação marca ainda mais a pobreza nos bairros considerados periféricos, como o bairro do Paracuri, em Icoaraci, sendo aquele que mais sofre com a ineficiência de uma ação social do poder público. Não é difícil de perceber a desproporção da oferta desses serviços coletivos no decurso de tempo, quando se leva em conta o aumento expressivo da população do distrito de 94.117 habitantes, registrados no ano de 1998 (IBGE, 1998), para 133.150 habitantes, no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (IBGE, 2000) e atualmente conta com 167.035 habitantes (IBGE, 2010).

Evolução populacional de Icoaraci (1998 - 2010)

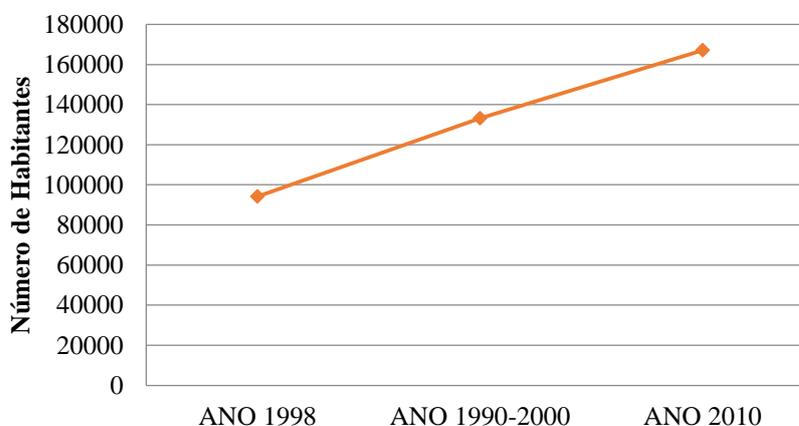


Gráfico 2: Evolução populacional do Distrito de Icoaraci durante os anos 1998 a 2010.

FONTE: Elaborado pela autora conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1998, 2000, 2010).

O crescimento populacional é uma preocupação nesse sentido, visto que, na medida em que a população cresce, cresce também os grandes problemas, tais como: falta de saneamento básico; falta de água tratada; a preocupação com os recursos para saúde pública e educação torna-se escasso, a falta de loteamento regulamentar; falta de iluminação pública; falta de abertura de ruas e suas pavimentações e de modo geral toda a infraestrutura básica para acomodar uma população, de maneira que que possa viver com o mínimo de serviços

essenciais à vida. Esse mínimo de conforto e dignidade para com os serviços infraestruturais, podemos perceber que é escasso em alguns bairros de Icoaraci e desigualmente distribuído.

E, no processo de formação de Icoaraci, marcado pela expansão metropolitana e construção da Avenida Augusto Montenegro, permitiu o aumento do crescimento populacional do Distrito, especialmente nos bairros de entorno dessa via, de ocupação mais recente, como Águas Negras, Tenoné, Parque Guajará, Agulha, que se desenvolveram à beira da rodovia, se expandindo para o interior, devido ao menor valor do solo urbano.

Pelo exposto podemos considerar que as diferenças existentes entre os bairros de ocupação antiga, intermediária e mais recente em Icoaraci são frutos do próprio modelo de crescimento desigual adotado pelo Brasil, que acabou por privilegiar determinados espaços para investir na infraestrutura urbana e social, em detrimento de outras áreas em que a população ficou excluída do processo de desenvolvimento, contribuindo para acentuar a pobreza no país.

Sendo assim, podemos entender que a desigualdade socioespacial é o reflexo da metropolização do espaço. Trata-se de um processo contraditório e que gera conflitos na reprodução do espaço urbano e na apropriação desigual de espaço, de bens e de serviços, já que o fundo dessa dinâmica é a reprodução do modo de produção capitalista, que exige distinção de classes e de poder econômico. Ou seja, o espaço urbano se tornou apropriado para alimentar o circuito de produção e consumo da sociedade vigente, marcada pelas suas contradições de luta pelo espaço, envolvendo múltiplos interesses, conflitos e disputas por poder e territórios, contribuindo para formar ambientes propícios ao estabelecimento da criminalidade e da própria produção da violência urbana.

3.2. VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIO: ANÁLISES A PARTIR DOS INDICADORES DOS HOMICÍDIOS

Partindo da percepção de Melo (2012), quando falamos em violência e se busca uma relação com o território pode-se perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades. O território é palco das variáveis sociais, sejam elas a pobreza, desigualdade social e qualidade de vida, que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar para Chagas (2013), a territorialidade da violência.

A interação desses processos origina o território, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam a população local e se estabelecem para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, roubos, homicídios, entre outros). Nesse contexto, as periferias pobres são locais propícios para o estabelecimento do território do crime organizado, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública, a ausência das instituições de controle público são fatores determinantes, e o crime organizado estabelece a fixação da organização da criminalidade, que daí articula as ações no espaço urbano.

Na cidade de Belém não é diferente, portando-se como uma grande cidade, os problemas são semelhantes. A desorganização social existente nas periferias de Belém e o processo de urbanização, principalmente nas periferias, fazem originarem-se territórios, frutos das desigualdades sociais e econômicas, da segregação e da pobreza. Paralelo a esses fatores, o Estado oferece de forma ineficiente, o atendimento às necessidades da população de forma eficaz, como o acesso à saúde, à cidadania, à educação, à formação profissional, ao mercado de trabalho, à segurança e às infraestruturas urbanas. Nessas periferias e manifestam a ilegalidade, a ausência de segurança pública, e muitas das vezes a ausência das instituições de controle público, fatores esses extremamente atrativos para o estabelecimento do território do crime organizado.

A palavra do morador que vive nos bairros periféricos da cidade, especialmente os moradores de Icoaraci, é altamente importante, pois são eles que nos tem a relatar o que se passa em seus cotidianos e dinâmicas de violência. É a partir deles que poderemos entender também essa sensação de insegurança e medo na cidade. Uma vez que “[...] se não acreditarmos no poder da palavra das populações marginalizadas, a violência dos bairros carentes nunca será superada. [...]” (HAESBAERT, 2014, p. 29). Utilizando-se das entrevistas realizadas em campo, encontramos muitos relatos na fala dos moradores, acerca da insegurança e violência crescente no Distrito, conforme constatado na fala do morador e comerciante de bairros de Icoaraci.

Eu acredito que nos últimos dez anos, aumentou muito a violência em Icoaraci... geralmente o pessoal vem das invasões fazer assalto pra cá... Uxiteua, Morada de Deus, o Paracuri ta perigoso, Buraco Fundo... alí na entrada da Augusto Montenegro, o Riso... é área vermelha. A segurança pública tá desproporcional, a polícia só vai ali no colégio, dentro aqui da COHAB ela não entra... aí os cara agem aqui né, a polícia não entra. (Morador, bairro da Campina de Icoaraci. 26 de setembro de 2017).

Infelizmente a gente não pode nem sentar pra pegar um vento a noite. Por que a gente já fica com medo então infelizmente falta mais segurança. Porque esse bairro é turístico era pra ser um bairro seguro, mas infelizmente não é. Moro há 38 anos no bairro e não me sinto seguro nem pra sentar na porta de casa. Icoaraci toda é perigosa as pessoas são envolvidas com drogas e tal e matam as pessoas. A vida do ser humano não tem mais valor, até por um celular uma mata o outro. **(Comerciante, bairro do Paracuri. 26 de setembro de 2017).**

Souza (2012), ao analisar as quadrilhas que operam no varejo no Rio de Janeiro, afirma que estas são comumente apoiadas logisticamente em espaços socialmente segregados tais como as favelas, e nesses ambientes apresentam uma hierarquia e uma divisão do trabalho peculiar, envolvendo diversos atores sociais. Conforme Souza (2012, p. 57), são eles:

[...] O chefe local é o “dono”, o qual controla diversos pontos de venda de tóxicos –“bocas de fumo”. Uma vez que os “donos” cada vez menos moram em favelas e sim no “asfalto” (ainda que tenham origem favelada), quem responde pelo negócio em um dado local é o “gerente”, o qual realiza a contabilidade, supervisiona o pessoal da segurança e realiza diversos contatos em nome do “dono”. Além do “dono” e de seus “gerentes” há os “soldados”, que são aqueles indivíduos que, fortemente armados, garantem a segurança do negócio, impondo a “ordem” na favela e defendendo os pontos de venda de um “dono” contra as tentativas de captura realizadas por outras quadrilhas. Há, também, os “olheiros”, que são aqueles que avisam sobre a aproximação da polícia ou de “alemães” (estranhos, inimigos), e os “aviões” e “aviõezinhos”, que entregam a droga aos clientes, os quais muitas vezes aguardam na entrada da favela dentro de seus carros, há, finalmente, as pessoas que trabalham na embalagem da droga a ser comercializada.

Nos bairros periféricos de Belém, muitos atores e características desse cenário descrito pelo autor, estão presentes. Os próprios donos das bocas de fumo, os aviõezinhos, os olheiros, que avisam pelo celular ou por outros meios a chegada da polícia ou indivíduos estranhos ao movimento do grupo e soldados são comuns no ambiente da periferia. São eles que fazem a movimentação da atividade do tráfico de drogas nessas áreas, são eles que a reproduzem. O tráfico de drogas age como fator indutor de outros tipos de criminalidade, inclusive violenta, direta ou indiretamente. E se faz notar, principalmente, através de seus impactos negativos.

No distrito de Icoaraci alguns segmentos que ao se territorializarem dentro desses espaços acabam por territorializar a própria violência, são esses, sobretudo, os traficantes (de varejo), assaltantes, olheiros, aviãozinho, mas também, a polícia que infelizmente como percebido em relatos dos moradores acaba muitas vezes tirando vantagem do tráfico com

extorsão de criminosos e também os consumidores das drogas que vão desde pessoas mais humildes até habitantes de outros bairros com poder aquisitivo de médio a alto.

Ou seja, a atividade como o tráfico de drogas acaba se tornando uma “faca de dois gumes”, já que ao mesmo tempo em que com a sua existência há o aumento dos homicídios e dos roubos para custear as drogas (onde tais roubos não necessariamente precisam ocorrer no mesmo bairro de venda de drogas), também em algumas áreas é verificado uma espécie de “paz armada” por parte dos traficantes que fazem o controle dos locais de venda e de sua proximidade evitando os pequenos roubos a fim de assegurarem a clientela de maior poder aquisitivo e também para se manter longe dos holofotes da polícia.

A tabela a seguir, mostra a evolução da ocorrência dos homicídios, nos bairros de Icoaraci, com destaque para os três bairros analisados (Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri). A fim de demonstrar não somente o número de homicídios, mas a relação existente entre as atividades criminosas, que fazem com que o Paracuri, esteja à frente dos demais bairros analisados, quanto as ocorrências dos homicídios.

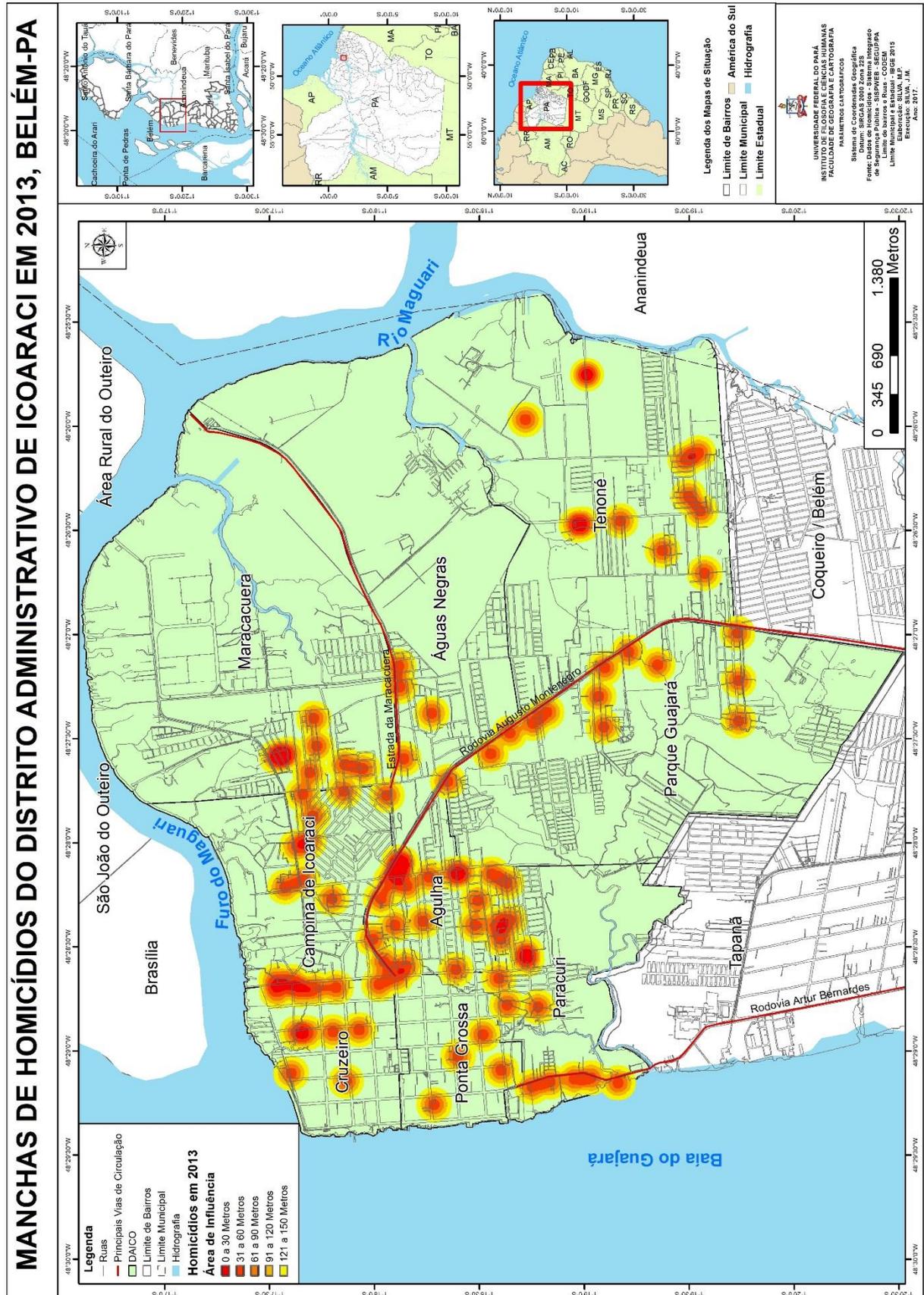
BAIRROS	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	TOTAL
TENONÉ	13	20	14	47
AGULHA	19	17	8	44
PARACURI	12	17	12	41
MARACACUERA	14	9	15	38
PARQUE GUAJARA	9	10	18	37
CAMPINA DE ICOARACI	9	9	9	27
CRUZEIRO	12	7	7	26
ÁGUAS NEGRAS	3	7	4	14
PONTA GROSSA	5	3	4	12

Tabela 6: Número de homicídios por bairros de Icoaraci – 2013 a 2015.

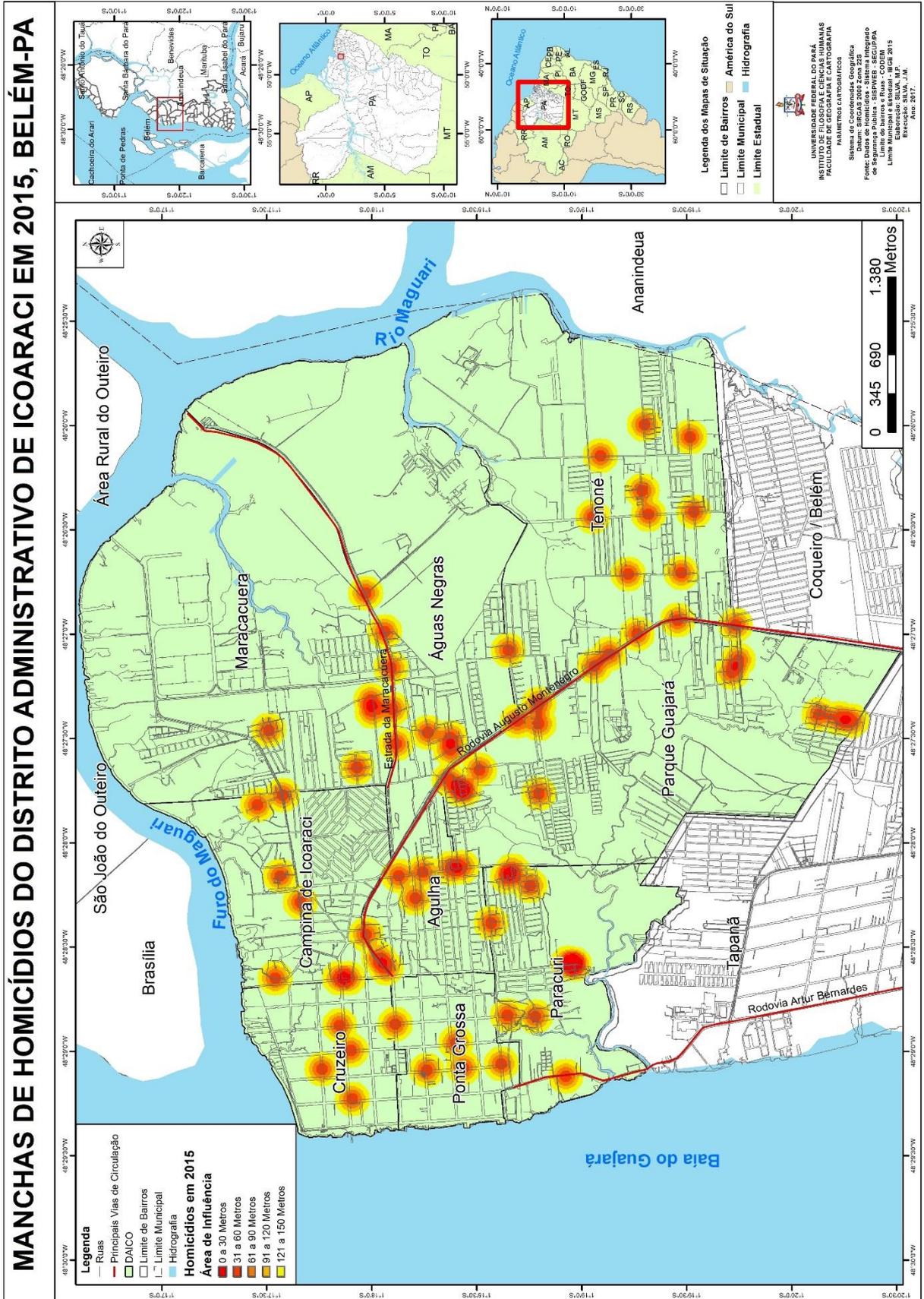
Fonte: Elaborado pela autora conforme os dados da Secretaria Adjunta de Inteligência e Análise Criminal SIAC/SEGUP.

O que se percebe é que, em Icoaraci, possivelmente existem diversas territorialidades de agentes que exercem poder sobre determinados territórios, observam-se primeiramente, duas delas: No Conjunto Habitacional – COHAB existente no bairro da Campina de Icoaraci trabalha-se com a existência da territorialidade de uma milícia, enquanto em ocupações como a do Buraco Fundo, no bairro do Paracuri a área é comandada pelo tráfico de drogas. Essa dinâmica influencia diretamente na ocorrência dos homicídios, visto que nos locais onde há um controle do território eles possuem menor incidência que em outros, como observado por

meio dos mapas 7 e 8, que mostra a espacialização dos homicídios de acordo com as ocorrências de 2013 e 2015:



Mapa 7: Manchas de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci em 2013.
 FONTE: Sistema Integrado de Segurança Pública SISWEB-SEGUP/PA, elaborado por Juliana Maciel, 2017.



Mapa 8: Manchas de homicídios do Distrito Administrativo de Icoaraci em 2015.
FONTE: Sistema Integrado de Segurança Pública SISWEB-SEGUP/PA, elaborado por Juliana Maciel, 2017.

A disputa por territórios está presente em Icoaraci também, quando analisando a fala do aluno de uma das escolas visitadas e morador, percebe-se a disputa pelo poder e aquisição de áreas entre duas “facções” no bairro do Paracuri.

Foi guerra mesmo entre os que comandam a área do Paracuri e a da Fazendinha. Porque eles foram lá da Fazendinha pro Paracuri roubar... aqui no Paracuri II, sendo que o Paracuri não aceitou e foi acertar as contas. É uma situação assim que um não pode mexer na área do outro, tu vai pra lá que eu vou pra cá... no momento quem tá comandando o Paracuri II é só um rapaz né... que a disputa lá do Paracuri II venceu a fazendinha aí se uniu... e vão ver agora se conseguem o Paracuri I, depois águas negras. Porque a regra aqui é não roubar, se roubar já era. **(Aluno de escola pública, morador do bairro Paracuri. 26 de setembro de 2017).**

Tendo em vista que a territorialidade para Sack (1986) poder ser entendida por meio de três facetas inter-relacionadas: classificação por área, uma forma de comunicação por fronteira e uma forma de reforço ou controle. Tomemos o controle dessa área (território) para ilustrar a realidade vivida no controle das áreas do Buraco Fundo, COHAB e Fazendinha em Icoaraci. Estes locais acabaram englobando diversas atividades criminosas, incluindo o tráfico de drogas e a milícia. Os traficantes exercem determinado domínio sobre a área para a própria contenção de quem entra e sai de dentro da ocupação, a própria polícia não consegue ter acesso, devido ao controle da atividade do tráfico, não permitindo o acesso de outros agentes, exceto a população que mora na ocupação, o que acaba por influenciar na ocorrência de crimes mais violentos, como o homicídio. Como também foi identificado na fala do delegado de polícia civil em entrevista realizada:

Nós encontramos lá em Icoaraci uma milícia atuante, apesar do combate pela polícia civil, polícia militar, nós continuamos ainda a enfrentar esse tipo de prática naquela região ali em Icoaraci... Que vai desde Outeiro, até ali o Tapanã, que a gente compreende como se fosse área de Icoaraci. Principalmente nos bairros periféricos... o que a gente encontra muito mais por exemplo na área do Tapanã, do Tenoné e na área de Outeiro, em razão como eu lhe falei, do tráfico de drogas. No Tapanã atualmente, Tapanã e Tenoné... há uma rivalidade crescente entre o crime organizado do tráfico de drogas, hoje denominado comando vermelho e a milícia local. Sendo que essa milícia local ela não está interessada no tráfico de drogas, mas principalmente com relação a segurança dos comerciantes. Então há esse combate. A gente tem verificado, feito uma análise desse fenômeno ocorrente lá no Tapanã e Tenoné. No mês de maio salvo engano... ou abril, foi preso o líder dessa milícia... o vitoriano... é ... ele era a principal pessoa articuladora e ele demonstrava... se caracterizava como líder da milícia lá e acabou imprimindo o medo nos assaltantes e nos traficantes daquela região central de Icoaraci, certo. Mas principalmente a atuação se dá na periferia porque é onde esses traficantes e assaltantes residem. Eles não são é...

abordados, não são mortos no centro, em razão da ação que eles tão fazendo. Ou no tráfico de drogas, ou nos assaltos, mas principalmente onde eles moram... que a milícia tem essa informação de onde eles se encontram. Então pegam eles no momento mais vulnerável pra realizar a abordagem e... na verdade acabar executando seu plano inicial, que era matar essas pessoas. **(Delegado da Divisão de Homicídios de Belém. 22 de novembro de 2017).**

A fala do delegado de polícia faz remeter ao acontecimento no ano de 2011, em que Icoaraci passou por uma onda de homicídios em um único dia, as vítimas foram seis jovens. O crime chocou a população local e é lembrado até os dias de hoje como fato de muita comoção no distrito. O ocorrido deu-se por volta das 23h do sábado dia 19 de novembro de 2011, e na segunda feira 21 foi destaque em todos os jornais locais e em alguns nacionais. Os seis jovens foram encontrados em frente ao prédio do Instituto de Assistência e Previdência do Município de Belém (IPAMB), na Rua Padre Júlio Maria em Icoaraci, bairro da Ponta Grossa. Os jornais locais estamparam na capa de suas edições o acontecido com imagens fortes e relataram que segundo informações de peritos que trabalharam na cena do crime, os projéteis que atingiram os jovens foram de revólver calibre 38 e cartuchos de pistolas 380 e Ponto 40 (DIÁRIO DO PARÁ, 2011; O LIBERAL, 2011).

SEIS ADOLESCENTES FORAM EXECUTADOS

CHACINA CHOCA ICOARACI

Jovens conversavam na noite de sábado quando foram abordados por dois homens que estavam de moto. Eles mandaram os adolescentes se ajoelharem e os executaram com vários tiros. **+POLÍCIA 6, 7 E 8**

Figura 10: Manchete de um jornal local.
FONTE: Diário do Pará, 2011.

Icoaraci entrou para o rol das chacinas ocorridas no Pará e assim foi a 3ª com repercussão nacional, depois de Abaetetuba e Santa Izabel no mesmo ano. De acordo com o Jornal Diário do Pará (2011) na noite de domingo, após 24h das mortes ocorridas, o programa televisivo “Fantástico” noticiou as mortes mostrando imagens feitas de um cinegrafista amador, logo após o crime. Já na segunda feira, a mídia impressa e digital, também repercutiram o fato, dando destaque para o termo “chacina” para classificar o crime como algo bárbaro e enfatizando que os adolescentes foram assassinados de joelhos e com o rosto virado para a parede em que estavam sendo atingidos na cabeça. A suspeita na época era de

que os executores do crime teriam sido ex-policiais, participantes de grupos de extermínios de Belém.

A presença de milícias no Pará em um período mais recente, tornou-se foco de debates e investigações. O mais recente formado através do Requerimento n. 310/2014, pelo Deputado Edmilson Rodrigues e outros Deputados formalizou em 11 de novembro de 2014 a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar e apurar a atuação de grupos de extermínio e milícias no Estado do Pará. As investigações finalizaram em 30 de janeiro de 2015. Um dos objetivos da CPI era investigar e afirmar o envolvimento do autor da Chacina de Icoaraci com milícias na cidade. Acerca disso Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2015, p. 09) afirma:

Não se pode continuar ignorando a existência de milícias e grupos de extermínio que vêm agindo com total liberdade na Região Metropolitana de Belém há alguns anos, e cuja ação não vai morrer junto com o Cabo Pety. Em 28 de fevereiro de 2008, a Operação Navalha na Carne cumpriu 28 do total de 32 mandados de prisão de policiais e de civis acusados de crimes de cárcere privado, tráfico de drogas e de armas, concussão, assassinatos, formação de bando ou quadrilha e roubos.

Nesse sentido, o motivo dos homicídios ocorridos na chacina, teria sido motivado devido a um “assalto” à mulher do ex-policial Rosevan por dois elementos envolvidos com atividades ilícitas em Icoaraci. O ex-policial e outro companheiro foram considerados líderes da quadrilha denominada “Liga da Justiça” e Icoaraci era o centro de decisões da quadrilha. Como consta abaixo para Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2015, p. 109):

O assassinato dos seis adolescentes em Icoaraci, teve motivação de milícia pois a afronta ao líder da milícia ante o assalto a sua mulher, sinalizava enfraquecimento do poder dos milicianos, motivando assim uma pronta “RESPOSTA”, com o sentido de mandar uma mensagem de força para a sociedade Icoaraciense. A despeito de agir neste caso por conta própria, há indícios de que o mesmo se valeu de suas conexões com a Milícia, dado o imprestável serviço da guarnição policial em viatura que chegou logo após os crimes e que segundo testemunhas não ofereceu impedimentos ao cometimento do crime.

Dessa maneira, percebemos que o fenômeno da urbanização acelerada e desigual, em que uma parcela da população habita em áreas precárias e ausentes de serviços e equipamentos adequados, com acesso à educação, saúde, lazer, dentre outros serviços que deveriam ser oferecidos com qualidade pelo Estado, acabam por formar territórios e um ambiente social propício para o desenvolvimento e atuação de diversas atividades ilícitas

criminosas como as milícias e o tráfico de drogas, exercendo relação intrínseca também com boa parte das ocorrências de homicídios nas cidades, motivadas por acerto de contas, políticas de proteção ou desentendimentos.

O território nesse cenário pode estar sendo usado para conter algo, nesse caso os homicídios e outros tipos de crimes, para que não haja o descontrole da área por meio daqueles que a dominam (traficantes e milicianos). Pois, como afirma Sack (1986) o território pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir e a territorialidade estabelece um controle sobre uma área, como um meio de controlar as coisas e as relações.

Ainda segundo Sack (1986), a lógica da territorialidade mostrará que, como uma estratégia espacial ela, geralmente, oferece vantagens para ajudar a afetar, influenciar e controlar. O uso da territorialidade possui um motivo que constitui o domínio da razão ou consequência de usá-la. O porquê do uso da territorialidade em determinado caso, se existem vantagens particulares, depende de quem está controlando quem e para quê propósitos. Nesse sentido, o uso da territorialidade para controlar os crimes, como o homicídio no buraco fundo, localizado no bairro do Paracuri e na COHAB, localizada no bairro Campina de Icoaraci possuem motivos ligados a própria forma de ocupação e constituição atual de cada área, das pessoas que nelas habitam e da relação entre essas pessoas.

As atividades milicianas e do tráfico de drogas se apropriam do território e o constroem de acordo com os seus interesses, visto que o território é construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização, também é conforme Saquet (2001-2003 e 2004), produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente, inscrevendo-se num *campo de poder*, de relações socioespaciais que essas atividades criminosas exercem.

Nesse sentido, as milícias e o tráfico de drogas controlam o território e suas ações nos bairros de Icoaraci. No bairro da Campina de Icoaraci, a milícia pode estar influenciando na distribuição de homicídios no entorno do conjunto habitacional, como mencionado, com possíveis políticas de proteção a esses moradores, visto que a maioria dos homicídios acontecem no entorno do conjunto, em uma área de feira, bastante movimentada. No bairro do Paracuri a presença do tráfico além da rivalidade entre facções, os homicídios provenientes de acerto de contas, as mortes de jovens que roubam em áreas “proibidas”, se utilizam do território para tais ações.

Ou seja, essas atividades interferem na própria acessibilidade dessas áreas nos bairros. Acessibilidade esta que na visão de Gottman (1973) é pretendida pelo homem e amplamente controlada por ele. É uma das razões essenciais para que as atividades criminosas exerçam a intervenção nessas áreas, estabelecendo políticas de restrição e capacidade de

acesso das pessoas. São práticas que existem e coexistem diante do Estado, buscando abrigo em áreas menos abastadas para realizar suas atividades ilícitas.

Por se tratar de um fenômeno que se relaciona com o processo de metropolização e desigualdades socioespaciais, podemos afirmar que a realidade de Icoaraci e seus bairros, não se diferem dos principais centros urbanos brasileiros, no que se refere às elevadas taxas de homicídios. De acordo com dados da Secretaria Adjunto de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP, o distrito de Icoaraci apresentou 296 homicídios no período de 2013 a 2015 (Tabela 6). A partir da análise dessas informações concedidas, tornou-se possível estabelecer um perfil que, comumente, se apresenta entre as vítimas de tal crime, como o sexo, a faixa etária e arma utilizada no crime.

BAIRRO	ANOS	Nº DE HOMICÍDIOS	TOTAL
ICOARACI	2013	99	296
	2014	101	
	2015	96	

Tabela 07: Registros de vítimas de homicídios em Icoaraci (2014-2015)

FONTE: Organizado pela autora com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

Os homicídios nesse período em Icoaraci representam 14% das ocorrências em Belém. Já que a capital registrou 2.101 homicídios no período de 2013 a 2015. Dados mostram que a cidade de Belém se configura como uma das cidades mais violentas do Brasil e apresenta uma taxa de 108,7% homicídios por 100.000 habitantes dentre os anos 2002 a 2012, o que coloca a cidade na 12ª segunda posição entre as capitais mais violentas do Brasil (WAISELFISZ, 2015).

Com relação a arma utilizada no crime, pode-se perceber o uso constante de arma de fogo, predominando em 77% dos homicídios em Icoaraci. O que pode reforçar a atuação dos grupos de extermínio de milícias e tráfico de drogas na área, já que os mesmos geralmente possuem armamento suficiente para realizar este crime. As mortes por arma branca (Gráfico 04) configuram aquilo que chamamos dos atos realizados com objetos cortantes ou perfurantes, na maioria das vezes ocorre por discussões e brigas em locais públicos ou nas residências, em que os indivíduos se utilizam de objetos como faca, garrafas entre outros instrumentos e representam 13% durante o período pesquisado, enquanto que 10% representam outros meios ou meios desconhecidos.

Instrumentos utilizados nos homicídios em Icoaraci (2013-2015).

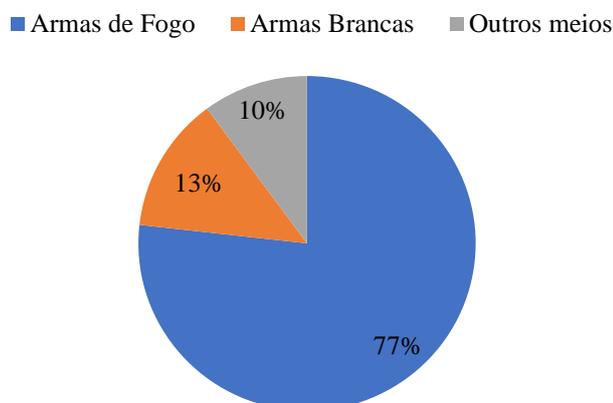


Gráfico 3: Instrumentos utilizados nos homicídios em Icoaraci (2013-2015).
 FONTE: Organizado pela autora com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

O meio empregado para cometimento dos homicídios disparadamente foi a utilização de arma de fogo tanto em Icoaraci quanto no município como um todo. Belém registrou 69,85% dos homicídios praticados por arma de fogo no período de 2013 a 2015, segundo os dados da segurança pública. O uso de arma branca totalizou 10,84% e em terceiro lugar, demais meios ou meio desconhecido com o total de 9,26%. Essas informações demonstram claramente a utilização do uso de armas de fogo, mesmo com certo controle da comercialização desse tipo de armamento, o número de vítimas por meio é crescente.

Nesse ambiente em que as relações criminosas se estabelecem, também se formam redes de solidariedade territorial que estão na origem de muitos grupos, cada um deles contendo certa organização podem começar e a enfrentarem-se, iniciando mais ciclos de violência, o que nos faz lembrar as colocações de poder e violência em Arendt (2011). Nesse sentido, o tráfico de drogas surge como uma alternativa de proteção, por meio do financiamento das “armas” necessárias, bem como das diversas atividades concomitantes de dominação territorial, e por isso ele é aderido. Esse cenário é ainda agravado pela baixa presença do poder público, famílias desestruturadas, pouco tempo em escolas, além do alcoolismo e do consumo de drogas. Em nossas cidades, essa configuração afeta principalmente os jovens de baixo grau de supervisão, os familiares nem sempre estão por perto para exercer controle e observar os comportamentos deles. Assim, as gangues e grupos de atividades ilícitas são possibilidades de melhorar de vida, suporte e proteção para muitos jovens (BEATO FILHO, 2012).

O aparecimento cada vez maior dos jovens nos índices de homicídios, tanto como vítima, quanto como atores que contribuem para o aumento desta. Por isso, o Brasil de acordo

com Cara e Gauto (2007) é o país do genocídio dos jovens, e que esta mortandade está diretamente relacionada à história da violência no país. A partir desta realidade Beato Filho (2012, p. 152) comenta:

As chances de morrer, vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parece ser a de proteger justamente aqueles que estão menos expostos a violência.

Em Icoaraci, tal expressão da realidade não é diferente do quadro brasileiro, são os jovens as principais vítimas e agressores dos homicídios ocorrentes nos bairros do Distrito. Conforme verificado nos trabalhos de campo, os jovens são a maioria daqueles que se envolvem no mundo criminoso dos bairros de Icoaraci. Os moradores e trabalhadores do Distrito, descrevem da seguinte forma:

Hoje, a faixa etária que eu vejo hoje é entre, entre de treze, quatorze, eu vou colocar quatorze anos até meados de 25 anos, é a maior carga de jovens, principalmente adolescentes... **(Professor de escola particular, bairro Cruzeiro. 26 de setembro de 2017).**

Os caras vem pra matar, esses dias mataram um pra aí mas que eram envolvido com droga... [...] só é jovem, na faixa assim de 15 a 25 anos que tá envolvido. **(Comerciante, bairro do Paracuri. 26 de setembro de 2017).**

Além de identificado pela segurança pública, faixa etária semelhante:

É... em Icoaraci a gente encontra uma realidade como se fosse um município né... porque é um distrito e possui bairros... e os homicídios acontecem em diversas localidades, por diversas razões. Nós já identificamos que principalmente morrem muitos jovens, da faixa etária entre 17 e 25 anos, quase todos relacionados com o tráfico de drogas... com relação as vítimas. Com relação aos autores dos crimes, acontecem tanto por prática de traficantes rivais, em razão do domínio do território de venda do tráfico de drogas e também por milicianos. **(Delegado da Delegacia de Homicídios de Icoaraci. 26 de setembro de 2017).**

As estatísticas¹³ de homicídios em Icoaraci, também mostram o predomínio dos índices sobre a camada mais jovem da sociedade. Percebe-se, que existe o envolvimento precoce com esse tipo de crime, adolescentes entre 12 e 17 anos e principalmente os jovens entre 18 e 24 anos. De 2013 a 2015, dos 296 homicídios registrados, 110 tinham como

¹³ Dados cedidos pela Secretaria Adjunto de Inteligência e Análise Criminal – SIAC/SEGUP.

vítimas, jovens entre 18 a 24 anos, considerados pela segurança pública, na faixa de Adulto I (Gráfico 05), sendo, portanto, a faixa etária mais atingida. Além disso, segundo os dados percebe-se o predomínio do sexo masculino, representando aproximadamente 93% dos envolvidos nos homicídios.

**Faixa etária das vítimas de homicídios em números
(2013-2015)**

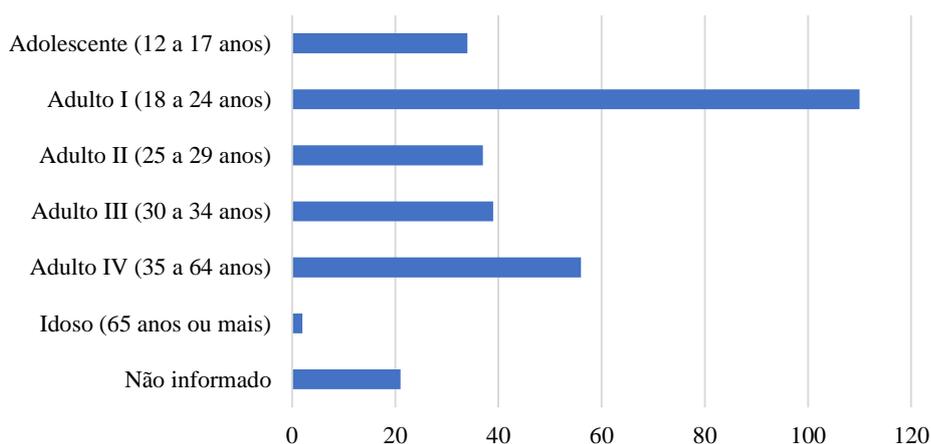


Gráfico 4: Faixa etária das vítimas de homicídios em Icoaraci (2013 a 2015).
FONTE: Organizado pela autora com base nos dados da SEGUP/SIAC (2015).

Quando comparamos com a cidade como um todo, a realidade é a mesma. As maiores porcentagens das vítimas dos homicídios também são jovens na faixa de 18 a 24 anos de idade, totalizando 33,00% no período da pesquisa. Seguida pela faixa de 35 a 64 anos, representando 19,64%, e a faixa etária de 25 a 29 anos, correspondendo a 16,48%. A faixa etária de 30 a 34 anos já foi um pouco menor, com 12,80% e a faixa dos adolescentes de 12 a 17 anos, registrou 9,22%.

Geralmente, a maioria desses homicídios são formados por jovens de 18 a 24 anos, que possuem baixo nível de escolaridade, passagens pela polícia e estavam ligados às atividades de consumo ou venda de drogas, envolvimento com roubos, arrombamentos e furtos em Icoaraci, observado nas entrevistas realizadas.

Uma questão interessante apresentada em diversas entrevistas levantadas por Chagas *et. al* (2017) é o envolvimento desses jovens, vítimas de homicídios, desde cedo com a criminalidade. Eles estariam sendo aliciados pela rede das drogas e então começariam a praticar roubos para manter o vício. Em Belém, verificou-se que é comum associar a morte na periferia com o tráfico de drogas. No entanto, os relatos da existência de grupos de extermínios, como é o caso de alguns bairros de Icoaraci e outros bairros de Belém em

especial o bairro do Guamá, levantam uma outra natureza da causa dos homicídios, o envolvimento da vítima com a prática de roubo no bairro onde reside.

Verificou-se com as entrevistas realizadas com agentes territoriais da segurança pública e com a sociedade local, que a maioria desses jovens eram conhecidos por praticarem roubos na área e não por serem viciados ou algo semelhante. Levantando a possibilidade de entender o papel dos grupos de extermínios, pois eles passam a existir como uma espécie de serviço de proteção do comércio local, funcionamento como uma espécie de serviço de segurança privado, o que pode justificar o uso da arma de fogo, como o meio mais utilizado na prática dos homicídios.

Assim, segundo Chagas *et al* (2017) é possível fazer uma associação direta entre os homicídios e os casos de roubo. Levando ao envolvimento de outros agentes territoriais ligados diretamente aos homicídios, como a milícia ou grupos de extermínio e não somente pela questão do tráfico de drogas.

Apesar de todas essas problemáticas, o envolvimento de jovens com grupos ilícitos, na verdade termina por fornecer a eles muito do amparo e referência que necessitam, acesso a bens materiais que a vida no bairro pobre e a dificuldade de emprego dificilmente ajudam a fornecer, somando a isso a obtenção de certo poder e até mesmo liderança contra membros de outros grupos. Em localidades tradicionalmente violentas, marcadas por baixa consolidação de estruturas públicas e serviços de justiça, tais grupos é que irão ditar seus próprios mecanismos de normas e regras, formas de punição contra os crimes que acontecem no território que dominam; punição essas em muitos casos, exercida por meios violentos. A ideia de ser respeitado, de ser enxergado e muitas das vezes, temido, também agem como mecanismos de atração que esse tipo de grupo exerce sobre os jovens (BEATO FILHO, 2012). Realidade expressa também na fala do delegado da Divisão de homicídios:

Nós possuímos hoje uma realidade semelhante e diferente ao Rio de Janeiro ao mesmo tempo. Semelhante porque no Rio de Janeiro como a distribuição de renda é muito desigual e aqui nós temos uma população muito próxima da margem da miséria, da pobreza... nós temos uma cidade que na verdade ela foi ocupada, não foi organizada a sua distribuição... e em razão disso a nossa população é desocupada. O que acontece... há a passagem para o mundo do crime, seja no roubo ou no tráfico de drogas... o que influencia muito mais, acaba influenciando na geografia do crime... é que nós não possuímos favelas verticais, mas favelas horizontais... é como se fosse um bolsão de miséria e pequenas manchas digamos de... urbanização... né, mais digamos, seguros, no centro, onde se encontra uma elite. Mas de certa forma a gente tá cercado de favelas, de favelas horizontais. E isso acaba favorecendo o crime. Porque ... porque é uma concentração muito grande de pessoas desocupadas, onde não são assistidas pelo Estado, seja pela educação, saúde,

principalmente pela segurança e acabam é... se... se ... entregando... se entregando não! Sendo absorvidas pelo crime, principalmente pelo tráfico de drogas. **(Delegado da Divisão de Homicídios de Belém. 22 de novembro de 2017).**

Souza (2012), reforça essa ideia dos jovens se inserirem no mundo do crime ser cada vez mais constante, pois para os jovens inseridos nesse contexto, parece existir um sentimento de que mais vale viver pouco, mas “intensamente”, que viver uma vida de trabalho, geralmente transmitida pelos pais. Souza (2012), chama essa existência da classe trabalhadora de semivegetativa e subserviente, a qual o jovem certamente não quer seguir.

Dessa forma, nessas áreas em que as atividades criminosas estão presentes, há o envolvimento de diversas situações, desde a alta participação dos jovens, até aquilo que chamamos de toques de recolher, fechamento de ruas, comércios e serviços. Existem milícias e grupos criminosos que constroem muros, controlam portões de entrada, impõem horários e prejudicam a liberdade de circulação dos moradores, por meio de formas diversas. Nesses casos, a contenção territorial “internalizada”, decorre da própria condição de exceção ou exclusão a qual os moradores estão sujeitos, sendo que esse cenário é produzido e intensificado tanto pelo vazio deixado pelo Estado vigente, quanto pelas atividades promíscuas dos circuitos ilegais (SOUZA, 2013).

3.3. VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: ANÁLISE DAS ÁREAS DE INTENSIFICAÇÃO DOS HOMICÍDIOS

Consideramos, então, que essas áreas periféricas, alijadas ou inseridas, mas depois abandonadas, de qualquer investimento público ou privado, para melhorar a infraestrutura de moradia, por si só, deixa as populações que ali habitam insatisfeitas e descontentes, principalmente com seus representantes políticos. Na esteira, adicionam-se outros problemas sociais, como desemprego, que, ao se interagirem, criam um ambiente favorável para promover a violência, onde, o território em forma de poder, se manifesta nesse processo degradante socialmente, cujo fundo desse conflito interpessoal é a busca pela própria sobrevivência das pessoas envolvidas.

A produção do espaço em Icoaraci se assemelha com o que foi considerado por Carlos (2013) no início deste trabalho, tendo em vista que é o reflexo do processo de mundialização da sociedade urbana, acentuando também o processo de fragmentação do espaço, hierarquizando os lugares, criando e recriando novas funções, como o movimento da acumulação do capital, que se renova no âmbito da reprodução das relações sociais de

produção. A metropolização do espaço, encontra-se inserida desse processo desde o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, acompanhando o movimento da construção da própria metrópole, avançando e expandindo novas áreas, a partir do centro, até o processo de desenvolvimento da periferia nesse processo de extensão da metrópole.

Icoaraci possui em seus bairros funções diferenciadas, enquanto os bairros mais antigos e centrais possuem a relação comercial e turística mais forte, os bairros recentes e periféricos possuem pequenos comércios e estão mais voltados para moradia da população de baixa renda, demonstrando a fragmentação e a diferenciação entre esses bairros. Como observado em Lencioni (2003) e Carlos (2013) o processo de metropolização do espaço, associado a produção capitalista, exigindo a transformação de espaços, aprofunda as desigualdades socioespaciais, e em Icoaraci não é diferente, leva a fragmentação, aos conflitos e situações de riscos e violência, além da carência de serviços sofrida por boa parte da população ao não serem atendidas.

O distrito de Icoaraci conta com todas essas problemáticas devido ao processo de expansão da cidade de Belém, sendo considerado por Trindade Júnior (1998) como periferia da metrópole. Pois, o valor da terra estava voltado para o centro, e assim o crescimento de Belém ocorreu produzindo a periferia, que passou a ser o local de moradia da classe trabalhadora e de certa maneira mais humilde, pois os terrenos eram mais baratos, porém apresentavam muitos problemas de saneamento em especial, e outras carências.

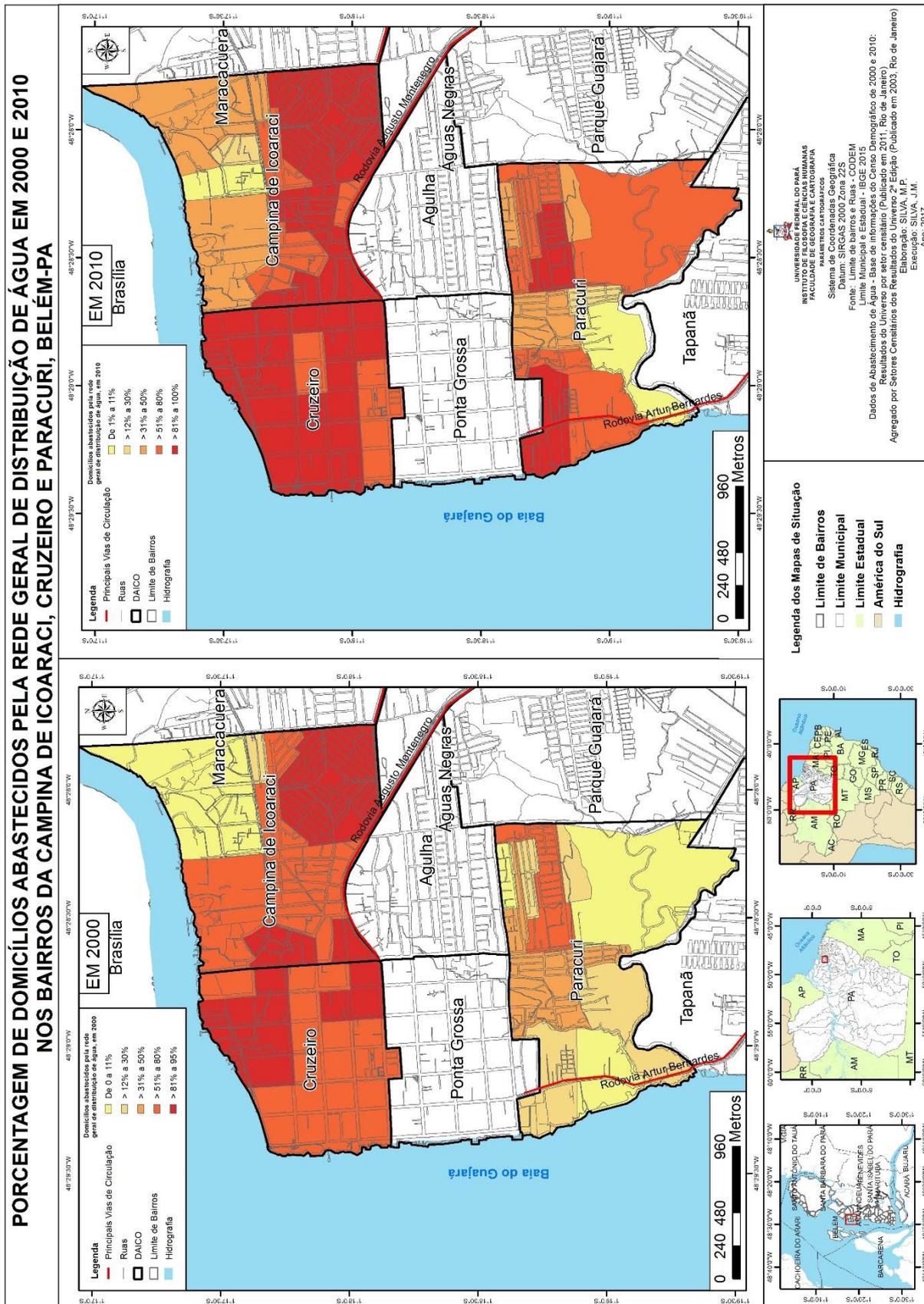
Nos bairros de Icoaraci, a distribuição de serviços essenciais a população encontra-se má distribuída, a precária atuação da segurança pública facilita a atuação de criminosos e a prática dos homicídios, em especial, nas periferias, como levantado no subcapítulo anterior.

Desse modo, a população denuncia e clama por melhorias, em diversos setores, educação, saneamento, saúde, água, segurança. Como observamos no seguinte relato de um professor e morador do bairro da Campina de Icoaraci:

A segurança ainda é muito deficiente bastante precária apesar de a gente perceber a presença da polícia em fluxo e a gente, por exemplo, com a ocorrência de roubos com alunos ou com a escola tem sempre uma demora muito grande à polícia chega depois não tem flagrante, por exemplo, ou tem pouca apuração da polícia muita coisa que não é resolvido aqui falta mais presença policial, a gente ver a viatura passar, mas tu ver viatura parada pra fazer atendimento é outra coisa que a viatura pare pra você, outro dia quarta na terceira rua da campina um rapaz tava todo machucado e a guarnição não parou porque tava fazendo ocorrência pra outro lugar. [...] O saneamento é ruim bem precário, inclusive a gente tem um problema aqui a vazão de águas pluviais do bairro passa por dentro da escola e isso dá muito problema pra gente, inclusive no problema da manutenção disso, a gente tem que fazer

manutenção periodicamente junto com a prefeitura e a prefeitura não tem atendido os serviços de saúde temos o plano atendimento aqui fica ali na UPA e o posto de saúde que definitivamente não tem médico, por exemplo, a gente tava atrás de umas vacinas do HPV a gente foi na SEMA entramos em contato com as meninas da secretaria de saúde pra ter um dia de vacinação chamar pra oferece um ponto de vacinação na escola, não tivemos essa resposta efetiva. [...] A gente tem muita escola aqui pelo entorno toda a maior parte tá em situação precária são boas escolas, mas tanto que é refletido nas notas de avaliações externas, por exemplo, não temos significativas referencias aqui são boas escolas, mas ainda precisa do necessário principalmente o ensino fundamental a gente recebe por ser uma escola técnica a gente recebe muitos alunos de outras escolas de toda região, isso pra nós é um problema porque eles vêm com grandes déficits do ensino fundamental aí a gente precisa fazer um trabalho pedagógico pra nivelá-los pra que eles consigam acompanhar. **(Professor de escola pública técnica e morador, bairro Campina de Icoaraci. 26 de setembro de 2017).**

A carência desses serviços essenciais à população, pode ser analisada por meio dos mapas comparativos dos anos 2000 e 2010, percebemos que diante das mudanças ocorridas durante o período de dez anos, pouca coisa mudou. Primeiramente com relação a distribuição de água por exemplo, pela rede geral de abastecimento municipal, nos anos de 2000 e 2010, continua a ser distribuída de forma desigual (Mapa 9) se concentrando nos bairros centrais, como o Cruzeiro e a Campina de Icoaraci, enquanto que no bairro do Paracuri, de ocupação mais recente, ela se encontra precariamente distribuída. Durante os dez anos de comparação, observou-se um aumento da distribuição de água para o bairro, porém ainda em menor escala comparado aos bairros centrais que aumentaram para 100% em muitas áreas, o abastecimento. Em apenas algumas porções do bairro Paracuri é que o abastecimento chega a ser o máximo, a maioria encontra-se em faixas de até 80% do abastecimento.



Mapa 9: Comparativo da percentagem de domicílios abastecidos pela rede geral de água nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos de 2000 e 2010.
 FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), elaborado por Juliana Maciel, 2017.

Relatos dos moradores e trabalhadores desses bairros, retificam a realidade da falta de água e outros serviços, inclusive relatando que em boa parte do ano, a água é um recurso escasso e os mesmos precisam ir em busca desse recurso, pedindo ajuda de vizinhos, acordando cedo em busca de armazenar a água o máximo que podem.

Água também, tem problema de água. A gente passa um dia com água, vinte e nove sem água. Tem que tá acordando de madrugada pra tá atrás de água... água não existe! Tem que batalhar a água, acordar quatro horas da manhã, que é aí quando pinga na torneira, fora disso, seis horas da manhã já não tem. (Morador, bairro Paracuri. 27 de setembro de 2017).

A problemática é antiga e vem sendo evidenciada e notificada também pelos jornais da grande Belém.

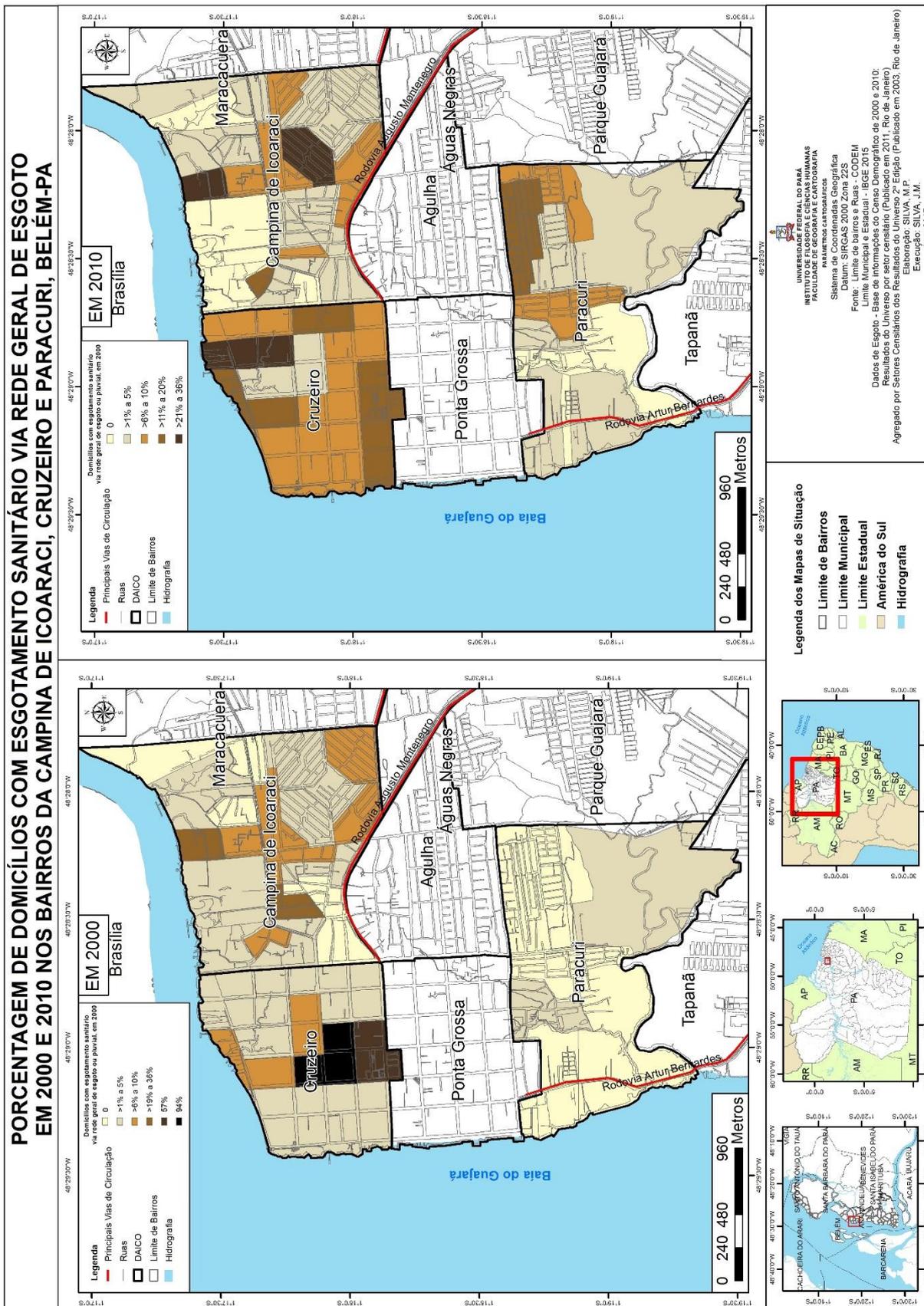
Icoaraci sofre com problemas antigos

Figura 11: Manchete acerca dos problemas de Icoaraci.

FONTE: Jornal Diário do Pará, 9 de dezembro de 2012, Belém-PA.

O jornal conta acerca das problemáticas vividas pelos moradores, principalmente com a falta de água e segurança. O desejo por infraestrutura é ainda visível: “De Vila Sorriso a Distrito Administrativo marcado por problemas. Quem mora em Icoaraci, reclama das condições em eu vive. “Os motivos que garantiram o apelido de Vila Sorriso estão no passado. Aos 143 anos de fundação, completados no dia 8 de outubro, Icoaraci quer mais infraestrutura. [...] Não ter água em casa é um grande transtorno, mas não o único. [...] No Paracuri, período de chuvas é sinal de tormento porque a água invade casas e lojas, danificando peças, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos. ” (Jornal Diário do Pará, 9 de dezembro de 2012, p. 15)

Com relação ao saneamento básico, o padrão de distribuição de assemelha com o do abastecimento de água e, gera um quadro parecido, quando analisamos os três bairros em destaque na pesquisa. Observemos o Mapa 10 e os seguintes relatos:



Mapa 10: Comparativo da percentagem de domicílios com esgotamento sanitário via rede geral de esgoto nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos de 2000 e 2010.
 FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), elaborado por Juliana Maciel, 2017.

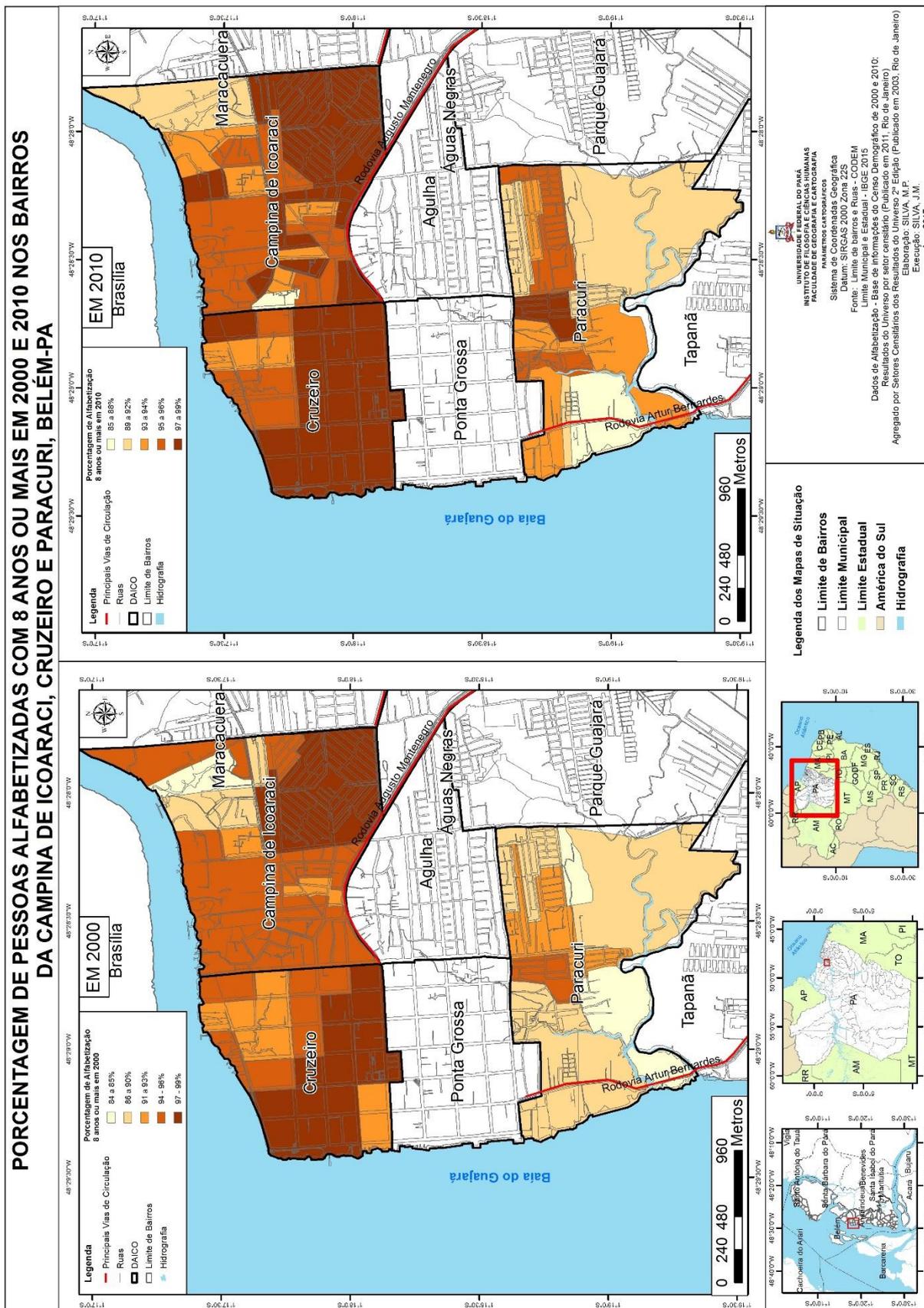
Rapaz! Agora que começaram a fazer uma macrodrenagem com muito sacrifício, mas aqui enche tudo. Infelizmente fizeram uma macrodrenagem aí, mas não tá resolvendo não. Semana passada encheu tudo e teve gente que perdeu cinco mil reais de mercadoria, entrou aqui e encheu tudo e o prejuízo aqui nessa área é grande. **(Comerciante, bairro do Paracuri. 26 de setembro de 2017).**

Nada... saneamento básico nada. Semana passada mesmo foi tudo no fundo aí essas casas. Todo mundo aí perdeu tudo, geladeira, Prosdócimo... e aí perderam, quando chove vai tudo no fundo... e é lama... no verão é poeira, no inverno é lama... quando der uma chuva aí é lama... **(Morador, bairro Paracuri. 26 de setembro de 2017).**

O bairro do Paracuri volta a ser o que mais possui a ausência de recurso, dessa vez, se tratando do esgotamento sanitário, o que facilita as enchentes no bairro, enquanto os bairros do Cruzeiro e Campina de Icoaraci detém uma certa taxa elevada de distribuição. No bairro da Campina, ocorrem pequenas inundações devido ao serviço de saneamento não ter sido realizado de maneira correta. O recurso existe, porém ainda gerou problemáticas, como percebemos na fala do morador:

Faz um tempo que a prefeitura fez uns serviços de saneamento aqui... mas não foi muito bem feito não... porque ainda inunda algumas partes do conjunto, fica alagado. Ali na casa do meu amigo não enche, mas em outras ruas aqui e na minha casa sempre enche quando dá uma chuva muito forte. **(Aposentado, morador do bairro Campina de Icoaraci. 26 de setembro de 2017).**

Com relação ao grau da alfabetização a maioria da população alfabetizada encontra-se nos bairros do Cruzeiro e Campina de Icoaraci, a de baixo grau está presente no bairro do Paracuri (Mapa 11). Sendo assim, percebemos que no que tange ao serviço educacional, afim de ofertar e incentivar a população a ser alfabetizada, voltar para a escola, trazer as crianças, jovens e adultos para o ambiente escolar, ainda é muito carente nesse bairro.



Mapa 11: Comparativo da percentagem de pessoas alfabetizadas com oito anos ou mais nos bairros Campina de Icoaraci, Cruzeiro e Paracuri nos anos 2000 e 2010.

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2011), elaborado por Juliana Maciel, 2017.

O papel do Estado no processo de expansão da metrópole belenense, gerando desigualdades nos bairros de Icoaraci é de suma importância, já que os serviços foram ofertados de acordo com os seus interesses. Castells (2000) destacava que dentre essas forças atuantes, o Estado merece destaque, pois ele irá delegar funções de formulação de políticas públicas de habitação, de legislações urbanísticas e fiscalização de planejamento e de gestão da cidade. O que permeia o processo de ocupação e formação da cidade. O autor também se refere as desigualdades de acesso aos bens, serviços e aos meios de consumo coletivo, fruto do processo de segregação, condicionado por fatores econômicos, sociais, políticos e ideológicos.

Percebe-se então, a desigualdade evidenciada na análise desses três bairros. Os recursos ofertados não chegam e nem são distribuídos da mesma maneira para a população. Os serviços estatais parecem estar concentrados em maior escala nos bairros centrais e de ocupação mais antiga, onde a renda da população, o comércio e a circulação de pessoas, assim como o grau de instrução são maiores nesses bairros. Enquanto que na periferia, os recursos tornam-se escassos, tendo a população de tais bairros, deslocarem-se para os centros, a procura de serviços. Podemos resumir essa dificuldade e desigualdade nos serviços ofertados, fazendo um contraponto entre a fala de um professor, ao ilustrar que o bairro do Cruzeiro é um dos bairros mais assistidos em relação aos outros e em seguida, na fala de um morador do bairro do Paracuri acerca da falta de recursos:

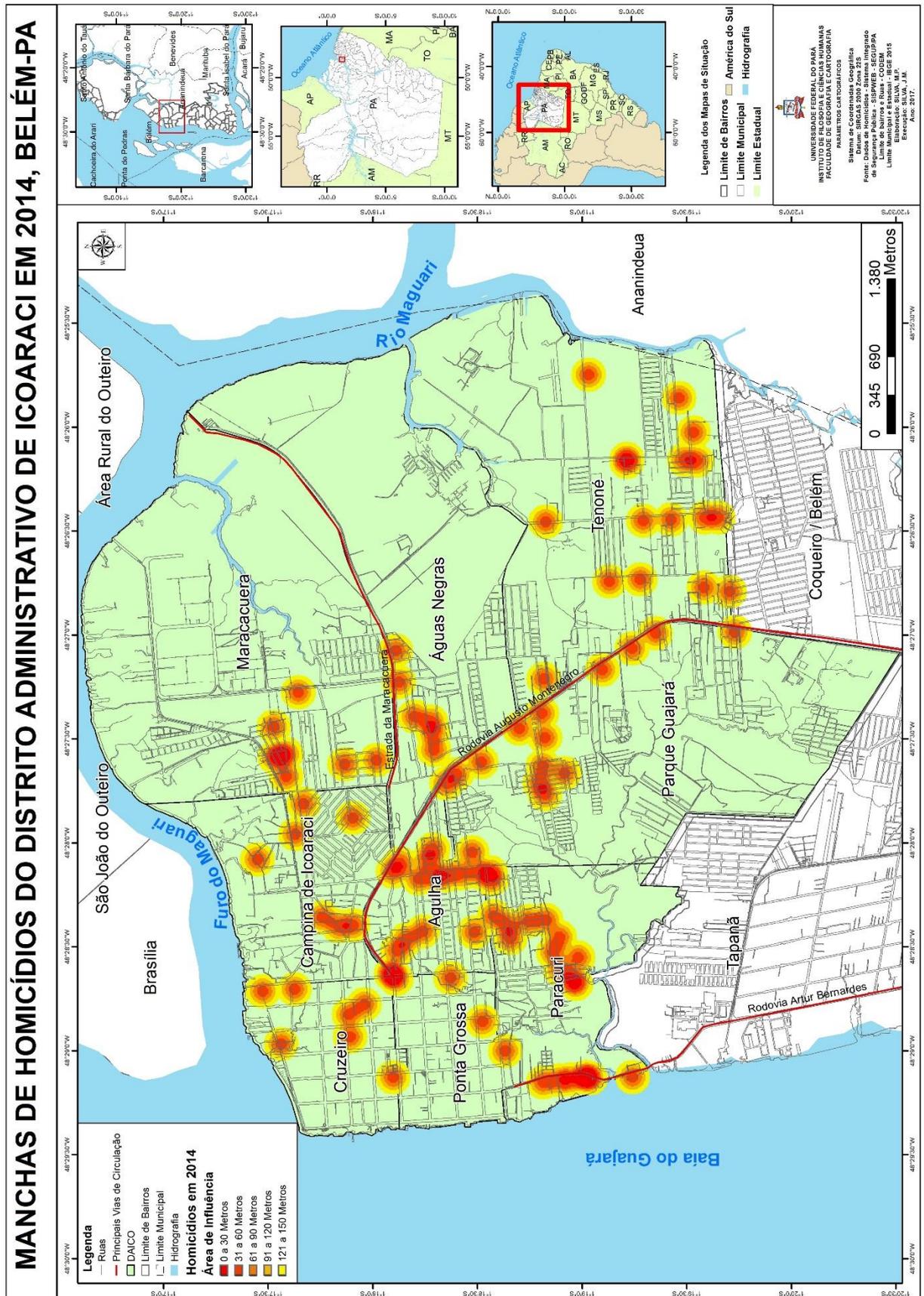
O bairro Cruzeiro é um, é um bairro com a maior quantia de equipamentos urbanos em relação aos outros... que que são equipamentos urbanos? Serviços e, e prestação de serviços e comércio é uma área de maior atração pra esse tipo de, de situações. Então você tem escola pública como Avertano, de melhor qualidade, você vê um posto de saúde, você vê já uma delegacia aqui próximo, você já vê oferta de lojas, de bancos concentradas nesse bairro... é um bairro central, é um bairro que atrai mais turistas, é um bairro que atrai mais serviços, então de um modo geral é um bairro que não é bem assistido, mas ele é regularmente assistido... **(Professor de escola particular, bairro Cruzeiro. 27 de setembro de 2017).**

“Aqui tá ruim de serviço público, o negócio da saúde pública, e o pessoal da limpeza também né... olha o como tá o mato... deixaram a gente... tiraram a ponte, quebraram a rua... era asfaltado aqui a rua. E o lixo eles não recolhem, eles não entram aqui... eles recolhem tudo ali na beira, porque não entra mais o carro aqui. Veio uma máquina e colocou terra no buraco imenso eu tava aí no meio né do canal... tiraram a ponte não colocaram a ponte, ajeitaram aquela dali e a nossa rua tá aí”. **(Aposentada, moradora do bairro do Paracuri. 27 de setembro de 2017).**

Portanto, entende-se que a desigualdade socioespacial é acompanhada pelo baixo poder de acesso de algumas populações aos recursos para a reprodução da vida. Esses fatores, ao nosso ver, são dois condicionantes para tornar o ambiente espacial conflituoso e violento pela não realização das demandas dos atores sociais nelas inseridas, tendo em vista que o Estado é quem elege os locais para a realização dos serviços, sejam eles de abastecimento de água, saneamento, saúde, segurança, contribuindo ainda mais para acentuar a desigualdade socioespacial. Assim, podemos dizer que o tipo de desigualdade socioespacial existente em Icoaraci e observado ao analisar os bairros Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri é o de oposição, entre o centro, entendido como o espaço de alto valor e, a periferia, como foi levantado por Lojkin (1997).

Diante dessas análises, podemos inferir que a desigualdade socioespacial é algo também institucional, na medida que os critérios de acesso adotados pelo poder público, para se ter acesso à bens e serviços, são excludentes, legitimando a desigualdade, o que torna mais difícil a ascensão social das populações menos abastadas, pois a própria precariedade do espaço colabora com as problemáticas sociais vividas, com a baixa renda e escolaridade nesses espaços.

São em áreas como essas, em que o Estado está menos presente, que a prática criminosa se estabelece, encontrando espaço para a realização de crimes, como o homicídio. Pois, são nas periferias, onde a segurança pode estar escassa, que a maioria desse tipo de crime é cometido. Quem os comete não pretende chamar a atenção, nem a descoberta dos mesmos e nem a captura imediata pela polícia, como seria se fosse cometido em uma área central. No ano de 2014 ocorreram 101 homicídios em Icoaraci, boa parte deles, em bairros periféricos, como o Paracuri (15), que também é onde encontramos as maiores problemáticas infraestruturais e sociais, serviços essenciais à população. No mesmo ano, no bairro da Campina de Icoaraci ocorreram 7 homicídios e no Cruzeiro 14 homicídios ao ano.



Sob os espaços em que a insuficiência do papel do Estado se encontra espacializada, surgem peculiaridades, que facilitam a territorialização de agentes ligados à criminalidade. Por se tratar de locais, em que as desigualdades se fazem presentes, como a infraestrutura pública precária, os mecanismos fundamentais a vida humana, como a educação, a segurança e o lazer, degradados, muitos habitantes, encontram na criminalidade a solução mais imediata à suas mazelas.

Por entender, a partir das ideias de Raffestin (1993) e de Haesbaert (2014), que não existe um vazio de poder e que os territórios se formam nas múltiplas escalas e a partir de diversos atores sociais, onde o papel desempenhado pelo estado se mostra insuficiente, outros agentes passam a se territorializar, dentre eles, os que praticam atividades ilícitas, como a criminalidade. Alterando, assim, a realidade desses locais, com a criação de regras e até mesmo, o estabelecimento de punições.

Entendemos aqui, o território como agente dinâmico, que cria e (re)cria novas formas de violência. Em Icoaraci, tais características, apresentadas acima, encontram-se presentes e neste sentido, proporcionam um elevado índice de mortes, por conta do crime de homicídios, que possui como suas principais vítimas, os jovens.



Figura 12: População pede o fim da violência em Icoaraci.
FONTE: Jornal O Liberal, 4 de novembro de 2003, Belém, PA.

A violência nos bairros populares pode ser acentuada pela desigualdade interna dos bairros, se levarmos em conta aqueles moradores que entram para o mundo do crime, e começam a gerar uma economia e atividade remunerada para eles relacionada com a economia ilícita global. Tais atividades geradoras de dinheiro fácil, aliciam principalmente os mais jovens, que ao exercer alguma atividade criminosa visam muitas vezes exercer uma liderança perante outras pessoas e ganhar muitos bens materiais, sem ter que trabalhar arduamente por isso. Assim, optam pela ilegalidade, mesmo que isso acarrete em uma vida de risco para eles. (PEDRAZZINI, 2006).

Chagas (2014) ressalta que as áreas de desigualdades socioespaciais são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde características como a ilegalidade, a insuficiência da segurança pública e de bens necessários a vida, são fatores determinantes para o estabelecimento de zonas de tensões. Ou seja, o crime de homicídio se estabelece nessas áreas com maior facilidade, a maioria sendo motivados por acerto de contas, relacionado ao tráfico ou a atividade miliciana. Na visão do delegado da Divisão de Homicídios de Belém, torna-se um crime difícil de ser solucionado.

O homicídio é um dos principais indicadores da violência. O que acontece com relação a ocupação desordenada no homicídio... é que não adianta a gente prender o traficante, o homicida porque logo depois, em razão de todos aqueles fatores, da desocupação, da ocupação desordenada, da desigualdade econômica e social, da falta dos serviços estatais... outras pessoas vão tomar do homicida ou do traficante... por falta de oportunidade. São obrigados a entrar no mundo do crime... pra participar de uma sociedade... desigual né, ou pela própria sobrevivência. Em alguns casos, como a gente verifica por exemplo no Rio de Janeiro... o crime acaba puxando a pessoa obrigatoriamente... senão ela acaba sendo vista como inimigo ou um delator né. Se você não participa, se você não for meu amigo, se você não for a favor de mim você é contra mim. Em algumas localidades a gente já encontrou pessoas que foram obrigadas a compactuar, ficar calado, ou ajudar de alguma forma, até na omissão eles estão ajudando. **(Delegado da Divisão de Homicídios de Belém. 22 de novembro de 2017).**

Comumente, os bairros populares e a população residente nos mesmos, são estigmatizados e rotulados de forma negativa, como pobres, violentos, marginais. Porém, isso não se configura em realidade, visto que muitas dessas pessoas vivem de forma honesta, trabalham, sendo uma parcela dos habitantes que praticam crimes no local ou em outros bairros. Pois, como afirma Pedrazzini (2006), em princípio, seus moradores não são mais violentos que os de outros bairros, somente estão mais expostos à violência da globalização, ou seja, principalmente a econômica. Assim, essas populações criam maneiras de existirem e resistirem nesse mundo violento, já que os “pobres” são as maiores vítimas da violência urbana. Nesse cenário, a metrópole também não colabora com tais populações, pois ela não oferece a possibilidade de superar dignamente sua condição precária. A pobreza então se espalha e pulveriza os bairros mais populares.

Nas áreas onde existe conflito e disputa por território, há aquilo que chamamos de toques de recolher, fechamento de ruas, comércios e serviços. Existem milícias e grupos criminosos que constroem muros, controlam portões de entrada, impõem horários e prejudicam a liberdade de circulação dos moradores, por meio de formas diversas. Nesses casos, a contenção territorial “internalizada”, decorre da própria condição de exceção ou

exclusão a qual os moradores estão sujeitos, sendo que esse cenário é produzido e intensificado tanto pelo vazio deixado pelo Estado vigente, quanto pelas atividades promíscuas dos os circuitos ilegais, como é o caso de milicianos provenientes ou ainda vinculados ao aparato policial estatal (SOUZA, 2013).

Observamos que, apesar de no decorrer desses dez anos analisados ter ocorrido a ampliação dos equipamentos e serviços coletivos, como o abastecimento de água, o saneamento, a própria renda e a educação. Tais avanços não foram capaz de abranger todos os espaços dos bairros analisados e nem toda a população que deveria ser contemplada pelo poder público. Percebe-se que o aumento dos serviços ofertados e a melhoria na renda da população de menor poder aquisitivo não trouxe uma diminuição da violência e consequentemente nos homicídios. Pelo contrário, Belém continua a aparecer entre as cidades com a maior variação nos índices de violência e de homicídios, mostrando então que a melhoria dos serviços ofertados a população de seus bairros, e no próprio distrito de Icoaraci, não significa necessariamente a redução da violência, da criminalidade e consequentemente dos homicídios nas áreas mais pobres do Distrito e da cidade como um todo.

Assim, considera-se que a desigualdade evidenciada nos bairros de Icoaraci está relacionada diretamente com o processo de metropolização da cidade de Belém, expandindo-se para o Distrito. O que trouxe problemáticas urbanas semelhantes às da metrópole. Com uma urbanização desigual, escassez de serviços públicos, principalmente nos bairros de ocupação mais recente e sem o devido planejamento, formando as zonas periféricas dentro do Distrito. Junto com tais problemas, também houve o crescimento da violência e criminalidade urbanas no local, com a presença de práticas criminosas altamente organizadas, fruto de todo um processo de metropolização e desigualdade socioespacial da cidade.

Portanto, a metrópole belenense, assim como muitas que se configuram no Brasil de hoje, forma-se por um contraste e desigualdades de pobreza e riqueza. Para Souza (2012) essa riqueza, em parte, se desconcentra e se interioriza, entretanto, com a desconcentração de atividades e a fuga seletiva de agentes econômicos (migrações de profissionais altamente qualificados), a metrópole, cada vez mais, é também o *locus* da pobreza e da miséria, assim, consequentemente, palco da insegurança e da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, entende-se que a produção do espaço metropolitano é marcada pelo processo de metropolização do espaço, como processo socioespacial que transforma profundamente o território, ou como apontou Lencioni (2013) metamorfoseia o território tendo em vista as profundas alterações, seja na forma, na estrutura ou na natureza do mesmo. Modifica e fragmenta os espaços de acordo com os interesses dos atores hegemônicos, sendo a participação do Estado importante nesse processo. A metropolização é então, um fenômeno excludente e desigual, polarizando espaços de riquezas, em detrimento de áreas despossuídas de condições essenciais a uma qualidade de vida espacial e social, influenciando na desigualdade socioespacial e deixando um ambiente propício a geração de conflitos e violência.

A metrópole em sua hegemonia, juntamente com o processo acelerado de metropolização, não tem como seguirem seus cursos sem exercer uma violência contra o território, contra a natureza urbana e contra seus habitantes. A violência exercida por alguns dos habitantes, então, nesse âmbito, seria o resultado da própria violência da urbanização, da sociedade hierárquica urbana, da produção desigual do espaço, da economia desigual e segregada.

Consideramos que, no município de Belém, a elevação do índice de violência está diretamente relacionada ao processo desigual de produção do espaço, o que produz espaços segregados de pobreza com indicadores sociais insatisfatórios, no qual o Distrito de Icoaraci está inserido. Os indicadores socioeconômicos e sociais expressam uma elevação nos índices de violência, principalmente na camada mais jovem da população, que são as principais vítimas do fenômeno da violência.

A formação de Icoaraci, na segunda metade do século XX, reafirmou sua constituição como espaço periférico, ou suburbanizado de Belém, influenciado pelo processo de metropolização, que apresenta certo dinamismo econômico, mas que tem como marca principal a elevação do crescimento populacional, a insuficiência de sua rede de infraestrutura e o desencadeamento ou intensificação de problemas urbanos, a exemplo da elevação dos índices de desemprego, pobreza e a deficiência dos serviços de saúde, educação, transporte, saneamento e habitação.

Durante os trabalhos de campo realizados nos bairros de Icoaraci, em especial os três bairros em destaque na pesquisa, constatou-se que em determinadas áreas, uma parcela da população Icoaraciense vive em condições precárias de muitos serviços essenciais à vida, a

pobreza e a violência também são constantes, são habitantes da periferia, em razão de estarem afastados geograficamente do centro do Distrito, como acontece com os bairros Paracuri, Ponta Grossa e Maracacuera. Os bairros mais “centrais”, como o Cruzeiro e Campina de Icoaraci, contam com maiores ocupações urbanas dotadas de condições de infraestrutura. No entanto, a ocupação de Cubatão, por exemplo, no bairro do Cruzeiro, apesar de estar localizada próxima à área mais valorizada do Distrito, apresenta condições precárias no que tange a serviços essenciais e, a população luta pela própria sobrevivência, a maioria vive do mercado informal, como as mulheres que fazem trabalhos eventuais como faxina, lavagem de roupas, entre outras atividades, para completar a renda familiar.

No bairro Campina, apesar de haver certa infraestrutura no eixo comercial que envolve em especial a Rodovia Augusto Montenegro, em seu interior, ainda se vivenciam problemas de ordem estrutural, como asfaltamento, saneamento, serviços públicos em geral, destacando os serviços de saúde. Já o bairro da Ponta Grossa assim como parte do Paracuri convive com ocupações habitacionais e comércio de madeira, próximos à orla da baía do Guajará, e Igarapé Paracuri, respectivamente. Essas ocupações geralmente são palafitas ou semelhantes, já que a área é alagável. De forma geral, em relação às condições de vida da população periférica de Icoaraci, poucos são os que vivem em condições de alto padrão e contemplado por serviços essenciais, além de que poucos são os que trabalham no mercado formal, possuindo carteira assinada, boa parte vive dos pequenos e médios comércios, ou possui vínculo empregatício em outras áreas da cidade.

Destaca-se o fato de que, os problemas relacionados ao ambiente urbano de Icoaraci somente vieram a chamar atenção do poder público, nas últimas décadas do século, quando a imprensa local passou a dar destaque a problemas vivenciados pela população como o precário abastecimento de água, a problemática da ocupação próxima aos rios, igarapés e lagoas que já estavam ficando assoreados, além de enchentes e alagamentos provocados pelo alto índice pluviométrico da região. Entretanto, a busca de soluções que poderiam amenizar esses problemas sociais e ambientais, fica restrita a áreas mais nobres do Distrito, deixando as áreas periféricas à mercê, mais uma vez da ausência do atendimento de seus problemas pelo poder público.

Icoaraci passou por diferentes fases de desenvolvimento como resultado da própria expansão do capital, no local, ao longo desses últimos anos, tendo como resultado uma gama de problemas, entre eles as disparidades entre seus bairros e a própria violência crescente. A população nesse espaço, narra acerca dos problemas que elas enfrentam diariamente, a exemplo de que muitas delas falam em pobreza, em violência, falam do medo de ficar em

frente a suas próprias casas, da insegurança, da falta de serviços e recursos públicos, como a ausência de infraestrutura, falta de assistência médica, de escolas públicas de qualidade, a falta de segurança, como foi percebido por meio das entrevistas realizadas com moradores dos bairros. Os moradores associam a precariedade desses recursos à precária assistência do Estado. Parafraseando o que foi dito por Dias (2007) e Trindade Júnior (1998), esses problemas, além da baixa interferência estatal, também tem a ver com as consequências deixadas pelo próprio desenvolvimento da metrópole belenense, do capitalismo e dos interesses dos agentes produtores do espaço na cidade.

O distrito de Icoaraci então, se produziu, se produz e se (re)produz como área resultante da dinâmica da reprodução do grande capital instalado na Amazônia em diferentes épocas da nossa história de ocupação regional. Esse capital, que visava apropriar-se de recursos naturais da região, encontrou condições favoráveis para instalarem-se na região, oferecidas pelo Estado planejador, que se mostrou à disposição dos capitalistas, num determinado momento. Esse grande capital, em especial o industrial, instalado e desenvolvido no distrito de Icoaraci, trouxe problemas sérios, principalmente no espaço urbano do distrito e para sua população, que até hoje pode-se vivenciar, como o problema de acesso ao saneamento e a habitação de qualidade, que são condições fundamentais para uma vida de qualidade nas cidades.

Icoaraci, em realidade, é fruto em larga quantidade de contingentes de migrantes do campo e das cidades vizinhas em precárias condições de desenvolvimento econômico e social, que vieram para o Distrito em busca de melhores condições de vida, já que ele estava em crescimento, devido ao movimento de expansão de Belém, em que o Distrito passou a receber a instalação de indústrias. No entanto, nem todos foram absorvidos pelo mercado de trabalho local e muitos passaram a se instalar na periferia com participação reduzida nos trabalhos locais e de infraestrutura social. A cidade era, para esses migrantes, um espaço de novas possibilidades, as quais eles não encontravam em seus locais de origem.

Hoje, convive-se cada vez mais com os problemas chamados urbanos, resultado de um ambiente urbano das cidades que não param de crescer. E com esse crescimento, aumenta também os índices de carências não atendidas pelos poderes públicos, que vão desde a deterioração da cidade, por meio das desigualdades socioespaciais, só para citar um exemplo, envolvendo as grandes periferias, favelas, conjuntos habitacionais, em contraponto com os condomínios fechados, até chegar à problemática da violência urbana totalmente relacionada com esse ambiente, o que compromete a qualidade de vida urbana.

Esse cenário de desigualdade socioespacial, socioeconômica, má distribuição de riquezas e infraestrutura, além dos índices de violência, constatados por meio do crime de homicídios, podem ser observados em Icoaraci. Produtos esses que podem ser observados em seus bairros, a partir da formação de áreas consolidadas e outras mais recentes, sendo que os problemas se tornaram mais evidentes nas áreas periféricas.

Ao analisar os bairros: Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri. Os dois primeiros bairros de ocupação consolidada, sendo Cruzeiro o mais antigo, foram os que apresentaram melhor distribuição de serviços públicos ofertados, e menor ocorrência dos crimes de homicídio. No bairro Paracuri, onde a ocupação em meados da década de 1970 e ainda não consolidada, mostrou diversos problemas no Bairro, além da maior ocorrência dos homicídios.

No entanto, a presença de grupos ilícitos, ligados, sobretudo, ao crime contra a pessoa, como os assassinatos, roubos, tráfico e consumo de entorpecentes, a própria corrupção de policiais, além da sensação de medo e insegurança perante a população, está presente não somente nos bairros analisados, como em outros espaços em Icoaraci.

Mais adiante, a utilização da análise cartográfica, tornou-se possível o melhor entendimento espacial e territorial acerca do crime de homicídio, bem como seus impactos no cotidiano da população local. É necessário ter o entendimento de que, apesar de se tratar de um Distrito Administrativo, com bairros periféricos, em que as precariedades se apresentam de maneira intensificada, em Icoaraci elas não se apresentam de maneira uniforme, devido a fragmentação gerada no espaço, como resultante do processo de dispersão metropolitana assinalado por Trindade Júnior (1999).

Ou seja, existem áreas que podem ser consideradas estruturalmente consolidadas, do ponto de vista dos serviços públicos ofertados, em relação às outras, no próprio Distrito. Nesse sentido, constatou-se que o crime de homicídio, tende a se espacializar, principalmente, nas áreas em que encontram maiores facilidades, onde, por exemplo, a polícia não consegue exercer efetivamente o seu papel, bem como a precariedade dos serviços públicos e a desigualdade social e econômica é evidente.

Isso fica ainda mais evidente, ao conseguirmos notar comportamentos semelhantes, nos anos de 2013 a 2015. Previamente apontando duas características, que se apresentam no recorte temporal escolhido. Em um primeiro momento, percebe-se que ocorreu um elevado número de mortes, nas áreas afastadas das principais vias e dos centros comerciais, em que as infraestruturas urbanas são ainda precárias, o que dificulta o trabalho policial e cria um cenário ideal para a territorialização dos agentes criminais, como os do tráfico de drogas e as

milícias. Nessas áreas, de acordo com as entrevistas, a dívida por drogas, a atuação de milícias, seriam umas das principais razões para essas mortes, além, é claro, da ocorrência de crimes, como os roubos, que prejudicam a comercialização das drogas. Desse modo, o homicídio, ocorre como modo de controle e imposição de regras.

Assim, esta tipologia criminal, entendida como a mais violenta, que ameaça a vida humana, fundamenta-se nos diversos agentes territoriais, que estabelecem os territórios da violência e da criminalidade, como um instrumento de controle e fortalecimento do “respeito”. Os que ameaçam os territórios e principalmente a sua funcionalidade, pagam com a vida, sendo as vítimas, principalmente os jovens.

A questão dos jovens no mundo do crime é uma realidade compreendida a partir das condições de deterioração e desorganização das comunidades no interior das cidades, o que leva cada vez mais jovens a participarem desse meio criminoso, terem acesso à armas de fogo entre outras situações, como observamos ao longo do trabalho, e nas entrevistas com os moradores e profissionais da segurança pública sobre o distrito de Icoaraci que, repetidamente, mencionavam a participação de jovens e adolescentes nos atos criminosos dos bairros, incluindo os homicídios.

No entanto, deve-se pensar que esses jovens e adolescentes, por mais envolvidos no tráfico e por mais que empunhem metralhadoras e fuzis, poderiam ter tido outras alternativas de vida e não seriam tão amedrontadores se tivessem sido socializados em outros ambientes e se tivessem tido reais oportunidades de evitar a carreira criminosa. Mas essa preocupação de cunho social não é tão valorizada pelos nossos governos, o que se valoriza são as prisões e repressões em várias escalas, em especial, as violentas, e negligenciando medidas preventivas de cunho sociais necessárias para combater, ao menos no que concerne ao nível nacional, uma boa parte das raízes da violência.

Finalizando, é importante dizer que, sem dúvida, a situação de Icoaraci é agravada pela sua condição de Distrito Administrativo de Belém, por não possuir a autonomia política, econômica e administrativa, apesar dos inúmeros anseios e pedidos de emancipação, nunca cedidos por Belém, por causa dos interesses políticos. Sua condição, então, corrobora para o agravamento de seus problemas urbanos, colocando-o numa situação de periferia da metrópole belenense. O que nos faz pensar que as sucessivas investidas em prol da emancipação política do distrito poderiam trazer projetos específicos para o local a fim de atender e suprir melhor as potencialidades e necessidades sociais capazes dos seus habitantes, oferecendo o desenvolvimento, porém com possibilidades de vida digna a sua população, e não contemplando apenas uma minoria, como constatado nos dias de hoje.

Assim, percebeu-se que a violência urbana está presente no distrito de Icoaraci, podendo ser investigada ainda mais, já que se observa como necessário o crescimento dos estudos sobre essa temática, pois ela está cada vez mais presente em nosso cotidiano. Muitos pesquisadores se esforçam em publicar trabalhos que discutam a possível relação entre a violência e a urbanização. Mas, segundo Souza (2013), devemos ir além e não limitar a discussão somente pela relação violência e urbanização, mas sim inserir questionamentos em favor do fato de como a globalização contribui no consumo do espaço e na modificação de sua natureza. É necessário abstrair-se dos fatos violentos e traçar um panorama urbano em uma época dominada pela globalização econômica.

Nesse cenário, a Geografia se configura como uma importante e poderosa ciência, ao dialogar com outras que visam decifrar o problema multifacetado da violência e criminalidade urbanas, pois visa estudar com suas especialidades e ferramentas cartográficas, por exemplo, as particularidades de cada espaço. Portanto, com a riqueza de abordagens teórico-metodológicas, a Geografia é detentora de um instrumental capaz de subsidiar pesquisas acadêmicas com foco na criminalidade, além de auxiliar o trabalho de gestores da área de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ACHER, François. *La République contra la ville: essai sur l'avenir de la France urbaine*. La Tour d'Aigues: Éd. de l'Aube, 1998. 200p.

ALFREDO, Anselmo. Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea. Em: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amalia Inês Geraiges (orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

ALVARENGA, D. P. D. *Crime e criminalidade: distinção*. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>> Acesso em 25 de nov. 2016.

ANDRADE, Paulo de Tarso. *Belém e suas histórias da Veneza paraense à Bellé Epoque*. 2ª ed. Belém, 2004.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. *Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuração da Atuação de Grupos de Extermínio e Milícias no Estado do Pará - Relatório Final*. Disponível em: <<http://www.movimentodeemaus.org/data/material/RELATORIO-FINAL-CPI-das-Milicias-versao-de-entrega-na-grafica3.pdf>>. Acesso em 4 nov. 2016.

BASTOS, Eliana Benassuly Bogéa. *A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, Pará*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BASSAND, Michel. *Les six paramètres de la métropolisation*. Cahiers de la métropolisation, 2001.

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). *Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BATELLA, Wagner Barbosa. *Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais – 2005: contribuições da Geografia do Crime*. Belo Horizonte, 2008.

BATISTA, Analía Soria *et al.* Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 2, pp. 433-457, maio/2016.

BEATO FILHO, Claudio Chaves: *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

BRASIL. *Código Penal*. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 733p.

BRICEÑO-LEON, Roberto. *Introducción. La nueva violencia urbana de América Latina*. Violencia, sociedad y justicia en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2002.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 34ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CANO, Ignacio; IOOT, Carolina. Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas “milícias” no Rio de Janeiro. In: Justiça Global (Org.). *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2008, pp. 48-103.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. Em: FERREIRA, Álvaro *et al.* *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARA, Daniel; GAUTO, Maitê. *Juventude: percepção e exposição à violência*. 2007.

COSTA, Léa Maria Gomes da. *Icoaraci: formação socioespacial, tentativas de afirmação e de emancipação territorial*. 2007. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Organização e gestão do território). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2007.

COSTA, Greciely Cristina da. *Sentidos de Milícia: entre a lei e o crime*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará. *Projeto Urbanizar 3: projeto de integração e urbanização de áreas ocupadas*. Belém, 1993.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes. *et al.* *A produção do espaço e a formação de zonas de violência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate à criminalidade no município de Marituba-PA*. Belo Horizonte: Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos Brasileiro, UFMG, 2012.

_____. *Geografia, segurança pública e a cartografia dos homicídios na região metropolitana de Belém*. Boletim de Geografia da Amazônia, Belém, n. 1, v. 01, p. 186-204, jan./jun. 2014.

_____. *et al.* Relatório final da pesquisa: Território, Rede e Violência: agentes territoriais e os homicídios nas cidades de Belém, Ananindeua, Marabá, Parauapebas, Macapá e Palmas. Belém-PA. Agosto/2016.

CRUZ, Ernesto. *Procissão dos séculos: vultos e episódios da história do Pará*. Belém: s.n., 1952.

CRUZ, Luciana; SÁ, Alcindo. *Da desigualdade socioespacial à desigualdade violenta: o retrato da cidade do Recife*. Recife: Grupo temático 2, 2009.

DIAS, M. B. *Urbanização e ambiente urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA*. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Gênese e formação do espaço urbano do distrito administrativo de Icoaraci – Belém-PA*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2000.

DIAS, Mário Benjamin; SILVA, Maria de Jesus Benjamin da. *O distrito de Icoaraci e sua inserção no contexto urbano e regional amazônico*. Universidade Federal do Pará, (Capítulo 5 – Dinâmica Urbana), 2002.

DINIZ, Alexandre M. A.; NAHAS, Maria I. P.; MOSCOVITCH, Samy K. Geografia da violência urbana em Belo Horizonte. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte, v. 13, n.20, p.39-56, 1º Sem. 2003.

FALAS da Polis. Disponível em: <<http://diogenesbrandao.blogspot.com.br/2014/06/icoaraci-pode-tornar-se-o-4-municipio.html>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; TAVARES, Auda Piani. *Mestres da cultura*. Belém: EDUFPA, 2006.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GOVERNO DO PARÁ. *Secretaria de segurança pública, 2013/2014/2015*.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2005.

GOTTMANN, J. *The Significance of Territory*. Charlottesville, Va.: University Press of Virginia. 1973.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980, 291p.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1989.

ICOARACI: A história do bairro. *Jornal O Liberal*, Belém, p. 9, 6 jul. 2004.

JORNAL DIÁRIO DO PARÁ. Matança em Icoaraci deixam seis mortos em chacina. Belém, 21 set. 2011. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-146145-MATANCA+EM+ICOARACI+DEIXA+6+MORTOS+EM+CHACINA.html>> Acesso em: 14 abr. 2016.

KAYSER Bernard. *L'espace non-métropolisé du territoire français*. In: Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest, tome, 40, fascicule 4, 1969, pp. 371-378.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. Em: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amalia Inês

Geraiges. (Orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Álvaro *et al.* *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de l'Espace*. Paris: Ed Anthropos, 1974.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. (Tradução de Rubens E. Frias). São Paulo: Ed. Moraes, 1991. 145p.

_____. *A revolução urbana*. (Tradução de Sérgio Martins). Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. (Tradução de E. S. Abreu). São Paulo: Martins Fontes, 1997, 359p.

MELO, Alberto de Castro. *Violência Urbana na Região Metropolitana de Belém-PA: no período de 2006 a 2012: O caso dos Bairros de Curuçambá, PAAR e Distrito Industrial*. Monografia (Graduação em Geografia). Belém: FGC/IFCH/UFPA, 2012.

MELGAÇO, Lucas de M. *A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas – SP*. 2005. 128p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo.

MOREIRA, Eidorfe. *Belém e sua expressão geográfica*. Editora Universitária: Belém, 1966.

MOREIRA, Eidorfe. *Influências amazônicas no nordeste, reflexos da fase áurea da borracha*. Belém, UFPA\NAEA, Fundação Romulo Maiorana. Editora Grafisa, 1982.

_____. *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Vol 6. Belém: CEJUP, 1989.

MORAIS, Regis. *O que é violência urbana*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ODALIA, Nilo. *O que é violência*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em: SIMMEL, George *et al.* *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PENNA, Nelba Azevedo. A produção dos espaços metropolitanos: planejamento e gestão do território. In: FERREIRA, Álvaro *et al.* *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

PENTEADO, A. R. *Belém do Pará – estudo de Geografia urbana*. Vol. 2. Belém: UFPA, (Coleção Amazônia – Série José Veríssimo), 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. *Anuário Estatístico do Município de Belém*, 2012.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. *Cidades*, v. 4, n. 6, pp. 73-88, dez. 2007.

RODRIGUES, Edmilson Brito. *Os desafios da metrópole: reflexões sobre desenvolvimento para Belém*. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

RODRIGUES, Eliene Jacques. *Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova; espelho da segregação social em Belém*. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. *Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará*. (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2015.

SACK, Robert David. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. O corpo do mundo: valores. Em: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; Carlos, MILANI, Roberto Sanchez (org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANDER, Agnès; VERGÉS, Véronique. Métapolis ou l'avenir des villes (François Acher, Odile Jacob); Métropolisations: interdépendances mondiales et implications lémaniques (sous la direction de Jean-Philippe Leresche, Dominique Joye et Michel Bassand). In: *Flux*, n°26, 1996. pp. 46-52.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre: EST Edições, 2003/2001.

_____. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. Em: SPOSITO, E., M. SAQUET e A. RIBAS, (Org.), *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão, Edunioeste, 2004, pp.121-147.

_____. *Abordagens e concepções sobre o território*. 1ª ed. – São Paulo: Expresso Popular, 2007.

SILVA, Marcelle Peres da. *A dinâmica da violência na metrópole: análise socioespacial, uso do território e cartografia dos homicídios na 12ª AISP/Belém-PA no período de 2011-2013*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado do Pará: Belém, 2016.

SILVEIRA, Andréa Maria. A prevenção dos homicídios: desafio para segurança pública. In: BEATO, Cláudio (Org.). *Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática socioespacial nas metrópoles brasileiras*. 4ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2012.

_____. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. A desconcentração dos eventos de violência urbana no Brasil e sua influência nas redefinições das cidades intermediárias: o caso de Campina Grande-PB, 2013. *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – UERJ*: Rio de Janeiro. 18 a 22 de Novembro de 2013. Disponível em: http://www.simpurb2013.com.br_wp-content/uploads_2013_11_GT14_xisto>. Acesso em: 11 set. 2014.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Assentamentos urbanos e metropolização na Amazônia brasileira: o caso de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, departamento de Geografia, 1999.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 1998.

VALENTE, José. Sinopse histórica de Icoaraci. *Jornal Diário do Pará*, p. 5, 9 jun. 1989.

VIANA, Arthur. *A villa do Pinheiro: nota histórica*. Pará: Typ. Do Instituto Enc. Lauro Sodré, 1906.

WASELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da violência: mortes matadas por arma de fogo*. Brasília, 2015.

APÊNDICE A – SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA E ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Objetivos alcançados com a pesquisa:

- Apreensão do espaço por meio da percepção, imagens;
- Funcionamento da dinâmica de vida dos bairros de Icoaraci;
- Compreensão e análise os indicadores sociais, a violência urbana e a possível insegurança vivida pelos moradores.

2. População e a amostragem:

A primeira entrevista foi realizada no dia 26 e 27 de setembro de 2017, com a população local e, para cada bairro (Cruzeiro, Campina de Icoaraci e Paracuri) em que se realizou:

- Uma entrevista com membro do Centro Comunitário;
- Três entrevistas com moradores do bairro;
- Uma entrevista com membro escolar;
- Uma entrevista com líder religioso;
- Duas entrevistas com comerciantes do bairro.

Gerando um total de vinte e uma (21) entrevistas para cada bairro. A segunda etapa se deu diante dos órgãos de segurança pública, mediante avisos prévios e agendamentos, realizou-se:

- Uma entrevista com o Delegado de Polícia da Divisão de Homicídios de Belém;
- Uma entrevista com o Delegado de Polícia da Delegacia de Homicídios de Icoaraci;
- Duas entrevistas com Policiais Militares atuantes no distrito de Icoaraci.

Gerando um total de sete (7) entrevistas que possibilitaram um parâmetro geral acerca dos homicídios, compreendendo as motivações, vítimas e agressores desses crimes, que ocorrem no distrito de Icoaraci.

3. Os questionários foram elaborados a partir de um critério estruturado, com base em perguntas claras e objetivas:

Os questionários foram elaborados de acordo com os agentes micro (população) e macro (segurança pública). Com o seguinte roteiro de perguntas.

- Agentes micro:

O bairro/região onde mora/trabalha é um lugar violento? Sente-se seguro, por exemplo, caminhando nas redondezas durante à noite?
Você se lembra de algum caso marcante de morte ou conhece pessoalmente alguém que foi assassinado no bairro/região nos últimos anos? O que motivou esse crime, em particular?
Qual seria o perfil das vítimas dos homicídios que ocorrem no seu bairro/região? E dos autores desses crimes?
Como você avalia o serviço da segurança pública ofertado no seu bairro?
Como você avalia os serviços públicos de saúde, educação e saneamento básico ofertados no seu bairro?

- Agentes macro:

Quais são as áreas onde acontecem mais homicídios no bairro/região? Por que os homicídios acontecem especialmente nessas áreas?
Que tipo de pessoa está envolvida nessas mortes? Você saberia descrever o perfil geral das vítimas dos homicídios que ocorrem nessas áreas?
E o perfil dos autores desses homicídios, você saberia descrever?
Em sua opinião, quais seriam as principais motivações desses homicídios?

4. O campo da coleta de dados, ou seja, local escolhido para aplicar o teste:

Nas residências, centros comunitários, agências e órgãos da segurança pública. Mediante avisos prévios, entrevistas agendadas.

5. Processamento de dados (tabulação): as informações colhidas forneceram base suficiente para análise.